

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO PONTAL**

ALESSANDRA DE SOUZA GOUVEIA

**AS ESCOLAS NO CAMPO DO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS – GO
E OS EFEITOS CAUSADOS PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR
SUCROENERGÉTICO**

Ituiutaba - MG

2019

ALESSANDRA DE SOUZA GOUVEIA

**AS ESCOLAS NO CAMPO DO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS – GO
E OS EFEITOS CAUSADOS PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR
SUCROENERGÉTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal – Área de Concentração: Produção do espaço e dinâmicas ambientais, do Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestra em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção do espaço rural e urbano

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joelma Cristina dos Santos

Ituiutaba - MG

2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

G719 2019	<p>Gouveia, Alessandra de Souza, 1993- As escolas no campo do município de Quirinópolis – GO e os efeitos causados pela territorialização do setor sucroenergético [recurso eletrônico] / Alessandra de Souza Gouveia. - 2019.</p> <p>Orientadora: Joelma Cristina dos Santos. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.15 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Geografia. I. Santos, Joelma Cristina dos, 1979-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Geografia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 910.1</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ATA DE DEFESA

Programa de Pós-Graduação em:	Geografia do Pontal				
Defesa de:	Mestrado PPGEP				
Data:	30 de Abril de 2019	Hora de início:	14:00hs	Hora de encerramento:	16:00hs
Matrícula do Discente:	21712GEO002				
Nome do Discente:	Alessandra De Souza Gouveia				
Título do Trabalho:	AS ESCOLAS NO CAMPO DO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS- GO E OS EFEITOS CAUSADOS PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO.				
Área de concentração:	Produção do espaço e as dinâmicas ambientais				
Linha de pesquisa:	Produção do espaço rural e urbano				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Dinâmicas territoriais e produção do espaço				

Reuniu-se no Auditório II, Campus Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal, assim composta: Professores Doutores: (Dra. Patrícia Francisca De Matos - Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Uberlândia); (Dr. Edevaldo Aparecido Souza - Universidade Estadual de Goiás – Campus de Quirinópolis) e Dra. Joelma Cristina dos Santos - Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Uberlândia orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr^a Joelma Cristina dos Santos, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

APROVADA.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Joelma Cristina dos Santos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/05/2019, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edevaldo Aparecido Souza, Usuário Externo**, em 30/05/2019, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA FRANCISCA DE MATOS, Usuário Externo**, em 28/11/2019, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1198791** e o código CRC **1E4B9E17**.

ALESSANDRA DE SOUZA GOUVEIA

**AS ESCOLAS NO CAMPO DO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS – GO
E OS EFEITOS CAUSADOS PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR
SUCROENERGÉTICO**

Dissertação aprovada para obtenção do título de Mestra em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal Área de Concentração: Produção do espaço e dinâmicas ambientais Linha de Pesquisa: Produção do espaço rural e urbano, do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, pela banca examinadora formada por:

Prof.^a Dr.^a Joelma Cristina dos Santos (Orientadora) Universidade Federal de Uberlândia -
Instituto de Ciências Humanas.

Prof.^a Dr.^a Patrícia Francisca de Matos (membro interno) Universidade Federal de Uberlândia
- Instituto de Ciências Humanas.

Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza (membro externo) Universidade Estadual de Goiás –
Câmpus de Quirinópolis

Ituiutaba, 21 de maio de 2019

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido até a realização desta pesquisa foi cheio de novidades, mudanças, adaptações, aprendizados e conhecimentos. Foram experiências vividas que contribuíram para minha formação pessoal e acadêmico-profissional. Enfim, cheguei ao final de mais uma etapa da minha vida, a conclusão da dissertação para a obtenção do título de Mestre em Geografia. O que no início de 2017 parecia ser uma longa jornada, hoje deixa saudades. Foram tantas viagens de idas e vindas de Quirinópolis à Ituiutaba e vice-versa que até me acostumei com a distância.

Não teria conseguido chegar tão longe sem a presença de Deus na minha vida. Agradeço a Ele por iluminar e proteger a minha jornada até aqui e por ter me dado forças para prosseguir, independente das adversidades enfrentadas.

Em especial agradeço àqueles que amo incondicionalmente, meus pais, Daura e Iranildo, e a minha irmã, Danila, por terem acreditado no meu empenho e dedicação e não terem medido esforços para tornar possível a realização desse momento. Agradeço ao meu cunhado Fábio e meu primo José Luiz, pelo companheirismo e ajuda na mudança de cidade.

Agradeço ao meu namorado, por entender a minha ausência em muitos momentos durante esses dois anos. Por ter paciência para passar comigo os momentos de stress, a pressão dos prazos de entregas de trabalhos entre outros momentos de dificuldade. Obrigada pelo carinho, apoio e auxílio. Agradeço também ao meu sogro e minha sogra, Djalma e Dinice, que também me apoiaram nesse momento.

Agradeço aos meus parentes, familiares, amigos e colegas de profissão, que entenderam o motivo pelo qual abdiquei participar de alguns encontros e reuniões para cumprir com às obrigações do mestrado.

Agradeço também aos meus colegas de flat, Vinício e Lorena, que conviveram comigo, fizeram dos meus dias em Ituiutaba mais alegres e compreenderam meus momentos de impaciência. Obrigada pela amizade e por fazerem parte deste momento.

Na Universidade Federal de Uberlândia também fiz amigas que me fortaleceram nesses dois anos, pois dividimos momentos de dúvidas, insatisfações, alegrias pelas etapas concluídas e até mesmo as viagens nos congressos. Agradeço em particular às “meninas da agrária”, Marcia, Marina e Noeme, que terão sempre um cantinho especial em meu coração por todos os períodos que passamos juntas e jamais serão esquecidas. Sou imensamente grata pela amizade e companheirismo.

Agradeço aos professores da Universidade Estadual de Goiás, que marcaram a minha graduação com inspirações que me fizeram prosseguir e aprofundar os conhecimentos na ciência geográfica. Por eles tenho um enorme carinho.

Aos docentes da Universidade Federal de Uberlândia, que compartilharam conosco momentos de significativa aprendizagem, importantes para o nosso crescimento intelectual. Meu muito obrigada a todos aqueles que tive a oportunidade de ser aluna, professoras Leda, Maria Angélica, Joelma, Gerusa e ao professor Vitor. Suas aulas foram extremamente importantes para a realização desse trabalho.

Agradeço também aos professores Sedeval e Evandro, da Universidade Federal de Goiás, que contribuíram para o conhecimento na área de agrária a partir da realização de uma disciplina que participei como aluna especial.

Agradeço em especial à professora e orientadora Joelma, pela oportunidade de me orientar na temática e por confiar em mim na realização da pesquisa. Obrigada pelas orientações durante o trajeto desse estudo, pela paciência com meus erros e atrasos e por me auxiliar na produção desse trabalho.

Aos funcionários, professores, diretora, pais e familiares dos alunos da Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé por contribuir com informações acerca da escola e da comunidade. Aos funcionários da Secretaria Municipal de Educação, que foram atenciosos comigo e não hesitaram em cooperar para o estudo.

Agradeço aos professores participantes da banca, desde a defesa do projeto de pesquisa, professoras Cláudia e Patrícia. Obrigada pelas contribuições tão enriquecedoras para o desenvolvimento da dissertação.

Agradeço também ao professor Edevaldo, que se prontificou em participar da banca de avaliação final como membro externo e cooperar com mais uma das minhas produções científicas. Sou grata pelas colaborações desde os trabalhos da graduação e da especialização na Universidade Estadual de Goiás.

Enfim, estendo meus agradecimentos e gratidão a todos que direta ou indiretamente influenciaram na produção de tal estudo.

A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original.

(Albert Einstein)

RESUMO

Esta pesquisa visa analisar as escolas no campo do município de Quirinópolis (GO), em especial a Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé, localizada na região Castelo, e compreender os efeitos causados às mesmas pela territorialização do setor sucroenergético na região. A instalação de duas usinas no município, a partir de 2004, desencadeou o processo de ocupação de terras para a produção da cana-de-açúcar e tal processo vem intensificando-se desde então. As áreas ocupadas pelos canaviais tratam-se de terras que outrora eram ocupadas por uma produção distinta, como lavouras de soja, milho e pastagens e alimentos. As modificações são expressas na paisagem rural do município, onde hoje destacam-se os extensos canaviais. Essa transformação colocou-se como um desafio aos moradores do campo, que passaram por uma ressignificação do lugar a partir do modo de vida da comunidade rural Castelo. Com a mudança no setor produtivo, muitas famílias perderam seus empregos e foram expulsas do campo, como consequência o número de moradores na comunidade rural e no entorno diminuiu. A partir de tal situação, os efeitos do setor sucroenergético chegaram até as escolas no campo, pois o número de alunos também reduziu-se. Entre as cinco escolas rurais polos do município de Quirinópolis uma foi fechada pelo grave decréscimo nas matrículas e as outras seguem com um futuro um tanto quanto incerto. A situação repercutiu no final do ano de 2017, quando uma nova ameaça de fechamento à escola rural Antônio Sabino Tomé foi anunciada. A população da região Castelo tem se organizado e lutado pela concretização dos seus direitos, com bases nas leis, buscando manter a escola em funcionamento. As escolas rurais passam por desafios contínuos como a proposta de nucleação, pautada na inconstância do número de alunos. Percebe-se que o ensino levado ao campo é o mesmo idealizado para as escolas urbanas, o que evidencia mais uma exclusão dos sujeitos do campo, pois isto não fortalece sua relação com o lugar, além de não proporcionar uma educação emancipatória. No entanto, para a comunidade Castelo, a escola é tida como um símbolo de resistência, pois surgiu da luta dos camponeses, a partir da perspectiva de prosseguir com seu modo de vida no campo. Hoje, mesmo frente aos desafios impostos pela produção da monocultura da cana-de-açúcar, os sujeitos do campo na comunidade Castelo persistem em continuar no seu lugar e, para tanto, a escola é a esperança que essas famílias encontraram para unirem-se em benefício de um objetivo comum.

Palavras-chave: Escolas no campo. Setor sucroenergético. Lugar. Comunidade Castelo. Resistência.

ABSTRACT

This research aims at analyzing the schools in the municipality of Quirinópolis (GO), especially the Municipal School Antônio Sabino Tomé, and the effects caused to them by the territorialization of the sugarcane industry in the region. The installation of two mills in the municipality, starting in 2004, triggered the process of land occupation for the production of sugarcane, and this process has been intensifying since then. The areas occupied by the sugarcane plantations are land that was once occupied by a distinct production, such as soybean, maize and pasture and food crops. The modifications are expressed in the rural landscape of the municipality, where today the extensive cane fields prevail. This transformation became a challenge to the rural dwellers, who underwent a redefinition of the place from the way of life of the rural community of Castelo. With the change in the productive sector, many families lost their jobs and were expelled from the countryside, yet the number of residents in the rural community and the surrounding area decreased. From this situation, the effects of the sugar-energy sector reached the schools in the field, because the number of students also reduced. Among the five rural poles in the municipality of Quirinópolis, one was closed due to the serious decrease in enrollments and the others followed with a somewhat uncertain future. The situation reverberated at the end of 2017, when a new threat of closure to the rural school Antônio Sabino Tomé was announced. The Castelo community has organized and fought for the realization of their rights, based on the laws, seeking to keep the school in operation. Rural schools go through continuous challenges such as the nucleation proposal, based on the inconstancy of the number of students. It is perceived that the teaching taken to the field is the same idealized for the urban schools, what evidences more an exclusion of the subjects of the field, since this does not strengthen its relation with the place, besides not to provide an emancipatory education. However, for the Castelo community, the school is regarded as a symbol of resistance, as it emerged from the struggle of peasants, from the perspective of pursuing their way of life in the countryside. Today, even in the face of the challenges imposed by the production of sugar cane monoculture, the subjects of the field in the Castelo community persist in continuing in their place and, for that, the school is the hope that these families found to unite in benefit of a common goal.

Keywords: Schools in the field. Sugar-energy sector. Place. Community Castle. Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOS

Foto 1 – Instalações da Usina Sucroenergética em Quirinópolis (GO).....	38
Foto 2 – Instalações da Usina Sucroenergética em Quirinópolis (GO).....	40
Foto 3 – Placa de inauguração da EMRAST fixada na parede da escola.....	59
Foto 4 – Fachada da EMRAST após a reforma.....	60
Foto 5 – Quirinópolis (GO): Veículos utilizados no transporte escolar dos alunos.....	63
Foto 6 – Momento de oração que antecede o início das aulas na EMRAST.....	64
Foto 7 – Festa da Primavera na EMRAST em 2018.....	65
Foto 8 – Apresentação dos alunos na Festa da Primavera da EMRAST em 2018.....	65
Foto 9 – Faixa de protesto da comunidade rural nas grades da EMRAST.....	95
Foto 10 – Faixa de protesto da comunidade rural nas grades da EMRAST.....	95
Foto 11 – Instalações da EMRAST com faixas de manifestação da comunidade rural..	96

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade produzida (t) e área colhida (ha) de cana-de-açúcar em Goiás (2000-2016).....	27
Gráfico 2 – Produção de soja, milho e cana-de-açúcar em Quirinópolis (GO).....	34
Gráfico 3 – Quirinópolis (GO): Produção e área colhida com cana-de-açúcar (2006-2017).....	44
Gráfico 4 – Pecuária em Quirinópolis (GO): Efetivo do Rebanho Bovino (2000-2017).....	46
Gráfico 5 – Possui parentes ou vizinhos que abandonaram, arrendaram ou venderam suas propriedades para as usinas e mudaram para a cidade?.....	53
Gráfico 6 – Avaliação dos entrevistados sobre as mudanças ocorridas na comunidade rural com a chegada das usinas no município de Quirinópolis.....	55
Gráfico 7 – Se pudesse escolher, qual seria sua opção sobre morar no campo?.....	69
Gráfico 8 – Há quanto tempo mora no campo?.....	71
Gráfico 9 – Se a escola fechasse, qual seria o futuro dos seus filhos ou das crianças da comunidade?.....	99

MAPAS

Mapa 1 – Microrregiões do Estado de Goiás.....	16
Mapa 2 – Usinas do setor sucroenergético no Estado de Goiás.....	26
Mapa 3 – Eixos de expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar em Goiás.....	32
Mapa 4 – Produção de cana-de-açúcar no estado de Goiás em 2012.....	34
Mapa 5 – Localização da EMRAST no município de Castelândia (GO).....	91

QUADROS

Quadro 1 – Turmas e modalidade de ensino na EMRAST.....	61
Quadro 2 – Número de Estabelecimentos no Rural 2007/2014.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produto Interno Bruto de Quirinópolis (R\$ mil).....	37
Tabela 2 – A Produção e a Produtividade da cana na Usina – safras 2006 a 2010.....	39
Tabela 3 – Área de colheita de cana na Usina no município de Quirinópolis – safras 2008-2011.....	41
Tabela 4 – Produção da cana na Usina – safras 2008 a 2011.....	41
Tabela 5 – Produção Agrícola de Quirinópolis - Lavoura Temporária – Área Colhida (ha).....	44
Tabela 6 – Total de matrículas realizadas nas escolas rurais de Quirinópolis (GO) 2009-2018.....	49

LISTA DE SIGLAS

CANASAT – Monitoramento da Cana-de-Açúcar por Imagens de Satélite

CEB – Câmara de Educação Básica

CELG – Companhia Energética de Goiás

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EFA – Escola Família Agrícola

EMRAST – Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé

ENERA – Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMB – Instituto Mauro Borges

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MPGO – Ministério Público do Estado de Goiás

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

POLOCENTRO – Programa para o Desenvolvimento do Cerrado

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PROCEDER – Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado

PROMUNICÍPIO – Projeto de Cooperação Técnica e Financeira Estado/Município

PRO-RURAL – Projeto Integrado de Apoio do Pequeno Produtor Rural

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEGPLAN – Secretaria de Estado de Gestão e de Planejamento do Estado de Goiás

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SIEG – Sistema Estadual de Geoinformação

SIFAEG – Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás

UNB – Universidade Federal de Brasília

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS-GO	24
1.1 A expansão da monocultura da cana-de-açúcar no estado de Goiás	24
1.2 A inserção do setor sucroenergético em Quirinópolis	28
1.3 As Usinas do setor sucroenergético no município de Quirinópolis	36
1.4 A (re)organização da produção agropecuária do município de Quirinópolis de 2000 a 2017	42
2. AS ESCOLAS NO CAMPO E A COMUNIDADE RURAL DIANTE DA EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM QUIRINÓPOLIS-GO	48
2.1 A influência do setor sucroenergético sobre as escolas rurais em Quirinópolis	48
2.2 Caracterização da Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé	57
2.3 O lugar da comunidade rural versus o espaço da cana-de-açúcar	66
3. DESAFIOS DAS ESCOLAS NO/DO CAMPO FRENTE À EXPANSÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO	74
3.1 A Educação no/do campo em contraposição à Educação rural	74
3.2 O fechamento das escolas no campo na perspectiva da nucleação	82
3.3 O prélio contra o fechamento da Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé	90
3.4 As escolas no campo como forma de (re)existência para as comunidades camponesas	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para os familiares das comunidades	112
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista sobre as escolas rurais	114
ANEXO A – Termo de consentimento livre e esclarecido	116

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui em questão faz-se necessária para compreender as transformações ocorridas no campo por meio da (re) organização e apropriação do território pelo capital. Poder-se-á observar que o campo atual é visto como um território de reprodução do agronegócio e neste, os camponeses são esquecidos, pois não “movimentam” a economia com a mesma intensidade que a agroindústria. Neste sentido, o estudo tem o propósito de compreender as mudanças ocorridas a partir da instalação das empresas sucroenergéticas no espaço rural de Quirinópolis e os efeitos causados por esse setor à região rural Castelo e à Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé (EMRAST).

A questão agrária brasileira perpassa pela teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, abordada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1999). De um lado o agronegócio, manifestação da agricultura capitalista que se expandiu pelo território e, de outro, o camponês que sofreu as consequências do desenvolvimento do capitalismo no campo. Neste contexto, percebe-se o campo voltado para o agronegócio, para a grande empresa capitalista e, em outra vertente, há uma série de empecilhos para a permanência do camponês no campo.

No município de Quirinópolis, localizado no sudoeste do estado de Goiás, anterior à insurgência do setor sucroenergético, era possível observar um número maior de famílias morando no campo, seus filhos estudavam nas escolas rurais, o trabalho familiar era presente na pequena propriedade e via-se também o morador do campo como trabalhador assalariado em propriedades de outrem. Após a instalação de duas empresas do setor sucroenergético no município houve uma significativa modificação nesse perfil rural, explícito na paisagem pela presença de extensos canaviais nas propriedades.

Na infância, por ter passado a maior parte das férias na propriedade rural dos meus avós, mantive uma relação direta e intensa com o campo. Convivi de perto com algumas transformações na região rural Douradinho, em que meu pai arrendava uma propriedade, para a prática de pecuária extensiva. Participei da inauguração de uma escola no campo nesta mesma região, nunca estudei na mesma, porém estava presente nas festividades da escola. Observei a chegada da cana-de-açúcar nas propriedades vizinhas.

Aos poucos a monocultura foi se expandindo e os proprietários de pequenas, médias e grandes propriedades arrendando e/ou vendendo-as. As lavouras de soja, milho e sorgo observadas às margens da rodovia no caminho até a fazenda cederam, gradativamente, espaço

aos canaviais. Mesmo com tantas mudanças ainda mantemos uma ligação com o campo nos passeios às propriedades dos familiares que permanecem no rural.

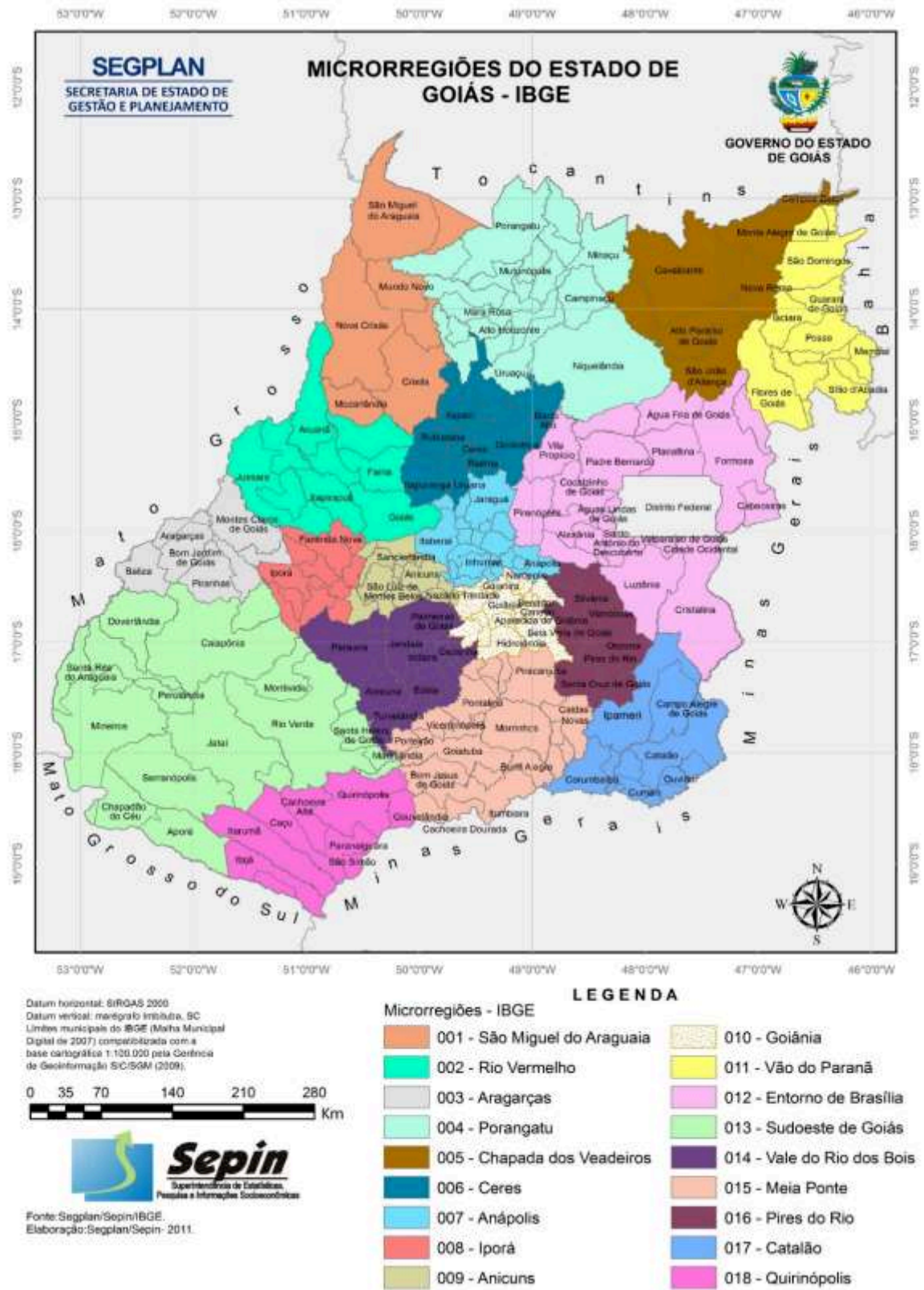
O interesse de estudo pela temática teve início na graduação. Com toda essa trajetória e contato com a vida no campo, a graduação em Geografia despertou-me o interesse em projetos de extensão e a realizar o estágio supervisionado nas escolas no campo do município, o que motivou a escrita da monografia sobre a Escola Municipal Rural Polo Lino Gedeão. Esse envolvimento seguiu para o curso de especialização com o estudo sobre a formação de professores de Geografia para atuar nestas escolas e, seguindo a premissa da Educação do Campo, a temática foi levada ao mestrado para a pesquisa da dissertação.

O intuito de pesquisar e escrever sobre as escolas rurais de Quirinópolis é registrar suas histórias e a relação de interdependência com suas comunidades para que, caso sejam fechadas e até mesmo tenham suas instalações demolidas, continuem vivas em nossas memórias e nos registros históricos. A Escola Municipal Rural Josino Rosa de Moraes, localizada na região rural Sete Lagoas, passou por tal situação devido à queda significativa no número de estudantes da comunidade. Tratava-se da escola mais próxima à sede de uma das empresas do setor sucroenergético.

Até o ano de 2013, havia cinco escolas no campo com estrutura de alvenaria e transporte para atender as crianças e jovens que vivam no rural. Hoje quatro escolas permanecem em funcionamento, são elas: Antônio Sabino Tomé, Custódio Antônio Cabral, João Antônio Barbosa e Lino Gedeão. Ao proporcionar o ensino no campo, a evasão de famílias para o perímetro urbano é minimizada, pois os filhos dos pequenos proprietários e dos trabalhadores rurais têm acesso à educação mais próximos de sua residência, dispensando o longo e demorado transporte até à cidade.

Alunos de outros municípios também estudam nestas escolas no campo, pois as mesmas localizam-se próximas aos limites territoriais do município de Quirinópolis, que pertence à microrregião de Quirinópolis junto a oito municípios (MAPA 1), mas se destaca como o principal e o mais populoso da microrregião. Está localizado na região administrativa do estado de Goiás Sudoeste Goiano, Sua área total é de 3.789 km² e a população estimada para o ano de 2016, segundo censo do IBGE de 2010, era de 47.950 habitantes. O município é dividido em 21 regiões rurais.

MAPA 1- Microrregiões do Estado de Goiás



Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2011.

O recorte realizado para esta pesquisa abrange a região rural conhecida como Castelo. A escola no campo Antônio Sabino Tomé foi escolhida como objeto de estudo devido à localização mais próxima tanto do perímetro urbano quanto das empresas do setor sucroenergético, portanto ocupam territórios propícios para a monocultura da cana-de-açúcar por tal fator (localização geográfica).

O estudo apresentado permite entender sobre a relação existente nas comunidades rurais em décadas passadas, abrangendo suas escolas, e refletir sobre essas relações após o ano de 2004, depois da chegada da cana-de-açúcar no município, sob a perspectiva do agronegócio. É um recorte de tempo e de espaço que proporciona a problematização e entendimento das relações do homem com o campo, que serão apresentadas de forma detalhada nas entrelinhas das sessões adiante. Antes de apresentarmos as sessões deste trabalho, explanaremos os objetivos da pesquisa e os procedimentos metodológicos.

Esta pesquisa se classifica como explicativa, pois “[...] têm como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos. Estas pesquisas são as que mais aprofundam o conhecimento da realidade, pois têm como finalidade explicar a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2010, p. 28). Para instituir o caráter científico ao conhecimento engendrado a partir da pesquisa, faz-se necessário a aplicação de um método de abordagem, que delinea os caminhos a serem percorridos pelo pesquisador e os rumos da pesquisa científica, por meio de técnicas e procedimentos, escapando da descrição de um senso comum.

O método de abordagem que compete à necessidade de compreensão das transformações ocorridas no campo a partir da inserção do agronegócio é o dialético, neste Marconi e Lakatos (2003, p. 101) retratam a característica de ação recíproca da dialética,

[...] as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está "acabada", encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro. Por outro lado, as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente.

Na dialética entende-se o devir, o conhecimento do processo de formação dos fenômenos em seus contextos com os demais acontecimentos. Pode-se dizer que as transformações ocorridas no campo em Quirinópolis encontram-se em andamento e, por meio da dialética, pretende-se descobrir as consequências do condicionamento entre sociedade e natureza, em sua relação “recíproca”. Este método de abordagem se fundamenta no diálogo

para a superação dos problemas, ou seja, a lógica não só eleva as contradições existentes como cria novas, até haver a necessidade de uma solução das mesmas (GIL, 2008).

A dialética não pode ser entendida com uma visão quantitativa, pois esta valoriza muito a análise qualitativa. Assim como não admite o isolamento da natureza para com o fenômeno a ser estudado (GIL 2008). Neste sentido, a pesquisa pretende investigar o diálogo existente entre o homem e a apropriação do campo, sem separar seus interesses econômicos e, por meio de uma investigação, constatar o qualitativo do campo após a dominação do agronegócio.

O procedimento mais adequado à análise que será realizada é o monográfico ou estudo de caso, onde “[...] a investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 108). O procedimento monográfico é uma etapa que tem como finalidade explorar, descrever e explicar os fenômenos destacados em seu objeto de estudo.

O estudo de caso aqui apresentado é de caráter simples, pois será abordado apenas um caso em questão. A investigação terá uma unidade de análise (a comunidade/campo que inclui a Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé) para averiguar determinados elementos da pesquisa, pois na área/comunidade abordada o campo apresenta um número significativo de propriedades com a monocultura canavieira.

De acordo com Yin (2001, p. 35), “[...] o estudo de caso, como outras estratégias de pesquisa, representa uma maneira de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados”. A dissertação exige uma exploração do objeto, assim integra seus elementos ao realizar uma abordagem totalitária do grupo, na busca da explicação do fenômeno. Pode-se dizer que,

[...] os métodos de procedimento seriam etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratas. Dir-se-ia até serem técnicas que, pelo uso mais abrangente, se erigiram em métodos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitados a um domínio particular (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 106).

Por meio do procedimento utilizado foi possível um contato real, mais palpável e concreto com o objeto de estudo. Neste contexto, a pesquisa ganhou um caráter particular, pois o pesquisador conduziu o estudo no local. As técnicas viabilizaram uma explicação mais ampla do fenômeno, sem deixar levar-se por devaneios, estas são “[...] consideradas como um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência, são também, a habilidade para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 222).

Para atingir os propósitos científicos desejados, um dos procedimentos adotados foi a coleta de dados. Neste momento da pesquisa houve a necessidade de uma exploração da área de estudo para as análises. Ora, para essa investigação foi necessário realizar dois tipos de técnicas para coleta de dados. O primeiro procedimento realizado na pesquisa foi a documentação indireta, que consistiu na pesquisa bibliográfica e documental sobre o assunto tratado. Na pesquisa bibliográfica as fontes consultadas foram publicações, não necessariamente impressas, como livros, artigos, teses, entre outros. Esse tipo de investigação possibilita alguns benefícios aos escritores, como afirma Gil (2008, p. 50),

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Ao construir a base do trabalho acadêmico a partir de uma investigação aprofundada sobre o tema a ser desenvolvido pelo pesquisador, isto é, a construção do referencial teórico, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Alguns dos principais autores que sustentam as premissas da pesquisa são: Arroyo (2004); Bray, Ferreira e Ruas (2000); Fernandes (2005); Haesbaert (2004); Leite (2002); Oliveira (2007) e Santos (1985).

Outra técnica utilizada foi a pesquisa documental, com consulta a fontes primárias. Os documentos consistem em uma parte importante da pesquisa por apontar um enfoque mais particular, do local que se pesquisa. As fontes consistiram em documentos públicos, arquivos particulares e fontes estatísticas. Alguns dados coletados são do IBGE, sobre o tipo de produção no campo a partir dos anos 2000, outros da Secretaria Municipal de Educação, sobre o registro do número de alunos anual matriculados nas escolas rurais a partir de 2009, após a implantação da monocultura da cana-de-açúcar no município, e fotos.

Foram realizadas visitas às instalações das escolas para acesso a arquivos como o Projeto Político Pedagógico e sobre as salas multisseriadas e seriadas. Neste momento, tivemos acesso à documentação direta que consistiu na coleta de dados no local estudado por meio da pesquisa de campo. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 186), a finalidade da pesquisa em campo “[...] é abstrair o conhecimento necessário acerca do fato que procura-se uma resposta, assim comprovar sua existência ou até mesmo relações com outros fenômenos”.

No campo realizado na Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé ocorreram registros das reuniões do Conselho de Pais e Mestres, cujo objetivo era lutar para a permanência da escola em funcionamento, já que a mesma corria o risco de fechamento. Não

foi possível registrar as festividades da Festa Junina, pois a mesma foi desmarcada. O ocorrido deveu-se pela programação do 4º Festival Gastronômico da Chica Doida, realizado no fim do mês de maio de 2018, que suspendeu as festas juninas realizadas nas escolas municipais, tanto no campo como na cidade.

A necessidade de entrar em contato com o objeto de estudo, após a realização da pesquisa bibliográfica, surgiu para identificar os fatos na dinâmica do cotidiano, nas suas inter-relações com o espaço geográfico. A pesquisa de campo de caráter exploratório foi essencial para melhor investigação sobre o fenômeno de territorialização do agronegócio no campo do município de Quirinópolis. Sendo a pesquisa exploratória,

Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente). Obtém-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado. Uma variedade de procedimentos de coleta de dados pode ser utilizada, como entrevista, observação participante, análise de conteúdo etc., para o estudo relativamente intensivo de um pequeno número de unidades, mas geralmente sem o emprego de técnicas probabilísticas de amostragem (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 188).

A pesquisa campo possibilitou a observação direta intensiva, que consistiu na análise do local e entrevista dos sujeitos envolvidos no recorte/área estudada. A observação é o ato de interpretação do fenômeno estudado e, neste estudo, foi realizada de forma sistemática, preparada antecipadamente para seguir um roteiro norteador, pois “[...] o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 193). Alguns instrumentos de anotação foram utilizados, como a caderneta de campo, caneta, lápis, borracha, gravador e câmera fotográfica.

Uma das técnicas mais importantes na observação direta intensiva foi a entrevista, pois nesta o entrevistador/pesquisador efetuou uma conversação face a face com o entrevistado, o que proporciona as informações necessárias à pesquisa. Gil (2008, p. 109) destaca que a entrevista “[...] é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. A entrevista foi padronizada/estruturada, aplicando as mesmas perguntas aos investigados a partir de um roteiro preestabelecido. Sendo a pesquisa de campo exploratória, a mesma dispensa as técnicas probabilísticas de amostragem.

Foi realizado um total de quinze entrevistas com os pais dos alunos da EMRAST, e uma entrevista com a atual diretora de 2019. Além das entrevistas com o roteiro

preestabelecido, houve participação nas reuniões da comunidade rural juntamente com a Associação de Pais e Mestres no ano de 2017. Dentre os dados da pesquisa estão entrevistas do prefeito de Quirinópolis a uma rádio local e entrevistas concedidas pelos pais ao Jornal Anhanguera de Rio Verde no dia da manifestação contra o fechamento da escola, realizada também no ano de 2017, no mês de novembro.

O tipo de amostragem da pesquisa consistiu em não-probabilística, isto é, dispensou as leis estatísticas rigorosas da ciência. Dentre os tipos de amostras não-probabilísticas, um dos mais conhecidos, e que foi utilizado no desenvolvimento da pesquisa, é a amostragem por acessibilidade ou por conveniência. Nesta foram selecionados, de modo aleatório, os elementos que o pesquisador tiver acesso, no próprio convívio na escola rural e na comunidade, e estes representaram parte da população da área pesquisada. Reforça-se que, mesmo ao utilizar dados numéricos e índices de documentos primários consultados, a essência do estudo é qualitativa, o que inviabiliza o rigor estatístico.

Por motivo da falta das festividades na escola no ano de 2018, que reuniriam maior parte da população da região Castelo na EMRAST, o trabalho de campo ficou comprometido. Os dados obtidos foram selecionados, codificados e tabulados, para a anexação dos mesmos à pesquisa. A primeira etapa de organização dos dados foi a seleção. Este momento foi importante, pois pôde-se detectar tanto as falhas e equívocos nas respostas, quanto falta ou excesso de informações, que poderiam comprometer a caracterização do estudo, assim exigindo ou não um retorno ao campo para uma nova averiguação. A fase seguinte da análise dos dados foi a codificação.

Na codificação as informações recolhidas foram interpretadas e selecionadas de acordo com a relação entre eles, resultando em quadros ou outras formas de exposição, que esclareceram de forma precisa os resultados da pesquisa. Assim afirma Marconi e Lakatos (2003, p. 167), ao discorrerem que “[...] codificar quer dizer transformar o que é qualitativo em quantitativo, para facilitar não só a tabulação dos dados, mas também sua comunicação”.

Após a codificação, aconteceu a etapa final de organização dos dados, a tabulação. Esta consistiu na demonstração estatística dos dados recolhidos na pesquisa e tem maior peso nas pesquisas quantitativas. Como o estudo é de caráter qualitativo, os dados quantitativos tem apenas a função de confirmar alguns fatos do fenômeno estudado. Estes foram tabulados de forma manual e com auxílio do Excel e deram origem a tabelas, quadros e gráficos presentes na pesquisa. Uma vez realizado a fase de campo, e com os dados obtidos e já organizados, ocorreu uma análise e interpretação.

A análise é a verificação da hipótese levantada no início da pesquisa, a partir da formulação do problema. Foi o momento de comprovar a validade das variáveis e esclarecer sobre suas relações com o estudo. A interpretação é uma explanação dos resultados ao serem contextualizados com os objetivos e o conteúdo da pesquisa em questão. É o momento em que os resultados ganham uma expressão mais intelectual, de reflexão, para assim fazer sentido à pesquisa. Gil (2008, p. 183) afirma que a interpretação “[...] pode ser considerada como a parte mais importante de todo o relatório. Aqui é que se faz a apresentação do significado mais amplo dos resultados obtidos, por meio de sua ligação a outros conhecimentos já obtidos”.

A dissertação estrutura-se em três seções. A primeira apresenta um referencial teórico para a análise da inserção da cana-de-açúcar no Sudoeste Goiano. Intitulada “*A territorialização do setor sucroenergético no município de Quirinópolis*”, na primeira seção é apresentado o processo de apropriação do campo pela agricultura capitalista, ou seja, o agronegócio, fundamentado na perspectiva de autores relevantes na temática como, Barreto e Tomaz Júnior (2016), Bray, Ferreira e Ruas (2000), Fernandes (2005), Graziano da Silva (1996), Haesbaert (2004), Oliveira (2007), Santos (2011), entre outros. Foi feito um levantamento bibliográfico sobre a expansão do setor sucroenergético no estado de Goiás, com ênfase em acontecimentos históricos que fomentaram essa ampliação do cultivo da cana-de-açúcar, até sintetizar o foco do estudo no Sul Goiano, mais especificamente no município de Quirinópolis.

Nesta seção o estudo buscou caracterizar a produção agropecuária do município de 2000 a 2017. Há um breve resgate histórico sobre a chegada das mesmas em Quirinópolis e sobre a produção de cada uma delas. Essas empresas serão aqui chamadas de Usinas X e Y, isto é, terão seus verdadeiros nomes preservados, pois ao tratarem-se de indústrias de capital aberto não foi possível estabelecer contato direto para autorização de uso das suas respectivas razões sociais, nem entrevistas com dados mais concretos/atuais das empresas do setor sucroenergético. Toda a biografia das mesmas baseou-se em consultas aos sites de cada uma das empresas, os dados da produção no site do IBGE e demais informações em trabalhos de autores que escreveram sobre estas em anos anteriores.

A segunda seção é o momento em que buscou-se compreender os efeitos das usinas do setor sucroenergético nas escolas rurais do município de Quirinópolis e na comunidade rural Castelo. A seção intitulada “*As escolas no campo e a comunidade rural diante da expansão da cana-de-açúcar em Quirinópolis/GO*” proporcionou a conexão entre os assuntos abordados na dissertação ao envolver o setor sucroenergético, escolas rurais e comunidade.

Alguns autores foram importantes para esta temática, como Cavalcanti (1998), Caldart (2002), Leite (2002), Haesbaert (2004) e Souza (2013). Realizou-se pesquisa de campo para coletar dados sobre o número de alunos nas escolas rurais de Quirinópolis junto à Secretaria Municipal de Educação, no entanto, a mesma só realizou a separação dos alunos do município por escola a partir do ano de 2009. Como as usinas adentraram ao município em 2004, tem-se um período de cinco anos sem dados específicos dos alunos do espaço rural.

Nesta seção o trabalho de campo foi de grande importância para coletar informações e dados para a caracterização da Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé (EMRAST), conhecer e registrar fotos do prédio da escola, veículos de transporte e alguns momentos com os alunos, assim como contatar os pais para as entrevistas. No último subitem desta seção parte das entrevistas com os pais expõe suas opiniões sobre o campo anterior a chegada da cana-de-açúcar no município, assim como suas preocupações com a possibilidade de continuar morando no campo, já que o cultivo dos canaviais ainda avança na microrregião de Quirinópolis e isso compromete os seus empregos e atividades produtivas.

Para relacionar o setor sucroenergético às escolas no campo é necessário apresentar os princípios desse ensino. Para tanto, fica expresso na terceira seção teorias sobre “*Desafios das escolas no/do campo frente a expansão do setor sucroenergético*”. A seção é fundamentada em conceitos de autores como, Caldart (2002, 2008), Camacho (2013), Costa (2013), Fernandes e Molina (2004), Leite (2002), Molina (2008), MST (2011), entre outros. A princípio é apresentado a proposta de educação no/do campo, diferenciando-a do conceito de educação rural. É o momento de compreender a diferença entre os termos e caracterizar o tipo de ensino que existe nas escolas no campo do município de Quirinópolis, em especial na EMRAST.

Outro assunto de grande relevância a ser tratado na seção é a nucleação das escolas no campo, com o intuito de criar escolas polos para centralizar a oferta de ensino no campo. Uma discussão sobre esta política mostra como esta contribui para o fechamento das escolas e afasta o aluno do seu lugar. Discutiui-se também sobre a reivindicação da comunidade rural Castelo, que lutou em prol da permanência da EMRAST, contra o fechamento da mesma imposto pelo poder público municipal em 2017. Fato este que atingiu proporções maiores, como reportagem em jornais regionais e ação civil pública registrada pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO). Conclui-se a seção ao enfatizar a importância da EMRAST como forma de (re) existência das famílias no campo. Por fim, seguem-se as considerações finais da pesquisa, as referências, anexos e apêndices.

1. A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS - GO

1.1 A expansão da monocultura da cana-de-açúcar no estado de Goiás

O processo de ocupação econômica do Cerrado passou por importantes marcos temporais, a partir do preenchimento dos espaços que se encontravam adentro das terras brasileiras. Alguns destes marcos e, posteriormente, o uso do solo do Cerrado para a produção de monocultura, estiveram ligados às políticas de desenvolvimento criadas pelo governo nacional, na intenção de acelerar o crescimento econômico do país. Essas políticas estiveram concentradas no fim do século XX.

Algumas destas políticas de ocupação das terras do Centro-Norte do Brasil foram de incentivo e investimento na agricultura, posteriormente culminando na modernização da produção agrícola. De acordo com Santos (2011, p. 45, grifo do autor),

A década de 70, por meio do II PND (1975-79), visava promover a integração nacional, sobretudo, a ocupação das áreas da Amazônia e do Centro-Oeste, com aplicação de tecnologias agropecuárias modernas e assim diminuir as disparidades regionais brasileiras, sob a égide da *interiorização de desenvolvimento* via ocupação rápida das terras e sua incorporação ao sistema produtivo. Dois principais programas induziram a aplicação de novas tecnologias para o Cerrado, o POLOCENTRO (1975-1979) e o PROCEDER (início dos anos 1980) [...] Na verdade essa política tivera início com outra, a Marcha para Oeste (Governo Vargas), e prosseguira com o Plano de Metas (Juscelino Kubitschek) na década de 1940 e 1950, o qual levou até mesmo à mudança da capital federal para o Planalto Central - Brasília.

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), o Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e o Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) objetivavam a ocupação do Cerrado para instauração de áreas de pastagem, destinadas a pecuária extensiva, e cultivo, em muitos casos inicialmente de grãos e mais tarde de cana-de-açúcar, na intenção de amenizar as diferenças entre as mesorregiões brasileiras, principalmente se tratando de questões econômicas.

No governo Geisel (1974/1978) houve importantes ações ligadas ao desenvolvimento do setor energético no Brasil, dentre eles o Proálcool, o Programa Nuclear e a Hidrelétrica de Itaipu (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Neste período a política de terras preocupou-se em atender demandas da política econômica, das grandes fazendas e dos grandes grupos econômicos e grandes empresas capitalistas (MARTINS, 1985). Como afirma Santos (2011), a partir da década de 1970, Goiás atraiu as agroindústrias com o intuito de consolidação das *commodities*. Nesta década, o uso do álcool combustível crescia devido ao choque do petróleo

e à criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Bray, Ferreira e Ruas (2000, p. 2) ressaltam que,

No final de 1975 foi criado o Programa Nacional do Álcool (PRÓALCOOL), visando o implemento da produção de álcool para veículos automotivos. O referido programa alterou toda espacialização da cana-de-açúcar, dinamizando a produção alcooleira nos Estados grandes centros consumidores. O PRÓALCOOL passou por várias fases, tendo significativa participação nos rumos energéticos e econômicos do País.

De imediato o processo de territorialização do setor sucroenergético esteve concentrado nos estados que apresentavam características como melhor infraestrutura, terras já utilizadas para produção agrícola, maior facilidade de escoamento e que a demanda pelo etanol era maior. Tem-se que, com a melhora dos fluxos, tanto de comunicação quanto de transporte, e a saturação das áreas para expansão do cultivo nas regiões pioneiras dos canaviais, houve a expansão para outras mesorregiões como o Centro-Oeste. Lima e Garcia (2011, p. 286) afirmam que,

O setor etanol/açúcar goiano se beneficiou dos incentivos fiscais e do Programa Produzir, que tem potencializado os investimentos. Outros fatores podem explicar a instalação de novas unidades produtivas do setor etanol/açúcar no Estado de Goiás, tais como a infraestrutura logística, alicerçada basicamente na construção do alcoolduto (Projeto da Petrobrás), e a disponibilidade de terras relativamente férteis e baratas que em boa medida eram utilizadas pela pecuária extensiva. Assim, essas áreas podem ser adquiridas ou arrendadas, contribuindo para a formação de canaviais, comandados pelas próprias empresas ou por terceiros. O valor do arrendamento das terras no estado é considerado o menor quando comparado com regiões tradicionais no cultivo da cana-de-açúcar, como por exemplo, em São Paulo.

Com a política de fomento para a produção de energia renovável, a espacialização da cana-de-açúcar expandiu pelas terras do Cerrado. Por se tratar de uma área de recente ocupação territorial ou de expansão da fronteira agrícola, as terras no Cerrado tinham preços mais baixos se comparadas às propriedades ocupadas há mais tempo em outras regiões. Os fatores naturais e ambientais favoráveis à mecanização e os programas de crédito rural contribuíram para a ocupação das terras em Goiás pela migração dos agricultores do Sul e Sudeste (SANTOS, 2011)

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2017), Goiás destaca-se como o segundo maior produtor de cana-de-açúcar, atrás apenas do estado de São Paulo. O estado pertence à mesorregião Centro-Oeste do Brasil e nos dias atuais vem destacando-se com a produção de cana-de-açúcar. No ano de 2018 são 39 unidades de processamento de cana-de-açúcar, etanol e energia instaladas no estado, conforme exposto no mapa 2. Observa-se que grande parte das usinas encontram-se concentradas no Sul Goiano.

MAPA 2 – Usinas do setor sucroenergético no Estado de Goiás.

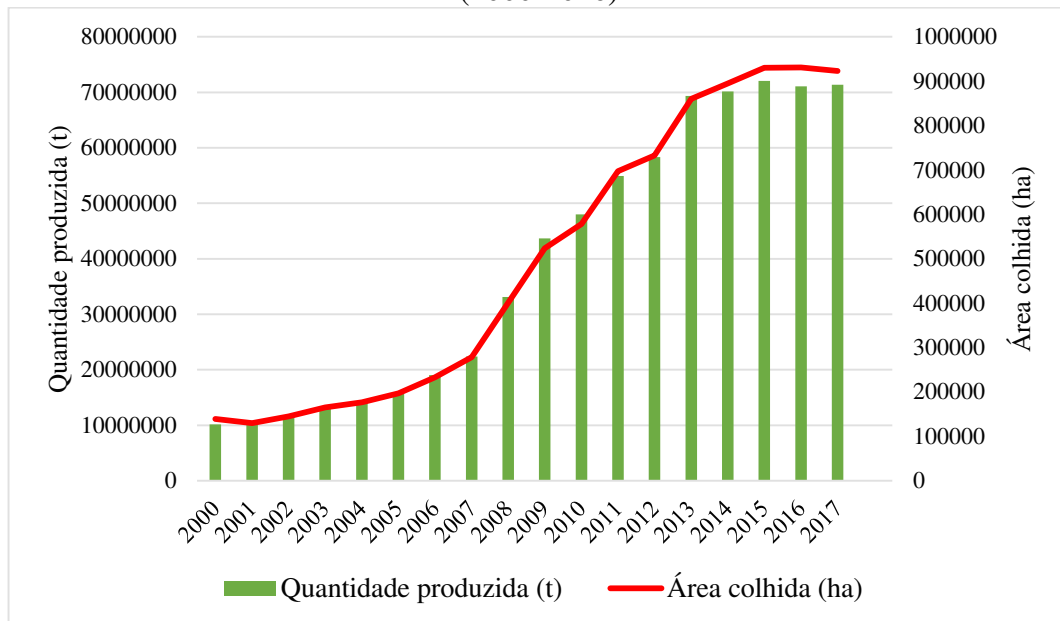


Fonte: SIFAEG, 2018.

Ao analisar os hectares colhidos de lavoura temporária de cana-de-açúcar em Goiás no período de 2000 a 2017, percebe-se um avanço de aproximadamente 783.631 hectares, conforme expresso no gráfico 1. De acordo com dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), em 2000 a área colhida foi de 139.186 hectares e em 2017 esse número chegou a 922.817 hectares. Com as novas tecnologias associadas desde o início da produção da monocultura da cana-de-açúcar, garante-se um padrão de qualidade da planta, controle de pragas, plantio e colheita em curto período de tempo e também bons resultados na produtividade. Isso possibilita que as usinas tenham extensos canaviais, pois as técnicas ajudam a ter intenso controle sobre sua produção e escoamento.

É possível perceber quão grande foi o avanço das culturas de cana-de-açúcar no estado de Goiás (gráfico 1). Observa-se que tanto a quantidade produzida quanto a área colhida aumentaram bastante até 2015. Porém observa-se que nos últimos dois anos a área colhida não teve crescimento e a quantidade produzida em toneladas obteve uma tímida queda, ou seja, nesses dois últimos anos o crescimento do setor sucroenergético não foi tão vertiginoso quanto nos cinco primeiros anos da década de 2010. Pode-se considerar que as técnicas modernas da agricultura já não exigem crescimentos contínuos de áreas plantadas e colhidas para bons resultados em produtividade.

GRÁFICO 1 – Quantidade produzida (t) e área colhida (ha) de cana-de-açúcar em Goiás (2000-2016)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2017.

Org.: GOUVEIA, A. S., 2019.

O expressivo aumento na quantidade da produção de cana-de-açúcar entre 2006 e 2011, passando, respectivamente, de 19.049.550 para 54.903.085 de toneladas, esteve ligado ao documento de Diretrizes de Política de Agroenergia (2005), que apresentou um novo conjunto de fontes de energia, no intuito de diminuir a dependência de combustíveis fósseis. Os pilares principais dessa política seriam a produção de álcool e biodiesel, cultivo de florestas energéticas e utilização de resíduos agroflorestais para a produção de energia.

A política global do governo federal do Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011 propunha uma “extensão” do que havia sido o Programa Nacional do Álcool. Para tanto houve atração de capitais estrangeiros e investimentos em logística, no intuito de melhorar o transporte e armazenamento. A monocultura da cana-de-açúcar expandiu-se pelas propriedades rurais do estado de Goiás e conquistou espaço entre os grandes produtores, impactando na produção agrícola existente no campo (principalmente grãos) e também na vegetação nativa, Cerrado. Ao realizar estudos sobre Goiás, Silva e Miziara (2011, p. 406) salientam que,

Considerando-se apenas as áreas onde o cultivo da cana-de-açúcar foi efetivado, pôde-se confirmar a ideia de substituição de culturas praticadas em 2002, uma vez que 67% destas áreas, atualmente ocupadas por cana-de-açúcar, eram, então, destinadas à agricultura, antes da expansão recente do setor sucroalcooleiro. No que diz respeito ao avanço da cana-de-açúcar sobre áreas de vegetação nativa, um fato preocupante, do ponto de vista ambiental, é que 15% se deu em área de Cerrado e 6% em outro tipo de vegetação. Por fim, apenas 12% da expansão da cana-de-açúcar de fato ocorre em áreas de pecuária, dado que contradiz, fortemente, o discurso

oficial, onde as áreas prioritárias, a serem incorporadas à nova atividade, seriam as pastagens degradadas.

A maior área ocupada pela cana-de-açúcar em Goiás são os hectares que outrora foram destinados à agricultura, principalmente de grãos. Além destes, os estudos de Silva e Miziara (2011) salientaram que a vegetação nativa do Cerrado também perdeu significativa parte de seus hectares para o plantio de cana-de-açúcar. Nas áreas de pastagens também foi introduzida a monocultura da cana, porém em menores números que nas áreas de agricultura e o Cerrado.

Para os camponeses, a terra é um lugar para produzir, morar e construir relações sociais e, na perspectiva do agronegócio a terra é destinada à produção de mercadorias (FERNANDES, 2012). O mesmo campo onde em pouco mais de uma década havia uma produção diversificada, com processos produtivos mais singelos, hoje apresenta a monocultura da cana-de-açúcar fortemente enraizada, com uma produção rápida, mecanizada e ágil, para atender ao mercado externo. Essa ação também incluiu municípios do interior do Sul do estado, como Quirinópolis, que hoje conta com duas usinas sucroenergéticas.

1.2 A inserção do setor sucroenergético no município de Quirinópolis

O agronegócio cresce na perspectiva de atender às demandas do capitalismo no século XXI. Nesse processo, o campo é visto como espaço de produção de mercadorias objetivando o lucro de grandes empresas da agroindústria brasileira e até mesmo estrangeiras e de latifundiários. O espaço rural do município de Quirinópolis passa por essa (re)estruturação, onde acerca de 15 anos o setor sucroenergético instaurou-se causando mudanças significativas tanto na paisagem quanto no modo de vida dos sujeitos do campo, sendo estes camponeses, pequenos proprietários ou até mesmo trabalhadores assalariados.

Para Fernandes (2005, p. 4863) o agronegócio “[...] é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação”. Diferente do camponês com sua pequena produção, ressaltado por Oliveira (2007, p. 11), que “[...] deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem”.

A territorialização do agronegócio canavieiro no município de Quirinópolis começou a partir do ano de 2004. Com a inserção do setor sucroenergético no município houve uma

preparação dos solos, a construção das sedes das usinas no campo, a migração da mão-de-obra extra regional vinda de estados nordestinos, principalmente a braçal, entre demais serviços que envolviam infraestrutura também na cidade, como hotelaria, as empresas terceirizadas de equipamentos e outros. Esse processo de territorialização é descrito por Haesbaert (2004, p. 5) como o processo de “dominação e de apropriação do espaço”.

Após o processo inicial de instauração do setor sucroenergético no município, as sedes das usinas foram oficialmente inauguradas, a Usina X foi inaugurada em 2007 e a Usina Y em 2008. As usinas serão assim chamadas pois não foram concedidas autorização das mesmas para o uso de seus respectivos nomes em tal estudo. Até o momento de implementação desta atividade agrícola no município, na forma de monocultura, tinha-se relações distintas no campo devido ao tipo de produção agropecuária existente. A produção era diversificada e contemplava culturas como o milho, a soja, o algodão, arroz, entre outras atividades, além da criação de gado, tanto para corte como leiteiro.

O incentivo à criação/expansão das usinas para a produção de álcool, foi fomentado na década de 1970 – posteriormente algumas passaram a produzir açúcar e energia elétrica – com as políticas de implementação da produção do álcool como combustível alternativo e sustentável, para diminuir a demanda do país para com a importação de combustíveis fósseis, também conhecido como ouro negro, o petróleo. O aumento na produção foi concretizado a partir das políticas do Programa Nacional do Álcool (PRÓALCOOL), criado depois do choque do petróleo (BRAY, FERREIRA E RUAS, 2000).

De imediato, o processo de territorialização da agroindústria canavieira, esteve concentrado nos estados que apresentavam melhor desenvolvimento na infraestrutura urbana, terras já em produção e maior facilidade de escoamento. Tem-se que, com a melhora dos fluxos e a saturação das áreas nas regiões de mais antiga ocupação canavieira, houve a expansão para outras mesorregiões, como o Centro-Oeste.

Por ser um pouco mais recente, a territorialização do setor canavieiro do Sul Goiano, onde situa-se Quirinópolis, se iniciou no ano de 1999, quando o governo fomentou o uso dos veículos a álcool, assim modificando novamente a estrutura da indústria automobilística e do setor sucroenergético (BRAY, FERREIRA E RUAS, 2000). Essa ampliação causou uma apropriação territorial intensa das terras do município e, posteriormente, de municípios vizinhos, por meio de arrendamentos, fornecedores e até a compra de propriedades rurais pelas próprias Usinas X e Y.

Na perspectiva capitalista é necessário o acúmulo, a reserva de valor, o lucro. Neste sentido, por ser um território de recente ocupação, com terras a preços ainda baixos

comparados às da região Sudeste, as terras no município de Quirinópolis se tornaram muito valorizadas após instalação das empresas do setor sucroenergético. Como aponta Oliveira (2007 p. 62), “com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, e, conseqüentemente, com a consolidação do regime da propriedade privada da terra e da produção de mercadorias na agricultura, a terra também, foi transformada em mercadoria”.

Para a produção de *commodities* houve a modernização no campo quirinopolino. A mecanização do processo produtivo fez crescer a distância existente entre os empresários do agronegócio, principalmente das áreas com produção de cana-de-açúcar, e os pequenos proprietários, já que estes não tiveram condições de investir em tecnologia. Nestas circunstâncias, camponeses abandonaram o campo, acentuando a concentração da propriedade rural. Santos (1985, p. 45) afirma que,

Normalmente, [...] a expansão do chamado capital técnico-científico leva à expulsão de um grande número de residentes tradicionais e à chegada de mão-de-obra de outras áreas. Na medida em que as exigências da produção são outras, diferentes da produção tradicional, visto que, também, o investidor distante necessita de um controle político mais estreito dessa mão-de-obra, ele é obrigado ou prefere transplantar mão-de-obra de fora.

Observa-se que o espaço das relações camponesas em Quirinópolis foi cada vez mais ocupado pela dinâmica da economia exportadora, isto é, pela produção “moderna” da cana-de-açúcar. Nos primórdios da realização do trabalho grande parte da mão-de-obra, tanto a especializada quanto a braçal (barata), vieram de outras localidades como do estado de São Paulo, Alagoas, Maranhão, Ceará, Piauí, entre outros, e as Usinas X e Y empregaram muitos desses trabalhadores.

A princípio grande parte dos trabalhadores presentes no campo quirinopolino foram os cortadores de cana, maior parcela deles migraram de estados nordestinos para trabalharem nesse setor. Os migrantes delinearão os primeiros canaviais no município, que suscitaram nas primeiras safras, de início com o corte da cana-de-açúcar 100% manual. De acordo com Barreto e Thomaz Junior (2016, p. 5) esses sujeitos possuíam a imagem de “[...] trabalhador canavieiro coberto pela fuligem da cana queimada, laborando sob o sol escaldante [...]”.

A população do município que integrou-se à mão-de-obra especializada do modelo produtivo que outrora chegara, realizou cursos em outras sedes dos grupos das Usinas X e Y que encontravam-se em funcionamento nas regiões de produção pioneiras, como no estado de São Paulo. No início, a mecanização foi moderada, substituindo gradativamente alguns serviços manuais e intensificando a cada safra. Em 2019 a mecanização é de tal forma que

uma máquina substitui a mão-de-obra de muitos trabalhadores no campo (SILVA, 2008). De tal modo,

Seja qual for o caso, há um deslocamento: primeiro do mercado de trabalho, e em seguida, muitas vezes, um deslocamento geográfico conduzindo os trabalhadores ou proprietários até então presentes a migrarem para outras áreas. Essa migração se dá como consequência da incapacidade financeira de continuar sendo proprietário ou investidor ou da incapacidade técnica de exercer as novas funções (SANTOS, 1985, p.63).

O novo mercado de trabalho disponível em Quirinópolis, mecanizado e voltado para os canaviais, reduziu o número de trabalhadores rurais e de pequenos proprietários no campo, que migraram para outros municípios e até estados. Conforme o exposto por Santos (1985), muitos não conseguiram passar por essa (re)organização do campo, seja por falta de condições para prosseguir com suas propriedades e/ou inaptidão para exercer funções requisitadas pelo setor sucroenergético.

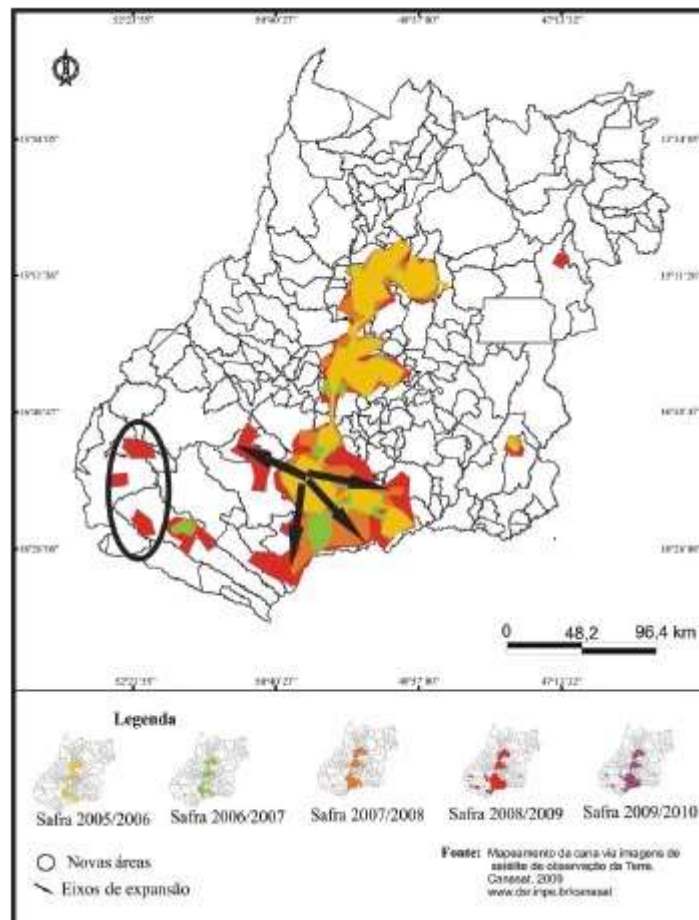
Estudos apresentados por Oliveira (2007) mostram que o capitalismo é analisado como contraditório, ou seja, o próprio modo de produção cria e recria relações chamadas de não capitalistas, principalmente sendo este monopolista. Neste sentido, o autor discorre que, “para que a relação capitalista ocorra é necessário que seus dois elementos centrais estejam constituídos, o capital produzido e os trabalhadores despojados dos meios de produção” (IDEM, 2007, p.11). O autor ainda realça que o processo de apropriação do capital no campo ocorre de duas formas: pela compra e venda da terra (terra como mercadoria/especulação) e pela subordinação da produção camponesa, ou seja, o camponês produz para atender ao mercado (IDEM, 2007).

Então, pode-se entender que, concomitantemente ao desenvolvimento do capital no município de Quirinópolis dois fatos ocorreram com os sujeitos do campo: a separação dos trabalhadores/camponeses do meio de produção, isto é, a terra, e, para aqueles que permaneceram no campo, a subordinação da produção camponesa. Para a compreensão do período em que esses fatores ocorreram, faremos uma breve análise da expansão da cana-de-açúcar no município de Quirinópolis, na microrregião e no entorno.

A cana-de-açúcar adentrou a terras goianas e fez expandir suas culturas para muitos municípios. As agroindústrias do setor sucroenergético instalaram-se primeiramente na área central do estado de Goiás, no sentido norte-sul, com o início das safras em 2005/2006. A partir da safra 2007/2008 a maioria das usinas já encontravam-se concentradas na região sul do estado de Goiás, onde estão registrados os eixos de expansão observados no mapa 3.

O centro dispersor dos eixos de expansão da monocultura canavieira, localizado no sul do estado, está sobre a microrregião denominada de Vale do Rio dos Bois. A partir desta microrregião, o cultivo estendeu-se no sentido leste e sudeste, abrangendo a microrregião Meia Ponte, no sentido sul, abrangendo a microrregião Quirinópolis, e no sentido noroeste e extremo oeste, na microrregião Sudoeste de Goiás, onde destacam-se as novas áreas conquistadas pelo setor sucroenergético.

MAPA 3 - Eixos de expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar em Goiás



Fonte: SILVA E MIZIARA, 2011.

Observa-se que, no município de Quirinópolis a primeira participação é registrada na safra de 2006/2007, com a inauguração da sede da Usina X, área representada pela cor verde no mapa. A safra 2007/2008 (ilustrado no mapa em laranja), já contou com o funcionamento da Usina Y, o que abrangeu uma área maior de cultivo e colheita. Já na safra 2008/2009 (ilustrado no mapa em vermelho) destacam-se outras áreas na microrregião, ou seja, áreas que sugerem o funcionamento de novas usinas sucroenergéticas em outros municípios, tanto na microrregião de Quirinópolis quanto na região do Sudoeste Goiano.

As terras ocupadas pela cana-de-açúcar no processo de expansão da monocultura no município de Quirinópolis e nas demais áreas são, em maior parte, áreas que outrora foram destinadas a outros produtos agrícolas, mais precisamente para a produção de grãos, como afirmam Silva e Miziara (2011, p. 404).

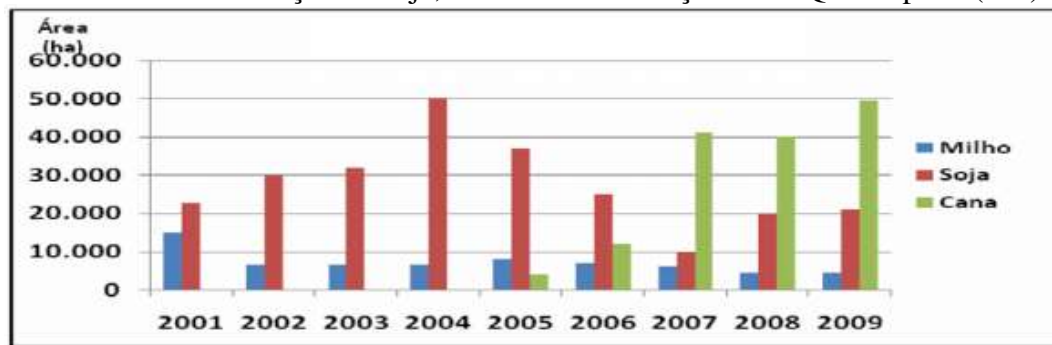
Nos anos de 2006 e 2008, houve um maior número de registro de usinas, sendo que, especialmente em 2008, é possível correlacionar este fato à inserção de novas áreas de cultivo de cana-de-açúcar, [...]. Recentemente, no entanto, a distribuição das usinas toma um novo direcionamento, com forte tendência para a ocupação da região sudoeste do Estado, dado que contribui para fortalecer a ideia de um novo impulso na expansão de Fronteiras Agrícolas, onde pode-se perceber que as terras do sudoeste já ocupadas pela agricultura passam a presenciar uma disputa entre a cultura de grãos e da cana-de-açúcar. Voltando ao modelo teórico proposto inicialmente, observa-se a evidência de que a mudança no uso está relacionada com a mudança do padrão tecnológico, o qual reflete, diretamente, no índice de investimento (Renda Diferencial II), uma vez que a cana-de-açúcar exige investimento maior do que outras culturas, como, por exemplo, a soja.

De acordo com a visão dos autores supracitados, Quirinópolis está localizado na área atingida por esse novo impulso na expansão de fronteiras agrícolas, demonstrada no mapa 4. Áreas estas que outrora representavam o eixo tradicional da agricultura, com destaque para a década de 1970, sendo a última Fronteira Agrícola do Cerrado (BARBALHO, SILVA E CASTRO, 2013). Com a modernização agrícola, vários recursos para adequação dos solos estão disponíveis, o que proporciona às Usinas X e Y a oportunidade de utilizar quaisquer tipos de solo do município, que resulta na renda diferencial II (OLIVEIRA, 2007), oriunda do investimento no solo para o aumento da fertilidade da terra.

Nos primórdios da década de 2000 a agricultura quirinopolina era marcada pela soja, seguida, da produção de milho, conforme elucidado no gráfico 2. A partir de 2005 aparecem nos registros cerca de 4.000 hectares destinados à produção da cana-de-açúcar. A área cultivada em hectares dessa monocultura foi crescente nos anos posteriores, chegando a quase 50.000 hectares no ano de 2009, enquanto as áreas destinadas ao plantio de soja diminuíram drasticamente, passando de 50.000 hectares em 2004, para cerca de 10.000 hectares no ano de 2007, com um pequeno aumento registrado nos anos de 2008 e 2009, ultrapassando um total de 20.000 hectares colhidos.

Pode-se observar no gráfico 2 a dinâmica de ocupação dos solos, que antes eram destinados exclusivamente para a produção de grãos, pela produção da cana-de-açúcar. Enquanto o mapa 4 ilustra que o município de Quirinópolis, no ano de 2012, já estava classificado entre os municípios que apresentavam maior produção de cana-de-açúcar no estado de Goiás.

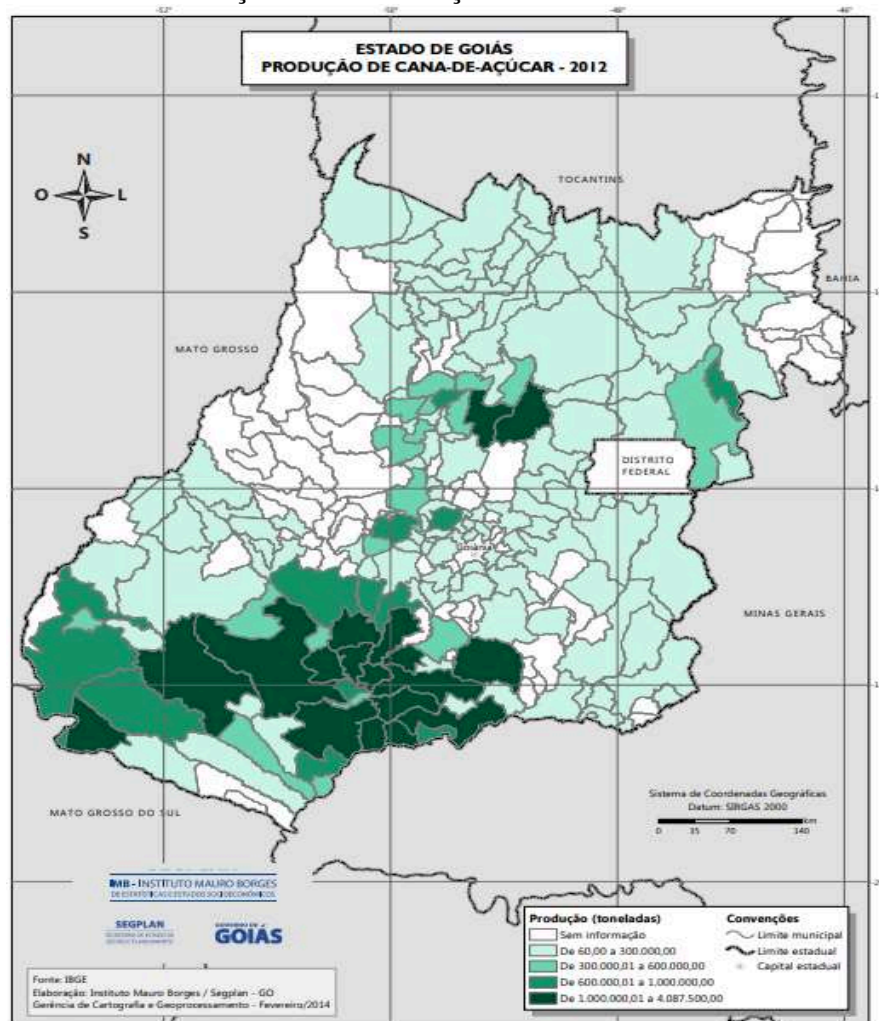
GRÁFICO 2 – Produção de soja, milho e cana-de-açúcar em Quirinópolis (GO).



Fonte: SANTOS E CASTRO, 2010.

Observa-se no mapa 4 que, no ano de 2012 grande parte dos municípios com maior produção de cana-de-açúcar estavam concentrados no Sul do estado. Nesta área localiza-se a microrregião de Quirinópolis, que apresenta dois de seus nove municípios classificados entre os maiores produtores de cana-de-açúcar de Goiás. São eles, Quirinópolis e Gouvelândia.

MAPA 4 – Produção de cana-de-açúcar no estado de Goiás em 2012



Fonte: SIEG, 2014.

Na microrregião de Quirinópolis, e no próprio município, há uma disposição de terras com boa fertilidade, clima, disponibilidade hídrica, topografia favorável à colheita mecanizada e oferta de infraestrutura antes utilizada pelo cultivo de grãos, o que favoreceu a implantação da cana-de-açúcar nas áreas que já ocorriam a agricultura e a pecuária e tornou desnecessário o desmatamento para a ocupação de novas áreas (SANTOS, 2011). Essas características tornam o município atrativo para o monocultivo da cana-de-açúcar, que de início, reduziu os gastos com a implantação das condições necessárias à produção. As características apresentadas indicam certa “centralidade” do município (CAMELINI, 2011), como pode-se observar no mapa 4.

De acordo com a perspectiva de Camelini (2011, p.89),

Está registrado o planejamento para instalação de um distrito industrial voltado ao setor sucroenergético (cujo nome provisório é DIUSE – Distrito para Indústrias do Setor Sucroalcooleiro), o que tornaria o município [de Quirinópolis] um polo regional, referência do setor, tal qual Sertãozinho, SP, outro indicativo de sua centralidade, desta vez no que se refere à ambição de reproduzir no Cerrado todas as condições necessárias para a construção de novos empreendimentos [...].

O distrito industrial mencionado pelo autor foi batizado de Polo Industrial, está localizado às margens da Rodovia GO-164, Km 10, no espaço rural próximo à área urbana. Além desta área destinada à instalação de empresas, outras localidades na cidade também foram ocupadas por companhias do setor agrícola/sucroenergético. É explícito o anseio da gestão municipal em atender as demandas da produção de etanol, açúcar e energia das Usinas X e Y. Assim, tenta concretizar melhores condições de logística, atrair outras indústrias e serviços para dar suporte ao setor sucroenergético, o que representa um passo significativo para amenizar a hegemonia paulista nessa esfera (CAMELINI, 2011).

Com todas as condições favoráveis que já apresentadas e com o fomento da gestão municipal no setor sucroenergético, atraindo mais empresas, Quirinópolis tornou-se um local de destaque. De acordo com os dados do Canasat (2018) os municípios com maior destaque em área de produção na safra 2013/2014 foram: Quirinópolis, em primeiro lugar, (70.256 ha), em segundo lugar o município de Mineiros (51.586 ha), Goiatuba em terceiro (47.994 ha), Itumbiara em quarto lugar (47.033 ha) e em quinto, Santa Helena de Goiás (37.878 ha). Ao somar a área de produção de Quirinópolis, Mineiros e Santa Helena de Goiás, a região de planejamento Sudoeste Goiano aparece como a principal no cultivo da cana-de-açúcar (159.720 ha).

No mapa 4 é possível observar que a maior produção em toneladas de cana-de-açúcar também esteve concentrada na região Sul Goiano. Dentre os municípios, aparece Quirinópolis

com produção entre 1.000.000,01 e 4.087.500,00 toneladas em 2012. Porém, na sua produção agrícola houve a substituição de outros tipos de cultivo pela cana-de-açúcar. Enquanto a área plantada e a produção de cana cresceram, outras culturas foram diminuindo e/ou desapareceram, dados estes que serão apresentados no subitem a seguir.

1.3 As usinas do setor sucroenergético no município de Quirinópolis

Na década de 2000 o município de Quirinópolis contou com a instalação de duas grandes empresas do setor sucroenergético em sua área rural. De acordo com o Ranking dos Municípios Goianos 2009 (SEGPLAN, 2010), Quirinópolis estava indicado entre os quinze municípios goianos mais competitivos do período, com destaque para fatores como força econômica (PIB), infraestrutura, logística e qualidade de vida. Sobre o motivo dos investimentos que chegaram em alguns municípios goianos, entende-se que,

Muitos desses municípios estão recebendo volume considerável de investimentos oriundos de incentivos ao setor produtivo via FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste. Com isso os investimentos privados também são atraídos e estão modificando a estrutura econômica local como, por exemplo, Rio Verde, Anápolis, Mineiros, Niquelândia, Quirinópolis, entre outros (SEGPLAN, 2010, p.15).

Os programas de financiamento aos setores produtivos fomentaram o desenvolvimento inicial do Centro-Oeste e, posteriormente, as empresas privadas foram atraídas a estes locais, como o caso de Quirinópolis. No início, os investimentos privados movimentaram o campo e o urbano de Quirinópolis, com a compra e arrendamento de terras, construção de infraestrutura para suas sedes, contratação de mão de obra e instigou o comércio local, com a vinda de mão de obra extra regional. As empresas investiram também na qualificação de jovens do município para atender às suas demandas, enviando os mesmos para a realização de cursos no estado de São Paulo.

Os investimentos que chegaram ao município contribuíram para a melhora da sua economia, como pode-se observar na tabela 1. Parte significativa do Produto Interno Bruto (PIB) do município é advindo da agropecuária e da indústria. De acordo com os dados do Instituto Mauro Borges (IMB, 2015) o PIB de Quirinópolis não está entre os dez maiores do estado de Goiás, mas no ano de 2015 sua colocação no ranking do PIB foi de 19º lugar. É perceptível que, de 2000 para 2004 o valor total do PIB aumentou cerca de 49% e a agropecuária acompanhou este aumento em 69,6%. Neste momento podem ser destacados os primeiros investimentos recebidos no município para a instalação das usinas do setor sucroenergético.

TABELA 1 - Produto Interno Bruto de Quirinópolis (R\$ mil)

Ano	PIB	Atividade Econômica		
		Agropecuária	Indústria	Serviços
2000	191.608	48.560	31.302	96.758
2004	285.935	82.379	35.703	147.345
2008	529.125	139.801	95.792	247.363
2012	1.054.840	279.501	239.491	443.638
2015	1.373.729	259.286	270.490	710.227

Fonte: IBGE, 2018.

Org.: GOUVEIA, A. S., 2018.

Outros dois períodos de grande aumento no PIB podem ser verificados, um deles do ano de 2004 a 2008, onde o valor teve um aumento de aproximadamente 85%, e o outro momento é registrado de 2008 para 2012, período em que o PIB praticamente dobrou, apresentando um crescimento de 99,3%. No ano de 2008 tinha-se uma usina já em operação e outra sendo inaugurada. Quatro anos depois, as duas sucroenergéticas encontravam-se em pleno funcionamento. Um setor que merece destaque é o de serviços, que

[...] é composto por diversas atividades: comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; transporte, armazenagem e correios; serviços de alojamento e alimentação; serviços de informação; Intermediação financeira, de seguros e previdência complementar e serviços relacionados; atividades imobiliárias; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social; educação e saúde privada; serviços domésticos; artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços (IMB, 2015, p.21).

Observa-se que o setor terciário apresentou um crescimento significativo e chegou a ultrapassar o valor do crescimento apresentado pela indústria e a agropecuária. Percebe-se que o crescimento dos setores primário, secundário e terciário contribuiu para que o PIB do município de Quirinópolis passasse, gradativamente, de 191,6 milhões em 2000 para 1.585 bilhão em 2016 (IBGE, 2018). Os fatores locacionais, de infraestrutura, climáticos, de logística, os investimentos públicos, entre outros, contribuíram para a atração de empresas e produtores de vários ramos, com isso, chegou a Quirinópolis as usinas sucroenergéticas, que impulsionaram ainda mais o desenvolvimento econômico do município.

Essas empresas serão aqui chamadas de Usinas X e Y, isto é, terão seus verdadeiros nomes preservados na pesquisa, pois ao tratarem-se de indústrias de capital aberto não foi possível estabelecer contato direto para autorização de uso dos seus respectivas razões sociais, nem entrevistas com dados mais concretos/atuais das empresas do sucroenergético. Toda a biografia das mesmas baseou-se em consultas aos sites de cada uma das empresas e em trabalhos de autores que escreveram sobre estas.

A Usina sucroenergética X, ilustrada pelas imagens da foto 1, está localizada na rodovia GO 206, km 18, área rural, na fazenda São Francisco. Sua sede industrial teve o início da construção em 2004, a partir de 2005 iniciaram as preparações do solo para plantio e em 2006 ocorreu a colheita da primeira safra de cana-de-açúcar.

FOTO 1 – Instalações da Usina Sucroenergética em Quirinópolis (GO).



Fonte: SEGPLAN, 2010.

A tabela 2 apresenta dados sobre a área cultivada e as toneladas produzidas desta empresa sucroenergética. Os dados foram consultados em Santos (2011), pois as usinas do setor sucroenergético pesquisadas se recusaram a disponibilizar informações sobre qualquer processo agroindustrial que realizam, por isso algumas informações posteriores à safra de 2009/2010 não foram expostas. A Usina X iniciou suas atividades com uma área inferior à da Usina Y. Sua produção inicial foi de 43 mil toneladas. Posteriormente, os hectares cultivados dos fornecedores, dos arrendatários e da própria usina aumentaram, assim fazendo crescer a sua produção. Da safra 2006/07 para a safra 2007/08 a área de cultivo e toneladas colhidas triplicaram. Mas o aumento de maior abrangência se concentrou na safra de 2009/10.

Na safra de 2008/09 o total de área cultivada era de 27,9 mil hectares. Já na safra de 2009/10 esse total passa para 40,5 mil hectares. O mesmo acontece com a moagem, ou seja, o total em toneladas de cana-de-açúcar para o processamento na indústria. Em 2008/09 este valor foi de 2,6 milhões de toneladas. Na safra de 2009/10 o total em toneladas chegou a 7,7 milhões. Essa crescente no cultivo e na produção é explicada devido ao aumento no número de fornecedores, de arrendatários e também na compra, por parte da Usina X, de áreas cultivadas para a sua safra no ano de 2009/10.

TABELA 2 – A Produção e a Produtividade da cana na Usina – safras 2006 a 2010

SAFRAS	Classe	Produção (ton.)	AREA - ha	ATR	Ton./ha
06/07	Fornecedores	14.432,90	188,49	113,64	76,57
	Parceiros	287,89	3,20	134,96	89,97
	Própria	28.835,98	286,73	120,14	100,57
06/07 Total		43.556,76	478,42	118,08	91,04
07/08	Fornecedores	683.828,78	7.327,81	144,35	93,32
	Parceiros	519.652,79	5.625,87	137,13	92,37
	Própria	161.467,57	1.625,76	123,37	99,32
07/08 Total		1.364.949,14	14.579,44	139,12	93,62
08/09	Fornecedores	1.918.019,65	19.374,29	141,61	99,00
	Parceiros	548.408,13	6.616,56	133,82	82,88
	Própria	161.602,85	1.986,18	109,05	81,36
08/09 Total		2.628.030,63	27.977,03	137,98	93,94
09/10	Compra	67.909,77	708,57	139,95	95,84
	Fornecedores	2.245.343,19	23.624,13	137,70	95,04
	Parceiros	1.334.114,61	14.778,26	119,36	90,28
	Própria	114.604,67	1.408,84	108,86	81,35
09/10 Total		3.761.972,24	40.519,80	130,36	92,84
Total		7.798.508,77	83.554,69	134,39	93,33

Fonte: SANTOS, 2011.

Mesmo com o crescimento dos números apresentados na tabela, a Usina X apresentou interesse em uma contínua ampliação de suas atividades, no entanto,

[...] um dos fatores limitantes da expansão da cana no município se dá em função da qualificação da mão de obra. Por serem altamente mecanizadas, as atividades canavieiras esbarram na falta de preparo dos trabalhadores ligados, tanto ao cultivo como ao processo industrial (SANTOS, 2011, pg. 72).

A indústria sucroenergética conta com alta tecnologia desde o plantio até o processamento da cana-de-açúcar e também conta com a eficácia no transporte para o escoamento da produção do campo para a indústria. A Usina X ainda é autossustentável na produção de energia elétrica e possui excedente para comercializar com a Companhia Energética de Goiás (CELG), esta que foi privatizada no ano de 2017 e passou a se chamar Enel Distribuição Goiás.

A usina Y localiza-se na área rural de Quirinópolis (GO), no Sul Goiano, Microrregião de Quirinópolis, às margens da rodovia GO 164, Km 131,5, na fazenda Boa Vista, conforme ilustram as imagens da foto 2. Esta empresa do setor sucroenergética foi inaugurada no ano de 2008. O grupo, responsável pela usina, está entre os maiores do Brasil. De acordo com as informações disponíveis no site do grupo, esta unidade “[...] é dedicada exclusivamente à

produção de etanol. Todas elas geram energia elétrica a partir da queima do bagaço da cana, garantindo autossuficiência e venda do excedente [...]” (SÃO MARTINHO, 2018).

FOTO 2 – Instalações da Usina Sucroenergética em Quirinópolis (GO).



Fonte: SEGPLAN, 2010.

Hoje a colheita da cana-de-açúcar é 100% mecanizada e preparada para colher a cana crua, isto é, a atividade de queimada foi extinta do processo de colheita. De acordo com Santos (2011, pg. 73),

A usina iniciou suas atividades agrícolas e a construção de seu parque industrial em 2005, implantada com investimentos da ordem de R\$ 700 milhões. A indústria, a princípio, só está produzindo álcool hidratado e essa produção será destinada ao mercado interno e externo (Japão) e gera cerca de 1.800 empregos diretos. [...] Foi firmada uma *joint venture* que prevê um investimento de 140 milhões de reais na ampliação da capacidade de processamento de cana de açúcar [...] Vários fatores foram atrativos para a instalação da indústria nesta região, além dos fatores locais (acesso e transporte, geotecnia do solo, declividades, distância em linha reta do curso d'água mais próximo e uso predominante do solo), a presença de outros grupos próximos do setor (parceiros e acionistas), reforçou a decisão da usina por essa região.

Atualmente a usina também produz energia utilizada para abastecer a própria unidade e o excedente é vendido. Sua capacidade de processamento foi ampliada e sua intenção é ampliar a produção a cada ano. Sobre os atrativos à indústria, Quirinópolis é o município que destaca-se entre os demais que compõem a sua microrregião, sendo o maior em área e população. Com a implantação das usinas o município destacou-se ainda mais, com geração de empregos e atração de empresas de outros setores para a cidade. A partir de sua instalação, no ano de 2005, as terras foram preparadas com as primeiras mudas de cana-de-açúcar, com maior parte do plantio de forma manual. A primeira safra da Usina Y aconteceu no ano de 2008/2009, como mostra a tabela 3. Percebe-se que nesse período a maior parte dos hectares cultivados é de origem do arrendamento de terras, seguida por fornecedores.

TABELA 3 – Área de colheita de cana na Usina no município de Quirinópolis – safras 2008-2011.

SAFRA	ÁREA DE CULTIVO (ha)			TOTAL
	Própria	Parceria	Fornecedor	
2008/09	580,80	6.983,15	6.872,49	14.436,44
2009/10	788,82	11.762,34	12.781,04	25.332,20
2010/11	701,10	17.073,85	12.766,37	30.541,32

Fonte: SANTOS, 2011.

O número de hectares de área própria da usina era pequeno na Safra 2008/09 e o total cultivado também, com apenas 14.436,44 hectares. Já em sua terceira safra, no ano de 2010/11, a usina conseguiu mais que dobrar a área total cultivada, passando para mais de 30 mil hectares, sendo que destes 17 mil hectares eram de parceiros/arrendatários. Houve uma pequena queda no número de hectares dos fornecedores e um significativo aumento na área própria da Usina Y no período entre a Safra de 2009/10 e a de 2010/11. Observemos a moagem das respectivas safras na tabela 4.

TABELA 4 – Produção da cana na Usina – safras 2008 a 2011.

SAFRA	PRODUÇÃO/MOAGEM (ton.)			Total (ton.)
	Própria	Parceria	Fornecedor	
2008/09	34.690,44	582.786,09	590.979,12	1.208.455,65
2009/10	72.683,99	909.631,17	1.079.607,83	2.061.922,99
2010/11	54.400,19	1.320.332,27	1.025.267,54	2.400.000,00

Fonte: SANTOS, 2011.

Ao observar a moagem em toneladas, no primeiro ano a usina conseguiu ultrapassar 1 milhão de toneladas. Percebe-se que o aumento deste número ocorreu de acordo com o aumento da área cultivada. Na safra de 2010/2011 a moagem dobrou em relação à primeira, passando para um total de 3,4 milhões de toneladas. Tanto o número de hectares cultivados quanto o número de toneladas aumentaram, no entanto estão disponíveis apenas dados gerais do município. Não foram encontrados e nem disponibilizados pelas empresas sucroenergéticas informações específicas de suas safras a partir da década de 2000.

Percebe-se que houve um aumento tanto na quantidade produzida em toneladas quanto nas áreas cultivadas e colhidas pelas Usinas X e Y. Observou-se que, até o ano de 2010, as usinas também aumentaram suas áreas próprias, mas não supera o número de áreas parceiras e

de fornecedores. Os números disponíveis evidenciaram o crescimento do setor sucroenergético no município, o que contribuiu para a (re)configuração das condições de vida dos sujeitos do campo, como também dos processos produtivos que ocorrem neste espaço.

O monocultivo da cana-de-açúcar ganhou espaço entre as áreas rurais do município, estas que um dia foram destinadas a pastagens, cultivos de grãos e alimentos nas pequenas propriedades. Para analisar as consequências da expansão dos canaviais nas comunidades rurais de Quirinópolis e, posteriormente, as implicações dessas mudanças na Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé, o subitem seguinte contemplará sobre as modificações ocorridas na produção agropecuária do município com a chegada do setor sucroenergético e o plantio da cana-de-açúcar.

1.4 A (re) organização da produção agropecuária do município de Quirinópolis de 2000 a 2017

No município de Quirinópolis o campo foi e é a principal fonte de renda, seja para os proprietários de terras com suas lavouras ou pecuária, seja para os camponeses, pequenos produtores e/ou para os trabalhadores das propriedades rurais. O município possui uma área de 3.789,084 km² e a uma população total de 49.416 habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE para 2018. O Censo Demográfico do IBGE, realizado no ano de 2010, apontou que a população urbana de Quirinópolis era cerca de 38.163 pessoas e a rural 5.057 pessoas, aproximadamente.

Há algumas décadas poucas indústrias ganhavam destaque, a agricultura e a pecuária apresentavam grande relevância, sendo as empresas desse ramo algumas das mais antigas no município. Na década de 2000, mais precisamente no ano de 2004, a monocultura da cana-de-açúcar adentra a terras quirinopolinas e dá início a uma (re)configuração do território. Antes, o município tinha uma produção agropecuária diversificada, com paisagens cobertas por soja, milho, gado leiteiro e de corte por todas as estradas percorridas. Hoje, vê-se extensos canaviais que possuem um único destino, a produção de açúcar, etanol e energia.

As mudanças no campo começaram com a compra, arrendamento e preparação dos solos para a inserção da cana-de-açúcar, construção das sedes das usinas sucroenergéticas no campo, migração da mão-de-obra extra regional, principalmente a não especializada e barata para o corte e plantio de mudas, dentre outros serviços. Esse processo de territorialização é descrito por Haesbaert (2004, p. 5) como o processo de “dominação e de apropriação do espaço”.

Após o processo inicial de estabelecimento do setor sucroenergético no município, as indústrias das usinas foram oficialmente inauguradas, uma em 2007 e a outra no ano de 2008. A partir deste período, ambas começaram a processar a cana-de-açúcar para extração de álcool, açúcar e energia elétrica. Para atender a demanda das usinas cada vez mais hectares do campo quirinopolino e dos municípios vizinhos foram integradas à monocultura da cana-de-açúcar. Não houve um planejamento por parte do município em restringir, ou limitar a quantidade/área de produção dos canaviais. Uma matéria publicada na Revista Rural mostra que apenas o município de Rio Verde, vizinho de Quirinópolis, preocupou-se em limitar a área de plantio dos canaviais.

Até Rio Verde (a 250 quilômetros de Goiânia) consagrado como o maior produtor de grãos do Estado, com destaque para a soja, sentiu os efeitos da invasão canavieira. Em 2006, o prefeito da cidade decretou as leis municipais 5.200/2006 e 5.206/2006 que estabeleceram limites para o plantio de cana, em 10% da área agricultável do município, ou seja, lá a cultura teve sua área limitada em 50 mil hectares. No entanto, toda a área já estava ocupada ou reservada para as usinas existentes no município e para os primeiros grupos de produtores que solicitaram registro de reserva. [...] Porém, se por um lado houve uma restrição, outros municípios viram a oportunidade de se expandir com a cultura. Cidades, como Serranópolis, Quirinópolis, Jataí, Montividiu, todas no sudoeste goiano, e Itumbiara, mais ao sul, são algumas das localidades onde a cana foi bem-vinda. (REVISTA RURAL, s.d.)

Em Quirinópolis as portas foram abertas para o setor sucroenergético, acreditando ser um fator positivo para a economia do município. No entanto, famílias que residiam em pequenas propriedades no campo, ou trabalhavam em fazendas que necessitavam de mão-de-obra para as lavouras temporárias e pecuária, foram expropriadas do campo e, conseqüentemente seus filhos deixaram a escola rural. Como afirmam Fernandes e Molina (2004, p. 41), “a expansão de territorialidade da agricultura capitalista amplia o controle sobre as relações sociais e o próprio território, agudizando as injustiças sociais”. Percebe-se que a monopolização do campo pela agroindústria reflete diretamente na vida dos camponeses, realçando ainda mais as injustiças a que os sujeitos do campo estão expostos.

A partir de 2004 pode-se observar a produção de cana-de-açúcar em uma extensa área do campo, como marca da intensidade do setor sucroenergético no município. Nestes mesmos hectares, produzia-se lavouras diversificadas e alguns dos itens agrícolas desapareceram com a chegada da cana, como a produção de arroz e algodão, que antes empregava mão-de-obra dos trabalhadores que residiam na cidade, conhecidos como boias frias, conforme exposto na tabela 5.

TABELA 5 – Produção Agrícola de Quirinópolis - Lavoura Temporária – Área Colhida (ha)

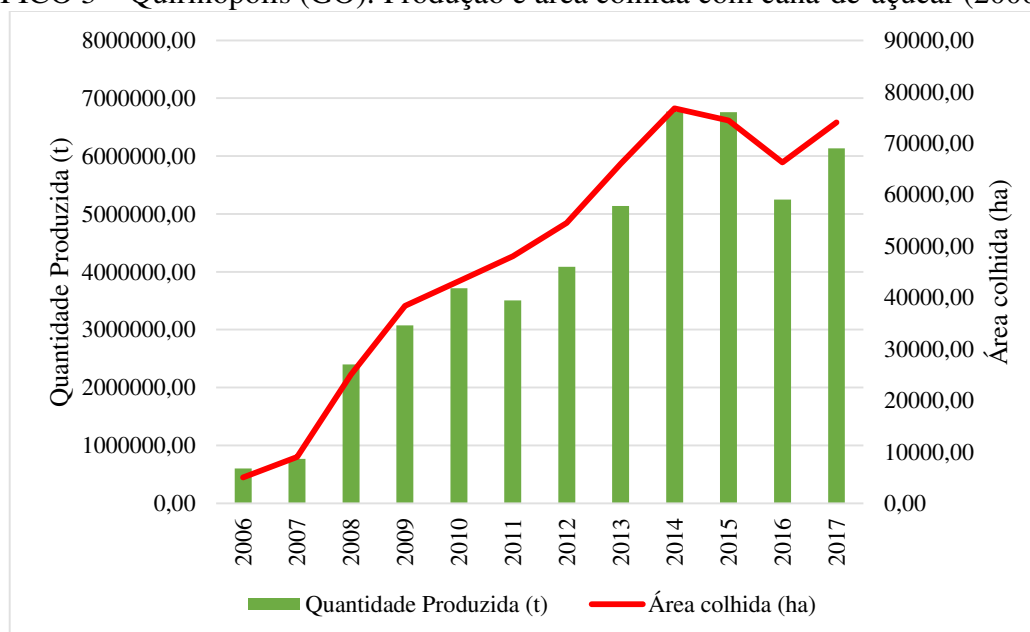
Tipo de lavoura	2004	2008	2012	2015	2016	2017
Abacaxi	8	*	*	16	16	16
Algodão	198	*	*	*	*	*
Arroz	700	150	*	*	*	*
Feijão	118	15	190	180	270	620
Mandioca	60	60	35	150	150	150
Milho	6.500	4.500	8.000	11.700	6.875	12.500
Soja	50.000	20.000	20.000	20.000	22.000	22.000
Sorgo	3.000	4.000	2.000	1.800	1.800	3.000

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2019.

Org.: GOUVEIA, A. S., 2019.

Ao interpretar os dados é possível compreender as mudanças na produção agrícola no campo. A partir da inserção do setor sucroenergético algumas lavouras deixaram de existir como as lavouras de arroz e algodão, outras passaram por um período de adaptação, com uma significativa diminuição no número de hectares colhidos e logo depois um aumento, conforme apresentam os dados da lavoura de abacaxi. Já os grãos da soja apresentaram queda no primeiro quadriênio e, posteriormente, não obtiveram aumento na área colhida até 2015. A produção de milho oscilou bastante, apresentando queda também no primeiro quadriênio, porém nos anos posteriores houve aumento da área colhida, com exceção de 2016. O gráfico 3 apresenta dados sobre a produção e área colhida com cana-de-açúcar no município de Quirinópolis.

GRÁFICO 3 – Quirinópolis (GO): Produção e área colhida com cana-de-açúcar (2006-2017)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2019.

Org.: GOUVEIA, A. S., 2019.

Em oposição aos demais gêneros agrícolas produzidos no município, a produção de cana-de-açúcar crescia constantemente, sem quedas na área colhida até o ano de 2015, como explícito no gráfico 3. Com apenas uma usina em operação, a área colhida foi de 5.000 ha no ano de 2006. No ano de 2009 as duas usinas foram responsáveis por um aumento na área colhida de quase 8 vezes com relação aos hectares colhidos em 2006, saltando de 5.000 ha colhidos e 600.000 toneladas produzidas para 38.400 ha e 3.072.000 de toneladas. Os dados apresentam crescimento da área colhida de cana-de-açúcar em Quirinópolis, principalmente a partir de 2008 quando as duas usinas sucroenergéticas entraram em funcionamento.

Conforme expressa Fernandes e Molina (2004, p. 41) “o agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento”. Ao considerar a diminuição dos demais tipos de lavouras temporárias no campo do município e até mesmo o abandono de algumas delas, percebe-se que o avanço da monocultura da cana-de-açúcar contribuiu para esta realidade. Percebe-se que as usinas sucroenergéticas subordinam o território camponês para a produção intensa de *commodities* (FERNANDES, 2011).

Ao acompanhar a tendência da área colhida, as toneladas produzidas também aumentaram. Em 2006, uma agroindústria em seu ano de inauguração no município de Quirinópolis produziu 600.000 toneladas de cana-de-açúcar. Já no ano de 2009, as duas empresas do setor sucroenergético no município aumentaram sua produção em 5 vezes. Os crescentes aumentos fizeram com que em 2011 a produção de cana-de-açúcar no município chegasse a 11 vezes mais o que fora no início de todo o processo de produção.

Observa-se que no ano de 2015 e 2016 houve uma queda na produção e nos hectares colhidos. Nesses dois anos diminuiu aproximadamente 1.500 milhão na quantidade produzida em toneladas e cerca de 10.500 em hectares da área colhida. No entanto, no ano de 2017 houve novamente um crescimento desses números. Os dados do ano de 2018 ainda não estão disponíveis nas plataformas do IBGE e, por não conseguir dados mais precisos diretamente nas Usinas X e Y, o gráfico 3 data as informações obtidas até o ano de 2017.

Ao destacar o estado de Goiás e o Sul Goiano, à qual pertence a microrregião Quirinópolis, Silva e Miziara (2011, p. 402) enfatizam que,

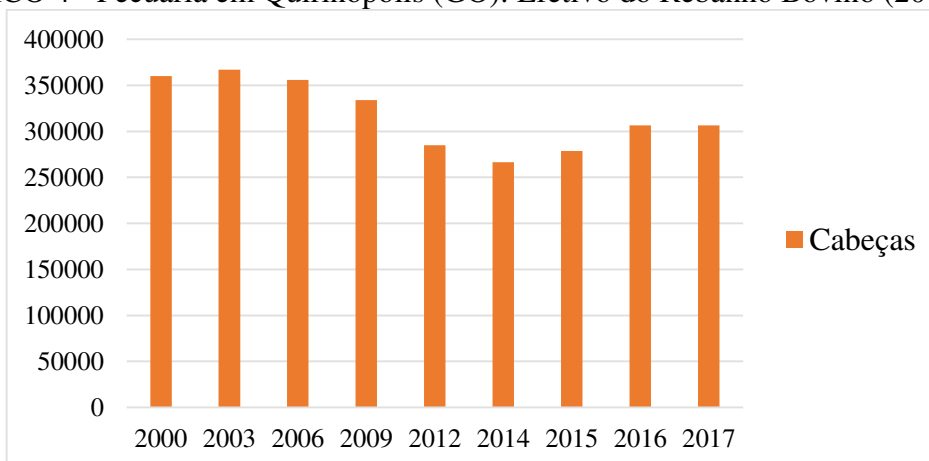
Em termos de incremento de área para a produção, verifica-se que, em Goiás, houve, para produção de cana-de-açúcar, entre 2000 e 2009, aumento de cerca de 372% em áreas, sendo que, para a soja, o incremento foi da ordem de 155%, para o mesmo período. O mesmo ocorre para a mesorregião sul goiano, onde o incremento de área, neste período, para a produção de cana-de-açúcar, foi da ordem de 432% e, para a soja, de 139%. Tais dados reafirmam a tese de que existem mudanças no padrão agrícola do Estado, as quais refletem sobre a dinâmica do espaço agrícola.

Para atender às necessidades da produção do setor sucroenergético os dados mostram que as usinas pretendem cada vez mais ampliar a área de produção, assim ampliam também sua capacidade de produzir. O aumento em área colhida da cana-de-açúcar abrange propriedades antes destinadas a outros produtos agrícolas e também à pecuária.

Conseqüentemente, a territorialização do setor sucroenergético no campo não prevê espaço para as famílias que residem e lutam para permanecer nele, seja aqueles que já possuem terra ou aqueles que lutam para conquistar a sua. A consistência do agronegócio é o mercado. É adquirir terras por meio da compra e venda. O não cumprimento dessas regras “[...] ferem profundamente esta lógica e por essa razão o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização desta prática de luta popular” (FERNANDES e MOLINA, 2004, p. 42).

Sobre a produção agropecuária do município, a criação de bovinos também foi impactada pela monocultura da cana, conforme exposto no gráfico 4. Como a monocultura da cana-de-açúcar permaneceu em expansão até 2015, houve crescente demanda de áreas disponíveis para plantio, o que culminou na diminuição de hectares para pastagens, isto é, as áreas destinadas à pecuária extensiva no município.

GRÁFICO 4 - Pecuária em Quirinópolis (GO): Efetivo do Rebanho Bovino (2000-2017)



Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2017.
Org.: GOUVEIA, A. S., 2019.

No início dos anos 2000 até 2004, quando iniciaram os processos de instalação das agroindústrias em Quirinópolis, as transformações no campo ainda não eram visíveis. O efetivo bovino nesse período estava contabilizado em aproximadamente 365.000 cabeças. Observa-se no gráfico 4 que, a partir de 2006, há uma queda constante no número de cabeças até 2014. A redução do efetivo bovino foi cerca de 100 mil cabeças nesse período. Foram exatamente os oito anos que a monocultura da cana-de-açúcar mais avançou no campo

quirinopolinos, o que pode ter influenciado no número de pastagens disponíveis para o gado. Santos e Castro (2010, p.186, et al) afirma que,

Na microrregião Quirinópolis, áreas de pastagem também estão sendo convertidas diretamente em cana, após a diminuição da oferta de áreas agrícolas, o que poderia levar à suposição de que os agricultores e pecuaristas estariam supostamente migrando para fora da microrregião.

Em 2003 o total de bovinos era 367.000 cabeças e onze anos depois esse número caiu para 266.500 cabeças, de acordo com a Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE, isto é, em onze anos houve um decréscimo total de 100.500 cabeças de gado no município. No entanto, indícios apontam que no ano de 2015 e 2016 esse número se recuperou, concomitantemente, nestes anos a área colhida e a quantidade produzida de cana-de-açúcar diminuíram (apresentados no gráfico 3).

Em 2016 o número de bovinos passou a ser 306.464 cabeças, o que possibilitou a breve reabertura do frigorífico Quatro Marcos, no entanto o mesmo foi fechado pouco tempo depois e em 2018 algumas tentativas de reabertura até o momento foram frustradas. Já em 2017 o número total de bovinos diminuiu cerca de 100 cabeças em relação ao ano anterior. Novamente, essa tímida redução ocorreu no período em que a área colhida aumentou em, aproximadamente, 8.000 hectares.

Para compreender os efeitos das mudanças na produção agropecuária nas escolas no campo discutiremos as transformações ocorridas na comunidade rural e no cotidiano escolar na próxima seção. Para tal, será apresentado uma análise sobre o número de alunos das escolas municipais rurais Antônio Sabino Tomé, Custódio Antônio Cabral, Josino Rosa de Moraes, João Antônio Barbosa e Lino Gedeão e uma contextualização entre a situação das mesmas após a chegada e expansão do setor sucroenergético no município de Quirinópolis.

Apenas no ano de 2009 a Secretaria Municipal de Educação começou a separar o total de alunos de cada escola rural. Antes era realizado uma contagem total dos alunos do município de acordo com a série. Assim, a comunidade também foi entrevistada para contribuir com as experiências vividas no campo durante esse processo de mudanças da produção de gêneros agrícolas no campo.

2. AS ESCOLAS NO CAMPO E A COMUNIDADE RURAL DIANTE DA EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM QUIRINÓPOLIS/GO

2.1 A influência do setor sucroenergético sobre as escolas rurais em Quirinópolis

Nesta seção discutiremos as modificações ocorridas no campo e nas escolas aí localizadas a partir da inserção e expansão do setor sucroenergético no município de Quirinópolis. A monocultura da cana-de-açúcar ocupou áreas cada vez maiores e expulsou do campo muitas famílias que nele trabalhavam, viviam e mantinham relações socioculturais com a terra. Pode-se analisar a saída dessas famílias no campo a partir do número de matrículas realizadas nas escolas rurais do município, que diminuiu no decorrer dos últimos dez anos, e levou ao fechamento de uma delas e a ameaças de fechar outra.

A Escola Municipal Rural Josino Rosa de Moraes soma-se ao número de escolas municipais fechadas em Goiás e no Brasil devido à diminuição no número de alunos, fenômeno provocado pela migração das famílias do campo para a cidade, influenciado pela territorialização do setor sucroenergético. A população camponesa que (re)existe a esse deslocamento geográfico permanece esquecida pelo poder público local e submissa aos interesses do capital. As próprias escolas que permanecem em funcionamento apenas utilizam o campo como uma localização geográfica, isto é, não identificam-se com as peculiaridades do local e da vida dos sujeitos que ali habitam.

As pesquisas de campo realizadas proporcionaram observar a realidade das escolas rurais em Quirinópolis, que não são diferentes da maioria localizadas no espaço rural em âmbito nacional. A maior parcela dos profissionais que trabalham na escola desconhecem as diferenças entre os paradigmas da Educação do Campo e da Educação Rural, e reproduzem o ensino urbano de acordo com o sistema “padrão” de ensino regular municipal.

Dessa perspectiva, os estudiosos alertam para a necessidade de se considerarem o saber e a realidade do aluno como referência para o estudo do espaço geográfico. O ensino de Geografia, assim, não se deve pautar pela descrição e enumeração de dados, [...] o ensino deve propiciar ao aluno a compreensão do espaço geográfico em sua concretude, nas suas contradições (CAVALCANTI, 1998, p.20).

Se não há a valorização do espaço rural, o mesmo nunca será um lugar para aqueles que ali vivenciam e/ou vivenciaram momentos de sua vida. Neste caso as relações cotidianas são insuficientes para atender às especificidades do campo. Segundo Jesus (2015, p. 23) “o projeto da Educação do campo tem como propósito abolir a esse modelo que não respeita a vida[...]”. A escola participa diretamente da formação dos alunos do campo através da

educação, no entanto, a mesma escola contribui no processo de migração campo-cidade ao negar o conhecimento adequado para a construção do saber.

Cavalcanti (1998, p.16, grifo do autor) afirma que:

O espaço foi perdendo, assim, sua significação absoluta no *lugar* para ganhá-la na lógica do poder, da expansão capitalista. Da mesma forma, o tempo tomado como linear e progressivo foi sendo substituído por um tempo cíclico e instável, em razão de que seu sentido passou a ser ligado ao próprio processo produtivo.

O processo produtivo abordado pela autora justifica o modelo de produção no campo que atende ao sistema capitalista dos tempos atuais, ou seja, o agronegócio. Em Quirinópolis, o campo tornou-se o território do setor sucroenergético e o cotidiano da população está relacionado à colheita das lavouras de cana-de-açúcar (meses de safra/colheita e entressafra). Neste sentido, o ensino é apropriado como estratégia, pois ao incentivar o modelo de produção capitalista a própria escola naturaliza a monopolização do campo pelas usinas e expulsa o indivíduo do campo para o urbano.

Em décadas passadas havia muitas escolas rurais no município, as “escolinhas rurais”, com salas multisseriadas para a alfabetização de crianças e jovens. Com o passar dos anos ocorreu o fechamento de muitas escolas relacionado à perspectiva de nucleação, para tanto em meados da década de 2000 apenas cinco escolas encontravam-se em funcionamento no campo, conhecidas como escolas polo. Na mesma década ações da territorialização do setor sucroenergético foram concretizadas e, como consequência, famílias foram expulsas do campo.

Pode-se observar na tabela 6 a quantidade de matrículas realizadas nas escolas rurais do município e relacionar a evasão de alunos com a migração das famílias do campo. Tal processo não foi homogêneo, algumas escolas apresentaram uma diminuição maior do número de alunos, principalmente a mais próxima das instalações da sede de uma usina.

TABELA 6 – Total de matrículas realizadas nas escolas rurais de Quirinópolis (GO) 2009-2018

ESCOLAS RURAIS	2009	2011	2013	2015	2017	2018
Antônio Sabino Tomé	71	66	81	75	74	70
Custódio Antônio Cabral	132	90	54	70	64	59
Josino Rosa de Moraes	48	18	12	0	0	0
João Antônio Barbosa	75	92	95	139	98	114
Lino Gedeão	154	150	89	102	113	88

Fonte: Secretaria Municipal da Educação de Quirinópolis/GO, 2019.
Org.: GOUVEIA, A. S., 2019.

Em uma entrevista realizada com a diretora da Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé, no dia 14 de janeiro de 2019, ao ser questionada sobre qual o maior desafio enfrentado para manter a escola em funcionamento ela respondeu, “o número de alunos [...] a inconstância desse número durante o ano, porque ao mesmo tempo que eles tão estudando na escola, o pai perde o serviço na fazenda, que as vezes arrendou pra cana, aí já muda pra outra fazenda mais longe ou até pra cidade [...] e esse aluno vai junto”.

De acordo com a fala da diretora percebe-se que, as lavouras de cana-de-açúcar impactam no número de emprego disponível nas fazendas, pois ao arrendar a propriedade para a usina o proprietário não tem mais emprego a oferecer e, algumas vezes, fazendas que empregavam quatro ou cinco famílias passam a ter somente uma para “cuidar” da sede da propriedade. Conseqüentemente, com a redução do número de famílias morando no campo, reduz-se também o número de alunos nas escolas. Sobre o número de alunos na escola Antônio Sabino Tomé um das entrevistadas destacou,

Tinha... muitos mais alunos, né. Aqui memo, igual eu falei pro cê, tinha meu irmão que puxava aluno daqui... vinha gente... muito... a maioria das pirua tudo fazia duas viagem e era muito aluno. Era cento e tantos alunos, tinha bastante... Até que em vista das usina, inda tá tendo muito, né. Porque muita gente fala, não, mas num tem aluno... mas tem. Talvez assim... porque tem os fazendeiro, tem tudo, tem seus funcionário, talvez tem dia que num tem aluno lá ná fazenda dele, mas outro dia já tem. Tem vez que tem pai... Teve um dia, tinha um ali... no R., né. Teve pai lá que tinha, um tinha 6 alunos, aí cê vê... condo fé foi tudo embora... passou uns dias já tinha três, quatro. É desse jeito. Então tem vez que é assim né. Tem vez que tem mais, diminói um pouco e já aumenta os aluno. Mais é... sempre tem aluno.

Para acompanhar a (in) constância de alunos nas escolas rurais foi necessário procurar informações junto à Secretaria Municipal de Educação. No entanto a mesma tem disponível o Censo Escolar separado por escolas apenas a partir de 2009, ou seja, os dados adquiridos correspondem ao período em que mudanças na produção do campo quirinopolino já ocorriam, com a chegada da cana-de-açúcar. Algumas escolas perderam alunos e em alguns momentos recuperaram. Já em outras o número é decrescente, ao ponto de fechar a escola Josino Rosa de Moraes. A escola no campo que mais apresenta alunos matriculados é a escola Lino Gedeão. Isso se deve à localização mais distante do perímetro urbano e também das sedes e canaviais das usinas.

A escola Antônio Sabino Tomé está localizada às margens da rodovia GO-164 e devido ao seu fácil acesso pode ser mais uma fechada nos próximos anos. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, salas da educação infantil possuem poucos alunos e seria uma redução de custos para a prefeitura, assim o mais viável seria transportar os alunos para a cidade. É a única escola do município que atende alunos filhos de acampados, alguns do

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que situam-se em construções instaladas de forma irregular na faixa de domínio da rodovia estadual GO-164. Fechar essa escola resultaria em transportar para a realidade urbana filhos de trabalhadores que lutam pela vida no campo, algo totalmente contrário aos objetivos dos pais destes alunos.

É preciso observar de forma mais profunda, isto é, entender quem são os sujeitos do campo, seu modo de vida, a importância do campo e das relações sociais no rural para estas pessoas e não projetar algo para as escolas apenas por números registrados no censo escolar. Caldart (2002, p. 19) salienta que:

A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais...[...].

Pensar o campo em uma perspectiva quantitativa é mais uma forma de negar uma oportunidade digna de vida e educação. É continuar expulsando os sujeitos que lutam para preservar seu modo de vida com a terra. É menosprezar a organização social destas pessoas e suas comunidades rurais ao sobrepor a cidade e o ensino urbano, como oportunidade de racionalização dos gastos. Em outras situações, alguns estudantes buscam migrar para a cidade, tal fato é fundamentado em teorias como as oportunidades que a cidade oferece, como um bom emprego, instituições de curso superior e as relações sociais frequentes, ou seja, o contato com um número maior de pessoas, entre outras.

O processo desigual e excludente que continua nas escolas rurais se dá pela interpretação teórico-administrativa, ou seja, a análise apenas de dados inviabiliza uma interpretação sócio-histórica e epistemológica do ensino no campo (LEITE, 2002). Há uma necessidade de ver o campo como lugar de vida, lugar de relações sociais, lugar de pessoas que vivem do trabalho com a terra, lugar de famílias que conservam história e tradições, para então pensar em uma educação mais humanizada, contextualizada a esta realidade, na perspectiva de valorizar o lugar e os camponeses.

Percebe-se que o processo ensino-aprendizagem nas escolas rurais contribui para o conhecimento de uma vida universalizada, ou seja, atenta-se aos acontecimentos da exterioridade, fora do contexto da vida no campo. Tais negações aos camponeses e o fechamento das escolas rurais podem ser analisados sob o conceito de desterritorialização (HAESBAERT, 2004), pois expropria a população do campo, modifica sua identidade,

fazendo este território de outrem, isto é, território do capital e das grandes produções do mercado capitalista.

Sobre processo de desterritorialização das famílias no campo, em entrevista realizada com os pais que possuem filhos estudando na Escola Municipal Antônio Sabino Tomé, foi feita a seguinte pergunta: Havia um número maior de famílias na comunidade rural antes da plantação de cana-de-açúcar? Sem demora, todos os entrevistados responderam com afirmação, entre eles M.R., que retratou uma situação dizendo que, “Antes tinha, tinha muito mais. A maioria foram pra cidade, né! Eram [...] assim, muitos eram trabalhadores mas, tinha também muitas pequenas propriedades e que acabou vendendo né! Pra outros [...] pra grandes proprietários”.

Na visão dos entrevistados, os canaviais foram os responsáveis por seus vizinhos, amigos e até parentes mudarem para a cidade, seja por falta de emprego no campo ou mesmo porque o pequeno produtor não conseguira mais produzir o mesmo que outrora. Dessa forma os grandes proprietários compraram essas pequenas propriedades próximas às suas terras, tornando maior suas extensas fazendas e, posteriormente, inserindo a cana-de-açúcar como produção. O entrevistado C.A. relatou sua luta por emprego em meio aos canaviais no campo. Ao perguntar se ele tinha memórias sobre a expansão da cana no campo obteve-se a seguinte resposta:

Ah, eu tenho demais, eu tenho demais. Tem fazenda que eu trabaiei e arrendaro pá cana. Mas eu fiquei lá só um mês. Diz que ficô dois alqueire só, de sessenta alqueire. Arrendaro pa cana. Era um fazendeiro, é... e arrendo pá cana. Ixi! Tem bastante. Tudo, eu conheço. A maioria que arrendô pás cana, só dividiu, pego um pedacim de terra pá cria uns porquim e umas galinhinha, e recebe a renda da terra.

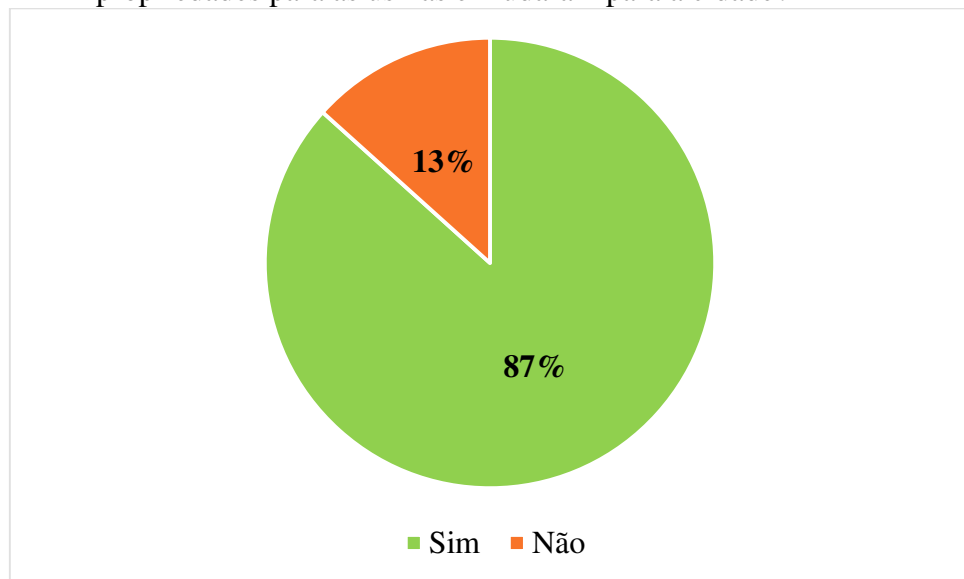
Além das próprias lembranças dos entrevistados em relação à desterritorialização do campo em entrevista, G.I. relatou a seguinte passagem sobre um vizinho, que também era trabalhador rural em uma propriedade e ficou sem o emprego quando o patrão decidiu arrendar suas terras: “Deixo, entrego a fazenda, que era empregado né? Entregô a fazenda e foi pa cidade. Por causa da cana-de-açúcar”.

Em entrevista, E.G. relatou sobre os vizinhos/conhecidos que moravam no campo e hoje estão na cidade. De acordo com ela “foram pra cidade e hoje tão passando por dificuldade financeira, muitas delas não tem emprego, não tem a [...] mora de favor na casa do pai, mora de favor na casa da mãe. Conheço vários que tão morando de favor por que não conseguiu se adaptar até hoje [à vida na cidade]”.

A partir do relato, percebe-se que algumas famílias foram para a cidade em busca de melhores condições de vida, no entanto, no caso em destaque, algumas não conseguiram se

adaptar às mudanças, inclusive para conquista de um emprego. A entrevistada E.G. mencionou que estas pessoas “querem voltar mas agora não tem como né, a cana tomou conta. Trabalhadores, é[...] chácara, gente que tinha chácara aí a usina tomou conta aí...”. De acordo com os dados expressos no gráfico 5, percebe-se que a maioria dos entrevistados tem algo a dizer sobre o assunto.

GRÁFICO 5 - Possui parentes ou vizinhos que abandonaram, arrendaram ou venderam suas propriedades para as usinas e mudaram para a cidade?



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Org.: GOUVEIA, A. S, 2019.

Na comunidade rural Castelo, os moradores tem conhecimento de muitas situações em que a cana “forçou” a saída de famílias do campo. Entre as famílias que migraram para a cidade, a pesquisa foi importante para ressaltar que, maioria destas era constituída por trabalhadores rurais que perderam o emprego nas fazendas, que anterior ao plantio da cana, dedicavam-se à criação de gado leiteiro, de corte e lavouras de grãos. Ainda sobre o assunto e, principalmente sobre a retirada dos alunos da escola rural que, em grande parte, mudaram para a cidade e passaram a frequentar as escolas urbanas, a entrevistada S.O. descreveu a seguinte situação:

Tem vários assim, que arrendô [pra cana], mais diminui os funcionário deles, mas eu num[...] tem uns que eu não sei nem o nome. [...] Por exemplo, aqui perto tem uma fazenda, tinha muito funcionário, hoje em dia só tem um aluno deles. Foi tudo pa cana, né? Os filho [do proprietário de terra] né? Por que já partiro as fazenda, né? Só tem, só tem um aluno de lá. De primero tinha vários aluno, que tinha.

A entrevistada relatou uma situação em que os herdeiros de uma grande fazenda próxima à escola, após a realização do inventário e partilha da propriedade, arrendaram para

as usinas, sendo a monocultura da cana-de-açúcar a única produção da fazenda. Essa situação diminuiu a oferta de emprego e hoje, apenas uma família de trabalhadores reside na fazenda e só uma criança é aluna da escola. No passado, nesta mesma propriedade, várias famílias eram empregadas e mais alunos usufruíam do ensino no rural.

Uma das mães entrevistadas possui um filho estudando na escola Antônio Sabino Tomé, trabalha na secretaria da escola e mora em uma propriedade da família na mesma região. Ela mesma relatou sobre a tentação de arrendar suas terras à usina e a mudança da produção e no seu modo de vida no campo. Uma mudança que impacta no número de famílias no campo e, de certo modo, na existência de crianças e jovens no campo para estudar na escola. De acordo com M.J. sua preferência é pelo campo:

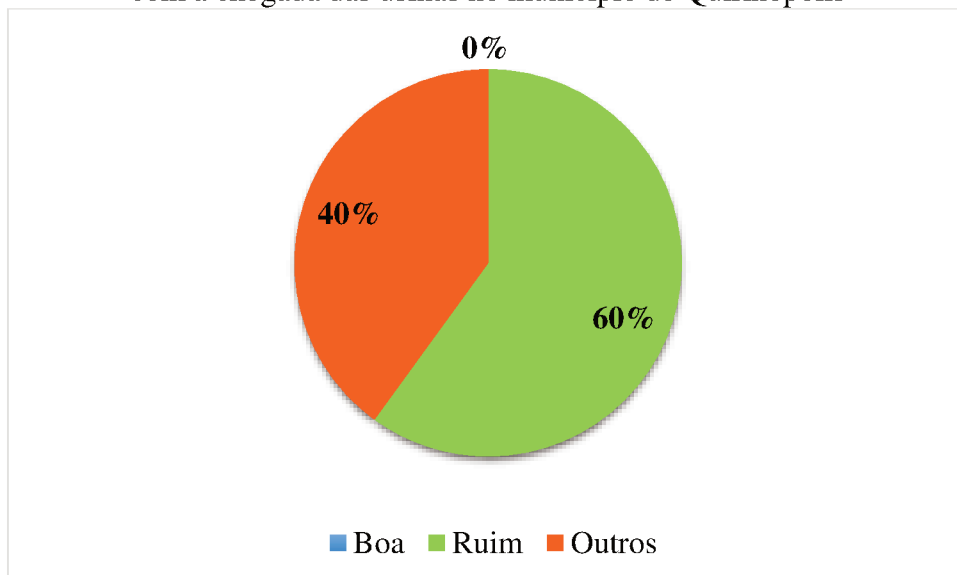
Antes da usina chegá. Tem várias [memórias] né? Mas, lá em casa, por exemplo, a gente sempre mexeu com, com gado. Então a gente tinha alguns funcionários, né! Agora a gente arrendou pra cana também. Então quer dizer, aqueles funcionários que a gente tinha, a gente já, já [...] com a cana a gente já não tem serviço pra eles. Então a gente acaba que, meio que isolando, né? A gente tá ficando isolado. Essas pessoas que tá arrendando pra cana, elas tão ficando isoladas ali, né? A gente fica perdido ali no meio da cana. As pessoas que trabalhavam com a gente, tem que ir embora, porque a gente não tem serviço pra elas, né. E elas acabam tendo que mudar pra onde não tem cana ou então pra cidade, porque elas tem que sobreviver também, né? E aí a gente que fica, é igual nós ficamo lá em casa, a gente tá, tá isolado. Tá mais sozinho. Financeiramente foi bom, né? Mas tirando o financeiro, eu acho que foi ruim.

A propriedade da família de M.J. foi uma das produtoras de gado da região e empregava trabalhadores para trabalhar no cuidado com o gado de corte e na ordenha das vacas leiteiras. Ela relatou que, após arrendar a fazenda, não tinha mais emprego a oferecer para as famílias, tendo estas que procurar novas oportunidades em regiões onde a cana não havia chegado e/ou partirem rumo à cidade. Outra situação é exposta por ela sobre o número de famílias no campo. Com essa diminuição, os que ainda (re)existem estão ficando isolados/sozinhos. Na disputa por espaço, os canaviais invadem o lugar das pessoas no campo e dá um outro significado a estes locais.

Em Quirinópolis, observa-se hoje um campo mais vazio de pessoas e cheio de cana e investimentos do agronegócio brasileiro. Por último, M.J. destaca que o motivo do arrendamento foi o financeiro, a proposta feita pelas usinas, e o menor esforço com trabalho na propriedade. Sem esse viés ela concorda com uma mudança ruim nesse novo rumo do campo. No geral, os entrevistados não interpretam as mudanças ocorridas no campo na região rural do Castelo como boas. Entre aqueles que enxergavam os pontos positivos, a resposta à pergunta foi para a opção “Outros”.

A maioria dos pais de alunos da EMRAST, que foram entrevistados, são trabalhadores rurais. Trabalhadores estes que a priori não foram absorvidos como mão de obra do setor sucroenergético por falta de qualificação profissional. Esses sujeitos possuem consciência de que os canaviais impactaram nos seus empregos, haja vista que antes da chegada do setor sucroenergético ao município, a mão de obra disponível para o campo atendia às demandas das lavouras de milho, soja, sorgo e fazendas de criação de gado, tanto de corte quanto leiteiro. A partir da instalação das usinas, o número de empregos gerados em tais atividades diminuiu, já que a cana-de-açúcar ocupa extensas áreas da região. O gráfico 6 expressa a opinião dos entrevistados.

GRÁFICO 6 – Avaliação dos entrevistados sobre as mudanças ocorridas na comunidade rural com a chegada das usinas no município de Quirinópolis



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Org.: GOUVEIA, A. S, 2019.

De acordo com os dados, tem-se que 40% dos entrevistados veem as mudanças ocorridas na comunidade rural com a chegada das usinas e dos canaviais como a opção “Outros”. Para justificar a escolha desta opção os mesmos utilizaram argumentos similares, em que os benefícios ocorreram parcialmente, sendo estes concentrados no financeiro, ou seja, a opção de arrendamento é mais rentável para os proprietários de terras e menos trabalhosa. Outro ponto destacado como benéfico também foi o emprego ofertado para os moradores da cidade de Quirinópolis e das cidades vizinhas nas usinas. O entrevistado A.L. foi um dos que escolheu a opção “Outros” e, em sua justificativa, alegou:

Pelo um lado o povo acha bom né, principalmente os fazendeiro que arrendo as terra, tem uma renda maior e tal e coisa. Mais por otro lado, já tem o lado mais ruim, né. É bom em umas partes e as vezes ruim em otras. Tem a situação de, veneno

tóxico, cai numa mina de água, né? A pessoa vem bebe essa água da mina com veneno que a usina deu combate de avião, né? Acontece muito.

Em contrapartida, 60% dos pais de alunos da escola veem tais mudanças como ruins, pois retiraram o emprego de famílias que sobrevivem do trabalho no campo. Entre outras observações destacaram a destruição causada por esse tipo de produção para com a natureza, exemplificando situações de corte de árvores, destruição de nascentes por drenagem para a utilização do solo, a diminuição dos animais silvestres, das chuvas na região e mesmo o trabalho nas próprias usinas que diminuiu diante à mecanização. O senhor J.F. destacou um pouco de sua vivência sobre as mudanças ocorridas no campo e os motivos que o levaram a escolher a opção “Ruim”.

É Alessandra, vô fala a verdade pra você, cana no campo nem, nem perto e nem longe. Eu sô contra. Prejudica e muito. Ela favurece só quem é dono, só as usina. Só as usina [...] Então pra mim, vô ser sincero com você, num apoio em sentido algum. Só, só de pió, num tem miora. Tem miora hora nenhuma. Pra começar acaba com estrada, caba com estrada, se sofre um acidente, aquês bitrem passano na estrada carregado de cana. E ota, caba com as pranta que tem ao redó, caba com tudo. E o que, além do mais, acontece o que aconteceu aí. Usina pra mim [...] Já sofri em usina. Trabaiei em usina, nunca mais eu quero. Quando eu era menino, ó de cana, corta cana. Hoje não existe corte que tem as máquina. E além do mais, muitos coitado igual eu, que é trabaiaidô braçal, ficô sem serviço, porque hoje tem máquina pa coiê cana, pa fazê tudo.

A diminuição da oferta de trabalho nas fazendas, entre eles o trabalho braçal, são motivos que para o entrevistado J.F. tornam essas mudanças ruins, pois afeta a vida daqueles que vivem do trabalho nas fazendas há muitos anos. Sem emprego, as famílias não conseguem permanecer no campo e assim, levam consigo seus filhos, alunos da escola rural. Ele destacou também os acidentes de trânsito com as carretas bitrem de cana picada, que escoam a produção de cana-de-açúcar do campo à indústria para o processamento como um aspecto negativo para a sua escolha da resposta da pergunta. Outro entrevistado, L.S. destacou também sua opinião para justificar a resposta.

É o emprego, é por exemplo, a usina arrenda a fazenda toda, aí o funcionário já vai embora né? Vem os da usina, que eles não pega o da fazenda, aqueles que mora na fazenda. É que os da fazenda maioria mexe com gado, mexe com as lavora da fazenda e aquilo ali acaba tudo e aqueles funcionário tem que i embora. Tem que i embora e corre atrás pra se contratado pela usina. E já não pode mais ficá morando ali [campo], né? Aí pra isso tem que tê curso, tem que tê cartera de maquinário, tem que fazê [...] Aí ele vai volta uns três ano pra se adaptar aquele serviço.

Percebe-se que, a maior influência do setor sucroenergético sobre as escolas no campo acontece por meio da permanência das famílias no campo. Como exposto, o emprego no rural nos dias de hoje está mais escasso, exceto para o trabalhador da usina, que realiza a migração

pendular, onde o trabalhador não mora no campo. Neste contexto, o trabalhador que estava acostumado a exercer determinadas funções, como na criação de gado, ordenhas, cultivo de lavouras, entre outros serviços convencionais nas propriedades rurais, tem que se adaptar para atender o mercado e/ou ir em busca de emprego em localidades mais distantes dessa dinâmica produtiva do setor sucroenergético. Essas migrações causam a inconstância de alunos ao longo do ano letivo nas escolas, assim pode-se observar a variação no número de aluno também durante os anos analisados (2009-2018).

O destino da EMRAST e das demais escolas localizadas no campo em Quirinópolis é incerto quanto ao fechamento, uma vez que, até então, os dados mostraram avanços do setor sucroenergético no município. Houve apenas um pequeno declínio na produção, observado nos últimos anos. Em 2015 a produção foi de 6.758.505 toneladas caindo para 5.246.762 de toneladas em 2016, mas já em 2017 foi registrado um total de 6.136.258. Portanto, se os canaviais continuarem em expansão, mais famílias perderão seu emprego no campo, famílias continuarão sendo expropriadas, e uma quantidade menor de crianças e adolescentes estarão no campo para estudar nas escolas.

Assim, o presente estudo é de suma importância para analisar os acontecimentos no campo quirinopolino, preservar um pouco da memória das famílias do campo e informar sobre os efeitos do setor sucroenergético na resignificação do lugar para os sujeitos do campo e, conseqüentemente, na desterritorialização dos mesmos. Com o intuito de contribuir no registro das memórias das famílias com o lugar e fazer uma breve caracterização da Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé, o subitem a seguir retratará características das instalações da escola, dos funcionários, da vivência no dia a dia, entre outros assuntos relacionados aos envolvidos com a escola.

2.2 Caracterização da Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé

Neste subitem serão apresentadas algumas informações sobre a Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé, localizada na área rural do município de Quirinópolis, onde foram coletados dados e constatações a partir de entrevistas, além de imagens das dependências da escola. A partir das informações disponíveis foi possível verificar as condições de funcionamento da escola e sua localização geográfica. As informações obtidas possibilitaram a elaboração de um breve resgate histórico da mesma, que foi e continua sendo fruto de uma luta da comunidade rural pela educação. Neste sentido, foi evidenciada a percepção dos entrevistados em relação à importância da escola para a comunidade rural.

A técnica utilizada para o levantamento de dados sobre a escola foi a pesquisa documental, que consiste na consulta às fontes primárias. Essa etapa se deu na própria escola Antônio Sabino Tomé e na Secretaria Municipal de Educação. O trabalho de campo até às instalações da escola proporcionou a realização da documentação direta que, consiste na coleta de dados no local estudado por meio da pesquisa de campo e, junto a esta, a observação direta intensiva foi necessária para compreender a dinâmica da escola e para contatar os sujeitos da pesquisa.

A escola compõe a Rede Municipal de Ensino de Quirinópolis, isto é, pertence à administração municipal. Entre os níveis de Educação Básica que estão sob a competência municipal temos a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I e II. O Ensino Médio também é ofertado na escola, no entanto, é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação. Neste sentido, as turmas do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio sempre foram uma extensão de colégios Estaduais situados na cidade. A extensão Estadual esteve por muitos anos sob a administração do Colégio Estadual Independência, porém no ano de 2017 o colégio passou a ter funcionamento em tempo integral, o que culminou na transferência da administração das extensões para o Colégio Estadual Dr. Onório Pereira Vieira.

Assim, a escola Antônio Sabino Tomé recebe alunos das propriedades rurais da comunidade rural Castelo e demais áreas próximas à escola. Além dos alunos do próprio município, estudantes das áreas rurais de Rio Verde e Castelândia também são atendidos pela escola Antônio Sabino Tomé, devido suas residências estarem mais próximas da mesma e mais distantes das escolas de seus próprios municípios. Existem também alunos do município de Quirinópolis que estudam em escolas no município de Castelândia pelo mesmo fator.

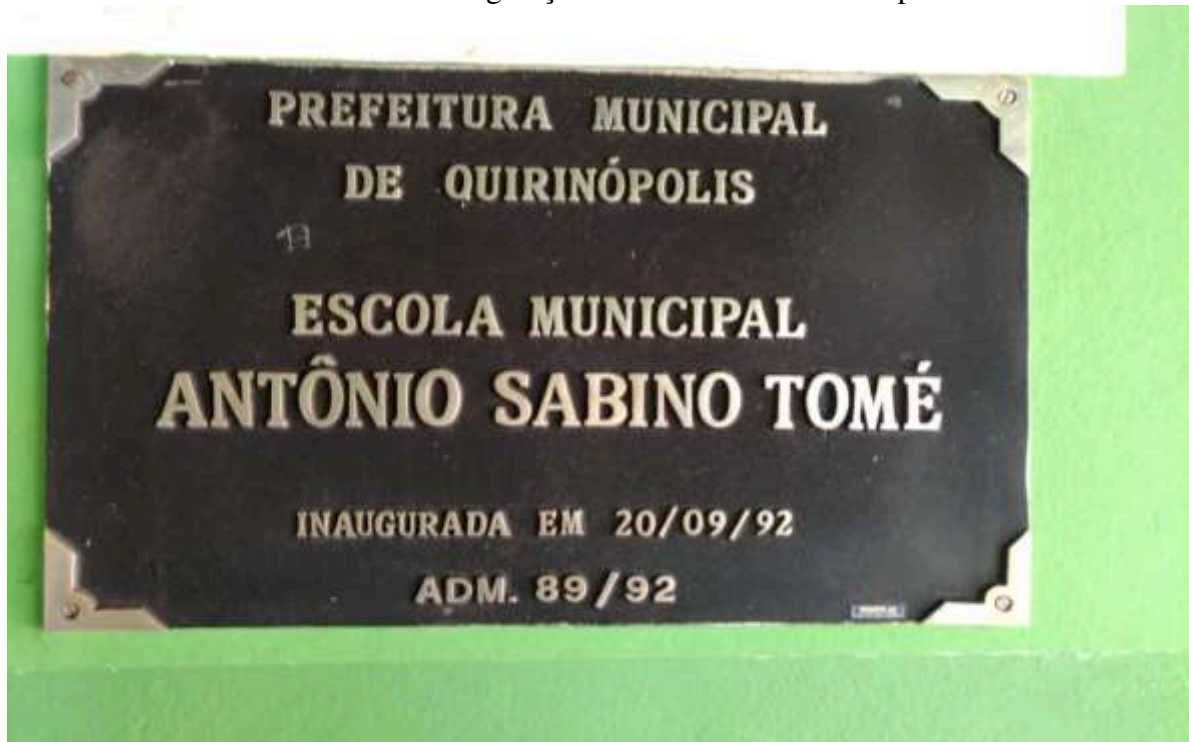
Tais motivos de localização (municipal) da moradia dos alunos foram alvo de calorosas discussões no final do ano de 2017, discussões estas que se referiam à possibilidade de fechamento da escola por parte do poder público do município de Quirinópolis, ao informar a necessidade de corte nos gastos públicos e pouca demanda de alunos no local. O assunto será tratado com mais detalhes na seção posterior. Os funcionários da escola também são do município de Quirinópolis, exceto uma das funcionárias da secretaria, que foi contratada pelo município de Castelândia no início do ano letivo de 2019 para “ajudar” nas atividades de tal setor, na perspectiva de contribuir para a permanência da escola.

A Secretaria Municipal de Educação se refere a esta e às demais escolas rurais do município, como escolas-polo. Ao empregar esse termo, consideram que as escolas estão geograficamente em pontos estratégicos, ou seja, são escolas afastadas do perímetro urbano e únicas em sua área/comunidade rural. Desse modo, atendem (polarizam) uma ampla área e

dispensam mais escolas nas proximidades, pois, se constituem no “núcleo” escolar do local. Apesar de que a escola Antônio Sabino Tomé constitui-se em uma escola-polo, ainda assim houve uma ameaça de fechamento, o que retrata a fragilidade das escolas no campo.

Sobre a criação da escola Antônio Sabino Tomé, tem-se alguns marcos importantes dessa história, que concretizou-se por conquista dos direitos dos sujeitos do campo, e a partir da insistência e perseverança dos pais da comunidade. O ensino realizado no campo na fazenda Castelo teve início na década de 1980. De acordo com M.H., membro da família que doou o terreno para a construção da escola e colaboradora na fundação da mesma, tudo teve início há cerca de quarenta anos, em uma instalação diferente do que é hoje e, naquele momento, existia apenas a “primeira fase” do ensino (referindo-se a fase inicial de primeira à quarta série). No ano de 1992 que a escola foi inaugurada em suas instalações atuais, e foi estabelecido o Ensino Fundamental II. A foto 3 apresenta a placa de inauguração da escola.

FOTO 3 – Placa de inauguração da EMRAST fixada na parede da escola.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2019.

Em uma reunião realizada em novembro de 2017 na própria escola com pais, membros fundadores da escola, pais de ex-alunos, diretor e funcionários, a colaboradora e fundadora da escola M.H. disse que,

Há vinte e cinco anos atrás, nós nos reunimos né? Eram setenta pais, não sei se vocês se lembram né? Éramos setenta famílias e que nós conseguimos a segunda fase dessa escola. Existia a primeira fase, a nossa professora era aquela ali do quadro [referiu-se a uma foto na sala], a Cleuza, e ela também, junto com a gente né? Nós

lutamos e conseguimos a segunda fase. E foi em 92 isso, né? Quando os vereadores de Quirinópolis falaram que não ia votar a favor da lei pra poder abrir a escola[...] nós entramos em nossos carros aqui, enchemos de pais e fomos pra porta da câmara, pra poder ver se eles iam ter coragem de votar contra, né, a lei de fundação da escola. E graças a Deus a nossa presença, a nossa união [...] Sei que, o que foi possível nós entrarmos nos nossos carros e ir lá, né? E a gente olhar bem nos olhos dos nossos vereadores, que a gente havia votado, né? Olhar nos olhos deles e falar: vocês vão ser contra a escola? E foi a nossa presença que evitou que a escola não fosse aberta.

A colaboradora referiu-se a uma passagem sobre a implementação da segunda fase do Ensino Fundamental na escola e a construção de suas instalações, que existem até hoje. Conforme mostra a foto 3, a escola foi inaugurada em vinte de setembro de 1992, portanto uma escola que completa vinte e sete anos de funcionamento este ano (2019), com o Ensino Fundamental I e II e com a estrutura ilustrada na foto 4.

FOTO 4 – Fachada da EMRAST após a reforma.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2019.

Percebe-se que a história da escola é marcada por lutas e conquistas dos pais da comunidade, esta que, conforme exposto por M.H., se diz fortalecida pela Associação de Pais e Mestres. A associação é reflexo da vontade dessas famílias que residem no campo, pretendem continuar no campo e exigem a escola para atender seus filhos. A união dos moradores mostra-se presente desde o princípio, com a conquista da lei de fundação da escola, até os dias atuais.

Para a construção das instalações da escola, no ano de 1992, a família Tomé cedeu uma área de sua propriedade rural para a Prefeitura Municipal de Quirinópolis. Até então, o ensino oferecido era referente às turmas de primeira a quarta série, com uma única professora, todos em uma mesma sala de aula, comumente conhecido como sala multisseriada. No ano de 2003, o prédio da escola passou por uma reforma, para melhorias, e também ampliação do mesmo, criando novas salas que são usadas para reunião e para a biblioteca, reformando a cantina e os banheiros. Já em 2010, houve a inauguração do Laboratório PROINFA, onde computadores foram colocados à disposição dos alunos na escola. A última reforma foi em 2018, com a pintura da escola e reparos mais simples.

Hoje a escola atende alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio (de responsabilidade estadual – extensão do Colégio Dr. Onério Pereira Vieira). No entanto, o número de alunos matriculados não é suficiente para manter todas as turmas na modalidade seriada. Nas turmas/series com um número reduzido de alunos, utiliza-se como “estratégia” as turmas multisseriadas, no intuito de oferecer o ensino a essas turmas a um custo mais baixo. O quadro 1 mostra como estão divididas as turmas e modalidade de ensino na EMRAST.

QUADRO 1 – Turmas e modalidade de ensino na EMRAST.

TURMAS E SÉRIES	MODALIDADE
Educação Infantil – Pré I	Multisseriada
Educação Infantil – Pré II	
Ensino Fundamental I – 1º Ano	Multisseriada
Ensino Fundamental I – 2º Ano	
Ensino Fundamental I – 3º Ano	
Ensino Fundamental I – 4º Ano	Multisseriada
Ensino Fundamental I – 5º Ano	
Ensino Fundamental II – 6º Ano	Seriada
Ensino Fundamental II – 7º Ano	Seriada
Ensino Fundamental II – 8º Ano	Seriada
Ensino Fundamental II – 9º Ano	Seriada

Fonte: EMRAST, 2019.

Org.: GOUVEIA, A. S., 2019.

As turmas multisseriadas na EMRAST funcionam com alunos de séries e idades distintas na mesma sala e uma professora ministra as aulas. Caso tenha uma quantidade maior de alunos há uma auxiliar. No total são sete (7) turmas, sendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I. Todas são multisseriadas, conforme expresso no quadro 1. A partir do 6º ano as turmas seguem o regime de seriação. Na Educação Infantil, de acordo com os dados de 2018, estavam matriculados oito (8) alunos. As turmas do 1º, 2º e 3º ano do Ensino

Fundamental II, juntos, resultaram num total de dezessete (17) alunos e o 4º e 5º ano tinham um total de dez (10) estudantes matriculados.

Os dados de 2019 ainda não foram disponibilizados pois, de acordo com informações da diretora, os pais demoram a procurar a escola para realizar as matrículas. Antes do início das aulas as mesmas foram feitas na Secretaria Municipal de Educação, mas apenas duas mães compareceram. A maior parte dos motivos que implicam na demora para a efetivação das matrículas estão relacionados ao tempo disponível para sair do trabalho e ou por falta de condução para o deslocamento até a secretaria da escola. Em alguns casos, pais vão no transporte escolar. A diretora informou que já foi preciso enviar a ficha de matrícula pelo aluno, para que os pais a preenchessem e o próprio aluno a entregasse.

No ano de 2018 a escola teve um total de 70 alunos, sem contar os estudantes do Ensino Médio, já que estes são de responsabilidade do Estado e não são contabilizados pelo Município. O turno de funcionamento é o vespertino. As aulas iniciam às 13h00min e são finalizadas às 17h15min, com um intervalo entre o horário de aulas para o lanche da tarde.

Nos fundos da escola há uma casa em que moram um casal de zeladores e seu neto, que é aluno. O casal é responsável por limpar o prédio e recepcionar os alunos no horário da chegada e saída e tem uma importância significativa na dinâmica escolar. É o que ocorre quando alguns motoristas das Kombis que fazem mais de uma linha de transporte de alunos, para não deixá-los sozinhos enquanto buscam a próxima “linha”, ficam aos cuidados dos zeladores da escola.

São chamadas de “linhas”, as rotas feitas pelos motoristas das Kombis. Geralmente, os motoristas que tem uma linha mais próxima à escola, costumam fazê-la mais cedo e depois ir em outra linha buscar mais alunos. Assim, também é no final da aula, ou seja, na saída dos alunos da escola, que se dá às 17h15min, o motorista leva parte dos alunos em uma determinada área, depois volta para levar os demais em outra área. As Kombis, ilustrada na foto 5, comumente chamadas de peruas, são utilizadas para fazer o transporte dos alunos. São três (3) peruas e um ônibus. O ônibus se desloca diariamente da cidade em direção à escola, levando os professores, alguns funcionários e alunos que moram nas proximidades da rodovia.

FOTO 5 – Quirinópolis (GO): Veículos utilizados no transporte escolar dos alunos



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2019.

Diariamente os professores, funcionários e alunos tem um momento em conjunto, isto é, em que todos os que estão presentes na escola encontram-se no pátio. Nesse momento realizam uma oração para o início das aulas e todos reúnem-se no pátio da escola e, de mãos dadas, fazem a oração do Pai Nosso, conforme mostra a foto 6. A oração é um momento diário que permite esse maior contato e união da comunidade escolar, fazendo deste um ambiente em que todos se conheçam. De acordo com a diretora, essa é a única escola rural que mantém este hábito.

O pátio da escola é um lugar de interação da comunidade escolar, onde ocorrem apresentações de danças, teatros, brincadeiras, comemorações de datas especiais (dia das mães, do estudante, entre outros), é onde os alunos brincam no intervalo das aulas e o local onde acontece o momento da oração. É o primeiro local que se passa ao entrar na escola, logo após o portão, e também o último ao sair da escola. É um espaço onde os estudantes relacionam-se e socializam-se uns com os outros, além de entrarem em contato com os funcionários da escola.

FOTO 6 – Momento de oração que antecede o início das aulas na EMRAST.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2019.

Outro espaço escolar marcante para o encontro da comunidade escolar com a comunidade rural em geral é a quadra de esportes. A quadra é utilizada para os jogos e brincadeiras dos alunos enquanto aguardam o início do horário de aulas, assim como no intervalo e na saída das mesmas, é onde acontece anualmente os jogos intercolégiais de futsal, mas esse espaço também é muito importante para as festividades que ocorrem ao longo do ano, recebendo a comunidade local. A tradicional Festa da Primavera acontece na quadra e reúne alunos, pais, professores, vizinhos, vereadores, prefeito, enfim, é um momento em que a escola convida a todos para participarem do seu evento, como ilustra a foto 7.

A Festa da Primavera é realizada todos os anos no mês de setembro, normalmente em um sábado do final de semana. A quadra de esportes transforma-se em um salão com palco para as apresentações dos alunos, mesas e cadeiras para as famílias acomodarem-se, barracas de comidas, barracas de brincadeiras, entre outros (conforme ilustram as fotos 7 e 8). Ocorre também, intermitente às apresentações dos alunos, um leilão com prendas doadas pelos próprios moradores do campo (fazendeiros e pais de alunos) para arrecadar fundos para a escola. Entre as prendas existem frango assado, pernil assado, ovos caipira, porções de frios, petiscos, doces, entre outras variedades de alimentos.

FOTO 7 – Festa da Primavera na EMRAST em 2018.



Fonte: Prefeitura de Quirinópolis, 2018.

FOTO 8 – Apresentação dos alunos na Festa da Primavera da EMRAST em 2018.



Fonte: Prefeitura de Quirinópolis, 2018.

A Festa da Primavera é o principal e mais significativo momento de lazer que as famílias do campo vivenciam junto à escola, pois elas vivem desde a preparação para a realização da festa, com as doações de prendas, preparam seus filhos para as apresentações, alguns ajudam na organização da escola até o dia em que tudo ocorre. Todos contribuem a fim de arrecadar fundos para ajudar na manutenção da escola e/ou na aquisição de novos equipamentos, sem esquecerem da diversão.

Quando encerram-se as apresentações dos alunos começa o forró ao vivo para animar a festa. Algumas mesas são afastadas e surge o espaço para dançar. Além da Festa da Primavera, em alguns anos ocorre a Festa Junina e uma confraternização para as famílias no final do ano letivo. As festas ocorrem com o apoio da Prefeitura de Quirinópolis. Nota-se que a comunidade rural interage com a escola, mesmo que sejam poucos os momentos durante o ano, evidenciando a relação de interdependência entre escola-comunidade.

A comunidade rural está em prol da escola e a escola em prol da comunidade. Os pais preocupam-se com a ameaça de fechamento da escola, pois dependem dela para continuarem seu trabalho no campo, sem a preocupação com os filhos, pois estão próximos de suas residências, principalmente os pais que possuem filhos menores (na Educação Infantil ou Ensino Fundamental I). Existe um cuidado, um carinho, um amor entre os que utilizam da escola como um lugar, como parte da sua vida. A EMRAST foi uma conquista da população do campo e, por esse motivo, é muito importante para esses sujeitos.

A paisagem que rodeia a escola hoje é marcada pelas lavouras de cana-de-açúcar. Apesar das mudanças ocorridas, que impactaram na vida dos moradores, o campo é o lugar de muitas famílias e muitas pessoas. O campo é lugar da escola. Pessoas vivem no campo e tem dele as melhores memórias, as melhores lembranças. A comunidade rural vive, interage e se fortalece e a escola é um exemplo de resistência. O subitem a seguir apresenta uma parte da história dos moradores que disputam o “seu lugar” com a cana-de-açúcar.

2.3 O lugar da comunidade rural versus o espaço da cana-de-açúcar

O município de Castelândia possui um total de 294 habitantes no campo (IBGE, 2010) e parte deles estão na Comunidade Castelo, onde a escola está localizada. Em Quirinópolis as duas microrregiões mais próximas à escola são a Paredão e a Sete Lagoas e, junto às demais 18 microrregiões, constituem um total de 5.057 pessoas (IBGE, 2010) no campo. Já no município de Rio Verde há cerca de 12.884 pessoas morando no campo e algumas dessas

famílias dependem da escola para a educação de seus filhos. A EMRAST atende a alunos das áreas rurais dos municípios de Castelândia, Quirinópolis e Rio Verde.

Percebe-se que, existe um número significativo de pessoas que tem o rural como seu lugar de vida e trabalho. O mesmo rural que vem sendo ocupado demasiadamente pelo monocultivo de cana-de-açúcar, como realçam os dados no subitem 1.1 da primeira seção. Faz-se necessário uma reflexão sobre o lugar para os camponeses. É preciso compreender suas relações e modos de vida a partir do lugar, pois “pensar a vida cotidiana no lugar é pensar que o mundo está no lugar [...]” (DAMIANI, 1999, p.168), portanto esta escala de análise é de suma importância para destacar o pertencimento dessas pessoas ao campo.

As pessoas constituem-se em elementos do espaço. Nesta perspectiva, o homem é um elemento do espaço em que habita e o lugar atribui valores aos elementos, ou seja, ao homem (SANTOS, 1985). Os valores do homem no lugar dependem da interação dos elementos que constituem o espaço, pois “cada elemento está sempre variando de valor, porque, de uma forma ou de outra, cada elemento do espaço – homens, firmas, instituições, meio – entra em relação com os demais, e essas relações são em grande parte ditadas pelas condições do lugar. (SANTOS, 1985, p.10)”. No caso da comunidade rural em questão, as condições do lugar favorecem os elementos que constituem o cenário do setor sucroenergético, pois estes subordinam às relações humanas às relações do capital que ocorrem no campo.

O lugar deve oferecer condições para integrar sua dinâmica com o cotidiano, caso contrário nunca alcançará o posto de lugar, ou seja, estará apenas reproduzindo o sentido de não-lugar (CARLOS, 2007). Para tanto, o homem vê o lugar a partir da identidade e, com as mudanças no campo nas duas últimas décadas, muito se perdeu das relações camponesas, isto é, houve uma reconfiguração da produção no campo e muitos sujeitos foram expropriados do que antes fora o seu lugar.

Contudo, entre as transformações ocorridas no campo da comunidade rural Castelo e demais do entorno, houve mudanças no valor dos elementos que constituem esses espaços. Ocorreu uma reconstrução do lugar a partir dessas transformações. Conforme expressa Souza (2013, p. 166-167),

A desconstrução de um determinado espaço condiciona a reconstrução do lugar. O lugar aparece como a materialização das formas e funções, a partir das relações entre sujeitos e objetos, que constroem e reconstroem o território, a paisagem e o próprio espaço. Essa reconstrução ocorre a partir do aparecimento de novas funções que são adaptadas para enfrentar as novas necessidades.

Tais transformações esbarram nas relações socioculturais presentes no lugar, entre as quais, algumas práticas vivenciadas em outros tempos, não ocorrem mais na conjuntura atual.

Entre as práticas realizadas antes da expansão do setor sucroenergético na região, alguns dos entrevistados relataram momentos dos seus cotidianos que foram substituídos por novas práticas ou, simplesmente, que hoje são incapacitados de serem realizados. Como relatou a entrevistada M.J,

Se for fazer uma comparação do que era antes e do que é hoje [...] Hoje cê olha, cê só vê cana. Antes cê via uma plantação de soja, de arroz, milho, né? Era os pasto chei de gado. A minha vida inteira eu via gado, gado, gado e agora é cana, só cana. Então cê, cê não tem muita [...] antigamente eu sai nos pasto com meu pai, a gente andava quase o dia todo, sabe? Olhando gado, olhando uma lavoura, agora nem tem como. Cê vai olha cana? (risos) Andá no mei de cana? Não tem. E isso faz muita falta, sabe? O meu menino hoje [...] Hoje eu não posso fazer com ele o que o meu pai fazia, sabe? A gente andava, olhava o gado, ia numa lavoura, comentava, sabe? Hoje não, não tem mais isso.

Nota-se que a entrevistada relatou o processo de mudança da produção no campo ao identificar práticas que não realiza mais, práticas estas que seu filho e, possivelmente, muitos outros que moram no campo e estão na mesma faixa etária, não terão muitas possibilidades de realizar. As novas funções são adotadas por muitos no campo, com o intuito de acompanhar a nova dinâmica da produção local e pela proposta realizada pelas usinas, como a entrevistada destacou “a tal proposta da cana, acaba mexendo, né? Com a vida de muita gente, porque é uma proposta muito boa, né? Então até pra mudar de vida as vezes as pessoas acabam mudando de, de ramo, de, “de trabalho”, devido a oportunidade que tá dano”.

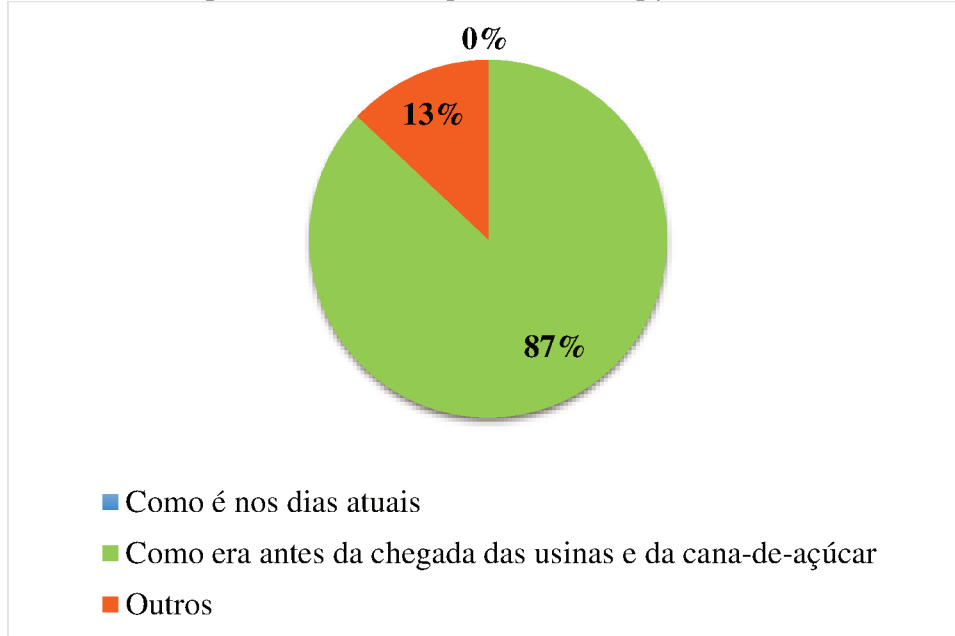
O trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar é uma das novas necessidades no campo e na comunidade, que decorre das novas funções a partir do empreendimento do agronegócio, com destaque para o setor sucroenergético. Essa “nova” necessidade extingue postos de trabalho que estavam relacionados às relações de produção de outrora.

Entre aqueles que consideraram as mudanças ruins, G.I destacou que, “pros animais, morreram a metade, eles tiraram toda a vegetação dos rio do, da [...] tamparam as nascentes, por que aí fez aquela drenagem nas nascentes. Acabo com as nascentes, principalmente aqui na nossa região”. Segundo ela, muitas das veredas existentes nas fazendas foram drenadas para o aproveitamento das áreas, posteriormente destinadas ao plantio. Outra queixa de G.I é “cê não vê mais arara, mais. Cê não vê pássaros mais e os que vê tá morrendo de fome, por que não tem nada pra comê mais”.

O assunto diverge opiniões entre os pais. De acordo com Souza (2013, pag. 168) “as divergências sobre a atividade canavieira podem ilustrar os conflitos de uns e a satisfação de outros, com relação às consequências que esta vem causando”. Ainda sobre o assunto,

retratando a opinião dos entrevistados sobre o seu modo de vida no campo, o gráfico 7 revela a opinião da maioria em relação ao campo.

GRÁFICO 7 – Se pudesse escolher, qual seria sua opção sobre morar no campo?



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Org.: GOUVEIA, A. S., 2019.

Em entrevista, 87% dos pais responderam que, se pudessem escolher, preferiam a vida no campo antes da chegada das usinas e da cana-de-açúcar ao município. Apenas 13% consideraram algumas características do campo como é hoje, no entanto, nenhum dos entrevistados optaram pela hipótese de “morar no campo como é nos dias atuais”, por isso a alternativa não aparece no gráfico 7. Os pais destacaram alguns motivos que justificaram a sua opinião, como A.P,

Óh, antes da chegada da cana eu achava, eu acho que era melhor. Só que assim, quando eu mudei pra fazenda já era de cana né, já mexia com cana. Mas quando eu era pequena, quando meus pais morava na fazenda eu achava que era melhor antes. Parece que era diferente, que cana cê só vê cana, todo lugar que cê vai... cê não vê mais, é igual, na, na... Cê andava tinha aqueles pasto, aquelas árvores, tudo, não. Agora é só cana, cê olha assim é tudo é cana, né. Eu achava que era diferente, agora é tudo igual, não muda nada.

A fala de A.P. refere-se à monotonia do campo, à ausência de diversos componentes que existiam outrora e, hoje, foram substituídos pela uniformidade da paisagem ligada ao monocultivo da cana-de-açúcar. Alguns dos principais elementos que não possuem mesma evidência no campo como no passado foram citados pelos pais, como a diversidade da fauna, os muitos animais que eram vistos no campo e que perderam seu espaço de vivência para os canaviais, as matas em geral, que foram prejudicadas pelas queimadas na região, as pequenas

propriedades e os vizinhos mais próximos, que tornaram-se cada vez mais distantes uns dos outros, e, alguns citaram que, até o ciclo das chuvas foram influenciados. Em relato sobre as memórias da mudança na paisagem do campo I.S. destacou,

Tem e muito (risos) [mudanças na paisagem]. Cada sede bonita vai pa debaixo do chão aí pranta cana em cima. Derrubada das sede, curral, é [...] Gostava da paisagem mais antes, cê passava no mei do gado, vaca paridera, bezerro, hoje é, quando cê vê que não tá tudo seco. Dá combate e tá plantano é cana. As árve que tinha antigamente diminuiu bastante, né? Da natureza. As veiz num mata as árve, mais com dois ano aí ocê vê ela morta. Aí caba de tira ela.

As transformações no campo em Quirinópolis ocorrem desde o período de modernização da agricultura, a partir da década de 1970, mas no atual momento, com a expansão do setor sucroenergético, é que mudanças consideráveis estão acontecendo (SOUZA, 2013). Essas mudanças constituem-se nas esferas econômicas, sociais e culturais, todas ligadas ao modelo produtivo agrícola, que impõem uma nova forma/modelo de produção (SOUZA, 2013). Ainda sobre essas transformações, E.G. destacou com tristeza que,

A eu gostava de vê o gado né? Vê o gado, vê os animais andano, era tanto gado, era tanta vaca. Antes de chegar a cana, era tanta [...] Era bicho pra todo lado. Agora acabou. O que eu mais tenho saudade era vê aquele tanto de bicho. Gosto muito de orquídea, não vê orquídea mais. Morreu, morreu tudo. Como se diz, quem viveu, quem viveu no campo, como se diz, gosta né.

Na fala de E.G. é evidente os costumes que realizava antes da chegada da cana-de-açúcar no campo, como a vista da paisagem e a prática de gostar das suas orquídeas, o que E.G. relatou como algo difícil de encontrar hoje, por causa da falta de preservação das matas, tanto na margem dos rios (ciliares) quanto das reservas nas fazendas, o que o entrevistado M.R. também ressaltou em sua fala:

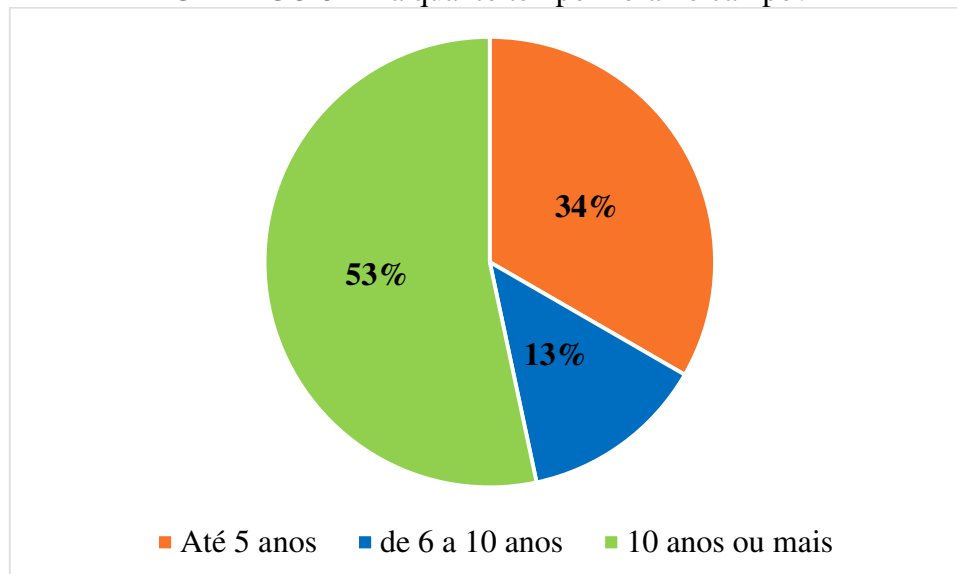
No caso aqui na minha região mesmo, que tipo assim, antes era mais, era muitas fazendas, igual, a gente fala, criadores de gado, que agora virou um único dono só, que tipo [...] e passou pra cana. Mudou a cultura da região. Tinha mais moradores, né! Agora tem um dono e morador nenhum mais, nas fazenda de cana não. Antes tinha pastagem né? Algumas matas que hoje nem existe mais. A tinha muitas, muitas matas e, por causa das queimadas, hoje nem tem mais.”

Para este morador do campo a chegada do setor sucroenergético e dos extensos canaviais próximos às propriedades menores impactou na cultura do campo, pois os pequenos proprietários, cercados pela cana, venderam suas terras aos donos de fazendas vizinhas que incorporaram essas áreas à produção de cana. Assim o número de famílias no campo foi diminuindo conforme os canaviais aumentavam.

Nesta lógica de disputa entre o setor sucroenergético e o camponês, e das transformações ocorridas no modo de vida desses sujeitos do campo, Marques (2008, p. 69) afirma que “[...] a forma característica de organização camponesa se mantém, mesmo que modificada, devido à posição ambígua em que ele se encontra sob o capitalismo: integrado e marginal, complementar e contraditório, dentro e fora ao mesmo tempo”. As relações camponesas são reinventadas para que os mesmos consigam permanecer no campo sob a nova lógica de produção local. O gráfico 8 mostra o período em que as famílias entrevistadas residem no campo e vivem da relação com a terra no lugar.

Nota-se que, maioria dos pais dos alunos da EMRAST entrevistados residem no campo há bastante tempo, portanto são pessoas que vivenciaram de perto as transformações ocorridas na região e recriaram seu lugar e modo de vida. Conforme expresso no gráfico 8, um total de 53% dos entrevistados moram no campo há cerca de dez anos ou mais, 13% deles estão entre seis e dez anos no campo e 34% dessas famílias estão no campo por um período mais recente, até um período de cinco anos.

GRÁFICO 8 – Há quanto tempo mora no campo?



Fonte: Trabalho de campo, 2019.
Org.: GOUVEIA, A. S., 2019.

De acordo com os dados, mais da metade dos entrevistados moram no campo há muito tempo, entre eles, alguns praticamente nasceram no campo e estão lá até hoje. Alguns vieram do rural de outras regiões e outros ficaram distantes do campo por determinado período, pois mudaram-se para a cidade para os filhos estudarem, e depois retornaram. Portanto os sujeitos do campo devem ter sua identidade, cultura e espaço reconhecido. Como afirma Marques

(2002, p. 15) “devemos pensar o espaço rural não apenas a partir de sua funcionalidade econômica à sociedade urbana hoje estruturada [...]”.

Sobre o lugar de vivência dos camponeses e suas práticas, é preciso enxergar o sujeito do campo como alguém que vive da terra e nela reproduz suas relações socioculturais. Souza (2013, p. 177-178) salienta que,

Até porque o que está posto não está em apenas plantar cana ou produzir leite, há, também, a produção de gado de corte, a produção de alimentos para o consumo, as atividades simbólicas e sagradas, e nessas, manifestam-se trocas de opiniões, gostos, vontades, ideias, discussão política ou outros conteúdos do cotidiano das práticas e da vida social na coletividade do lugar. Esses elementos revelam que esses camponeses não foram eliminados do lugar pelos fenômenos globais, eles continuam lá. Entretanto, nem eles, nem suas práticas sociais, nem mesmo o lugar continuam os mesmos.

Mesmo com todas as transformações impostas no campo quirinopolino pelo setor sucroenergético, que segue a lógica capitalista de produção do agronegócio e do mercado global, o camponês (re)existe com suas práticas e costumes no lugar. No entanto, para tal (re)existência suas relações e, até mesmo o lugar, sofreram uma ressignificação. De acordo com Santos (1988, p. 58) “há uma interdependência entre os objetos e as relações. [...] Por isso, cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra”.

As famílias da comunidade rural que circundam a EMRAST possuem suas relações socioculturais no campo, seu cotidiano é vivenciado nesse espaço, por isso os valores que o campo possui em suas vidas são significativos para torná-lo o lugar de suas famílias. Segundo Tuan (1983, p. 6), “o que começa com espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. Não só o campo, mas a escola também reforça o lugar dos camponeses, pois ela é o espaço da materialização de muitas simbologias e tradições do campo, já que é o espaço em comum e de lazer dessas famílias.

Contudo, ficou claro que a chegada do setor sucroenergético no município proporcionou significativos impactos no funcionamento da EMRAST e demais escolas rurais de Quirinópolis. Portanto, torna-se relevante entender os desafios enfrentados pela escola frente à expansão da cana-de-açúcar no município. Para isso, será discutido na próxima seção o tipo de educação ofertado nas escolas rurais, relacionando-o à proposta de Educação do Campo, um ensino emancipatório que visa atender as peculiaridades das famílias camponesas.

Outro obstáculo ao fortalecimento dos camponeses com a escola e, conseqüentemente, com o lugar é a política de nucleação. Tal medida prevê o fechamento de escolas rurais consideradas isoladas para concentrar os alunos em uma escola polo, localizada em área estratégica para atender uma área rural mais extensa. Nesse contexto, a comunidade da

EMRAST vivenciou uma tentativa de implementação da proposta de nucleação na escola, que é considerada polo. A medida fortaleceu a comunidade em prol do funcionamento da escola e é uma prova de que a escola é símbolo da resistência das famílias, que lutam para continuar seu modo de vida no campo. Tais assuntos serão tratados com mais afinco na próxima seção.

3. DESAFIOS DAS ESCOLAS NO/DO CAMPO FRENTE À EXPANSÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO

3.1 A Educação no/do Campo em contraposição à Educação Rural.

Nesta subseção serão expressos os conceitos, premissas e paradigmas que regem a Educação do Campo. É um conceito novo que possui suas raízes no campo e busca noticiar um movimento da realidade em que são expressas muitas desigualdades sociais, por isso não é um conceito fechado e nem aleatório (CALDART, 2008). Esse conceito ganhou força na última década a partir da reivindicação dos movimentos sociais, como forma de reafirmar sua identidade cultural e incluir no processo de ensino o próprio local de vivência ou modo de vida do aluno, seja este camponês, ribeirinho, quilombola, indígena, entre outros, o importante é que os sujeitos dessa educação são pessoas do campo (ARROYO, 2004).

A concepção de educação no/do campo surge no sentido de mudar velhos paradigmas, quando fala-se em educação rural. A imagem que se tem da escola rural é aquela onde qualquer coisa serve, a escolinha das primeiras letras, com professores que mal sabem ler repassando sua situação aos alunos (ARROYO, 1999). Essa prática remete à desvalorização do rural, uma depreciação do mesmo ao ligá-lo à escolinha rural. No entanto, o termo rural ganha novo sentido após a aprovação da Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, a qual Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (COSTA, 2013).

A Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé, em Quirinópolis, é uma escola rural e não uma escola no/do campo. O ensino ofertado nas tradicionais escolas rurais estava voltado para objetivos práticos e sucintos, com intenção simples de alfabetização de crianças e jovens no campo, preparando estes para atender ao mercado de trabalho. Percebe-se que,

A “educação rural” estava assentada numa concepção positivista do pensamento, mercadológica, de política educacional direcionada para uma formação pragmática, apenas para desenvolver atividades no mundo do trabalho, carregando uma “coisificação” e uma “desumanização” dos sujeitos. O termo “rural” era empregado à época do governo Vargas para delimitar os espaços urbano e rural e direcionar as ações políticas nesses dois espaços. Embora entendidos como espaços diferentes, as políticas públicas de educação eram as mesmas para os dois, o que era desenvolvido para o urbano se aplicava ao rural (IDEM, 2013, p.79).

O termo rural foi usado para remeter-se ao “fora do urbano”, distinguindo assim as políticas públicas que seriam direcionadas a cada um dos espaços. Ora, observemos que, o mesmo termo que distingue os espaços (cidade-campo) não foi relevante o suficiente a ponto

de consolidar políticas específicas para a produção de uma educação pensada para o seu espaço. O rural é um cenário para a reprodução da educação urbana, reprodução de um ensino pensado e criado para a cidade, no entanto, este vai para o espaço “fora do urbano”, atender crianças e jovens do campo, com poucas ou nenhuma adaptação à realidade desses estudantes.

Nota-se que desde os primórdios o campo não foi pensado para os camponeses, para os sujeitos do campo. As políticas públicas enalteciam o urbano e depreciavam o rural, no sentido de reprodução da vida social. Estes aspectos são observáveis no fato de reproduzir algo do urbano em um espaço não-urbano, como sinal de imposição da urbanização aos sujeitos do campo e, conseqüentemente, aos seus filhos e filhas. Os programas pensados para a educação rural no Brasil não tiveram a participação dos sujeitos do campo na sua elaboração, assim o ensino levado ao campo ignora a própria realidade do local, isto é, a realidade que propõe-se a trabalhar – educação rural (FERNANDES E MOLINA, 2004).

O sistema é excludente ao propor um ensino no rural como uma extensão do urbano, despreocupados com o público alvo do campo, instituindo um processo alienatório e desumano. A educação no/do campo (re)cria o processo de elaboração e consolidação de um ensino, no entanto este é pensado a partir da materialidade e simbologia da vida no campo. Nas palavras de Camacho (2013, p.318-319, grifo do autor),

Consideramos que para entender o processo de construção da Educação do Campo temos que partir de três premissas principais. A primeira condição para a reivindicação da Educação do Campo é a *necessidade de se ter uma educação de qualidade no campo*, tendo em vista a exclusão social a qual foi submetida os habitantes do campo há muito tempo por falta de políticas públicas. A Educação do Campo é, em primeiro lugar, uma dívida histórica para com os povos do campo. A segunda premissa é a *especificidade da Educação do Campo*. Não basta levar a educação para as áreas rurais, esta educação tem que ser condizente com a realidade desses sujeitos que moram no campo. [...] Daí o termo Educação do Campo, e não apenas educação no campo ou educação para o campo. Substituindo a antiga educação rural de má qualidade e descontextualizada da realidade histórica-espacial desses sujeitos do campo. E a terceira característica é a que define a sua especificidade no interior do *Paradigma da Questão Agrária*, é o fato de a Educação do Campo ter uma proposta *emancipatória*. Ela é uma *educação contra o capital*, mais especificamente, contra o agronegócio. Pois, o mesmo é inimigo do campesinato.

O autor coloca três premissas para a construção da educação do Campo, pensando primeiramente na qualidade da educação, ou seja, elucida a proposta de uma educação humanizadora, elaborada para a realidade do campo, pautada em políticas públicas/projetos/programas verdadeiramente para o campo, o que foi negado aos sujeitos historicamente. Outra premissa é a participação dos sujeitos do campo e dos movimentos sociais, na construção da proposta da educação, que contrapõe o sentido da educação rural,

isto é, a escola com condições precárias, apêndice do urbano e descontextualizada do seu espaço de localização. Por fim, o autor esclarece que é uma educação contra os princípios estabelecidos do capitalismo, ao contrapor-se ao agronegócio, a agricultura patronal/empresarial tão fomentada ao longo dos anos e na atualidade.

Entende-se que a Educação do Campo é resultado da luta camponesa e, ao mesmo tempo, é um instrumento de luta desses sujeitos contra a territorialização da agricultura capitalista ao pregar a recomponição, ou seja, o retorno do camponês ao campo e a recriação do território das suas relações (CAMACHO, 2013). Neste sentido, Arroyo (2004, p.37) destaca que “esta concepção educacional não está sendo construída para os trabalhadores rurais, mas por eles, com eles, camponeses”. Arroyo reforça a característica de educação emancipatória, ao retratar o ensino como uma construção advinda dos camponeses, que lutam e (re)existem para a permanência na terra.

As lutas camponesas no intuito de reivindicar melhorias para a vida rural opõem-se à figura do tradicional rural, o qual não possibilita enxergar o campo como um território de reprodução das relações camponesas, isto é, de vida (FERNANDES E MOLINA, 2004). Os movimentos sociais instituem uma organização em prol de seus objetivos conjuntos. Benjamin (2000) destaca que o povo é a maior força do Brasil e esse mesmo povo, sem autonomia e organização, também pode ser a maior fraqueza do país, pois não são controladores de seus destinos.

Nas últimas décadas, a partir das reivindicações dos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), algumas conquistas têm sido garantidas. Um desses exemplos é o projeto de Educação do Campo, que vem constituindo-se no decorrer do tempo, criada “pelos” sujeitos do campo, diferente da educação rural, criada “para” atender os filhos e filhas dos camponeses (FERNANDES E MOLINA, 2004). Neste sentido, pode-se dizer que a Educação do Campo é “um instrumento de resistência cultural e política da classe camponesa frente ao capital. Para ela se territorializar, necessariamente, é preciso desterritorializar o agronegócio” (CAMACHO, 2013, p.319, grifo do autor). Por isso essa proposta de educação ganha força com os grupos sociais, pois os mesmos representam interesses distintos do agronegócio, e reforçam a luta pela terra.

Nesta perspectiva, foi promovido por iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), um importante movimento social do país, em conjunto com a Universidade Federal de Brasília (UNB) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

(ENERA), em 1997, na própria Universidade Federal de Brasília (UNB). Desse encontro surgiu a ideia sobre a Educação do Campo.

No ano seguinte foi realizada a primeira Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, em Luziânia, Goiás. Por meio de estudo e pesquisas sobre a situação do campo e de suas escolas o conceito de Educação do Campo começou a ser constituído como paradigma, este que originou-se a partir da luta pela terra e da Reforma Agrária (FERNANDES E MOLINA, 2004). Os movimentos sociais expressam suas lutas por palavras, atitudes, e ao mobilizarem-se em prol das causas que defendem tornam-se uma organização educativa (ARROYO, 1999).

As conquistas adquiridas nas últimas décadas não foram concluídas. A Educação do Campo é um direito dos povos do campo que será concedido aos poucos a partir da organização social dos próprios sujeitos interessados. Nas palavras de Molina (2008, p.27) “lutar por políticas públicas para Educação do Campo significa lutar para ampliar a esfera do Estado, para não colocar a educação na esfera do mercado”, ou seja, lutar para transformar o ensino no campo e evitar a reprodução de um modelo perverso e ainda mais excludente do mercado nos dias atuais. Vemos que aos poucos as escolas no campo, principalmente nos assentamentos, adotam a perspectiva dessa pedagogia popular e universidades ofertam cursos de formação profissional para capacitar professores a ensinar no campo, na lógica de uma educação emancipatória e humanizadora.

O que temos são experiências pontuais. No Brasil, a maior parte das escolas no campo utiliza o rural apenas como uma localização geográfica, isto é, são escolas no campo de ensino regular que proporcionam um ensino pensado no urbano transportado para o campo, repetindo a imagem da “escolinha rural” de outrora. Um exemplo diferente, advindo das lutas e conquistas dos grupos sociais, é a escola do campo do MST, que para Serra e Sobrinho (2013, p. 144) dissemina a “[...] Pedagogia do Movimento Sem Terra, que mais do que proposta, constitui um programa pedagógico alicerçado no cotidiano da vida camponesa”.

A Educação do Campo surgiu como um paradigma capaz de atender as aspirações das famílias camponesas, por meio de um ensino contextualizado com sua realidade. De acordo com Caldart (2002, p.18, grifo do autor),

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento *por uma educação do campo* é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. *No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. Somos herdeiros e continuadores da luta histórica pela constituição da educação como um direito universal, de todos:

um direito humano, de cada pessoa em vista de seu desenvolvimento pleno, e um direito social, de cidadania ou de participação mais crítica e ativa na dinâmica da sociedade. Como direito não pode ser tratada como serviço nem como política compensatória; muito menos como mercadoria.

A educação é um direito humano universal e, para universalizar a conquista da Educação do Campo, os sujeitos do campo lutam no intuito de estabelecer políticas públicas que oficializem uma conquista social, de sujeitos que lutam para permanecer na terra, antagônicos aos princípios do capital, e obrigar o Estado a cumprir a legislação ao concretizar esse direito. Os filhos e filhas de moradores do campo tem o direito de receber o ensino no campo, no lugar onde vivem, e pensado a partir dele, isto é, uma educação que caracterize a identidade desses sujeitos ao valorizar seu modo de vida.

Neste caso, o ensino escolar voltar-se-ia à formação de cidadãos do campo capazes de fortalecer suas perspectivas de permanência no campo e dele tirar o próprio sustento, oriundo do trabalho com a terra. Essa ideologia resultaria na valorização sociocultural desses indivíduos, com a reafirmação de uma identidade e, de tal modo, minimizaria os efeitos da evasão das famílias do campo. O caminho para essa efetivação do ensino libertador para o campo é longo e abastado de paradoxos. As escolas com pedagogia rural continuam em funcionamento, muitas subordinadas à ameaça de fechamento imposta pelos poderes públicos. Essa situação é vista por Leite (2000) como uma “potencialidade não descortinada”. O autor remete-se ao campesinato e a escola rural como,

Mediatizado por uma escolaridade omissa, inadequada e ineficaz, sem uma política educacional específica porém intimamente atrelada às manifestações do mercado – na maioria das vezes sob o manto de projetos especiais de atendimento social – o campesinato e a escola rural brasileira não descortinaram suas potencialidades e prerrogativas, permanecendo, de certa forma, à margem do processo civilizatório global. (LEITE, 2000, p.80).

Diante essa prerrogativa tem-se que a escola rural é um instrumento de pacificação levado aos sujeitos do campo, pois não provoca inquietações na comunidade rural, ao contrário, ela manifesta-se como uma medida paliativa, isto é, criada para ofertar o ensino regular às crianças e jovens do campo, porém transmite uma pedagogia urbana calcada nos preceitos mercadológicos, assim aliena vagarosamente esses sujeitos. É preciso pensar a realidade a partir do território dessas pessoas para que sejam conscientes e capazes de organizarem-se politicamente, isto é, a alienação acontece ao propor ao território dos camponeses algo pensado a partir de outro território (FERNANDES E MOLINA, 2004).

Ao vincular a Educação do Campo às conquistas dos movimentos sociais pode-se considerar que esta realidade pedagógica está distante daquelas comunidades e escolas rurais

que não permeiam os espaços desses grupos, como por exemplo, do MST. Neste sentido, Costa (2013, p. 81) destaca que “é importante considerar também que há regiões onde os movimentos sociais não conseguiram se estabelecer ou nem mesmo chegaram e, portanto, as escolas delas têm como referência apenas a vertente da educação rural [...]”. Em situações como esta as políticas públicas estabelecidas garantem o direito de que todas as escolas localizadas no campo estejam incluídas nesse processo político-pedagógico. No entanto, as necessidades desses sujeitos espalhados em vários espaços do campo brasileiro não serão as mesmas.

Para resolver tal questão deve-se pensar sobre a funcionalidade da escola no campo para as comunidades rurais, isto é, pensar como a mesma participa da vida desses sujeitos e de sua formação acadêmica e sociocultural. De acordo com Leite,

No contexto dos fluxos econômicos e suas influências na produção e no modo de vida rural, temos que “redescobrir” o significado, o papel e o sentido da escola entre os rurícolas, e tentar entender até que ponto ela ainda se estabelece como “valor social”, bem como sua função na formação de mão-de-obra e, como elemento identificador de uma cultura/práxis campesina (2002, p. 78).

É preciso redescobrir o valor estabelecido pelo ensino e pelas escolas rurais para a construção de uma educação voltada a atender as especificidades dos sujeitos do campo. De acordo com Costa (2013, p. 112) “a escola, como invenção da modernidade, é marcada pelo caráter contraditório entre a sua potencialidade emancipatória e democrática e os seus mecanismos reprodutores da desigualdade e da exclusão”. As mudanças ocorridas no ensino regular das escolas brasileiras fizeram-se pela necessidade de adaptar a formação para a preparação de mão de obra para as indústrias e, conseqüentemente, para a cidade. A escola localizada no campo que recebe o ensino como extensão do urbano está reproduzindo a mesma lógica.

Educar ao relacionar o conteúdo com a realidade dos estudantes é o que caracteriza o objetivo das escolas do campo, pois estas atendem crianças e jovens que vivem no campo, filhos de camponeses. Para Carlos (2007, p.67), “o sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida [...] por isso o ato de produção revela o sujeito”. O lugar revela o modo de vida dos sujeitos que nele habitam, portanto, conectar o ensino das escolas ao campo é reafirmar o sentimento de pertencimento das crianças e jovens às suas origens, é fortalecer o campo como lugar para os sujeitos do campo, lugar das suas relações de vida.

Os sujeitos do campo estabelecem relações de produção com a terra e dela tiram o seu sustento. A educação tem grande validade neste processo por propor aos camponeses autonomia e capacidade de organização política e social, isto é, uma população que organiza-se em prol de seus objetivos, que luta e conquista, sujeitos que não esperam de braços cruzados políticas assistencialistas governamentais criadas para o campo. Como afirma Fernandes (2005, p.3),

A Educação é uma política social que tem importante caráter econômico porque promove as condições políticas essenciais para o desenvolvimento. Desse modo, para o desenvolvimento do território camponês é necessária uma política educacional que atenda a sua diversidade e amplitude e entenda a população camponesa como protagonista propositiva de políticas e não como beneficiários e ou usuários.

A perspectiva da Educação do Campo transcende as barreiras da escola. Como conquista dos povos do campo, ela fornece condições para o desenvolvimento dos camponeses e do seu território a partir do reconhecimento das suas particularidades inseridos em uma política educacional. Arroyo (2004, p. 13) salienta que “[...] quanto mais se afirma a especificidade do campo mais se afirma a especificidade da educação e da escola do campo”. Ao enfatizar as peculiaridades do campo e dos sujeitos que nele (re) existem reafirma-se a necessidade de uma escola para atender seus anseios.

Os movimentos sociais tiveram a iniciativa de constituir experiências educacionais voltadas à realidade dos moradores do campo, contrapondo ao convencional da história da educação rural, em que a elaboração do ensino ocorre no urbano e é transportado para o rural. Essas ações demonstram a resistência de um povo. Nas palavras de Santos (2017, p.215),

Como podemos perceber, a história da educação rural no Brasil foi marcada, profundamente, pelo abandono e tropeços do poder público. Foi em oposição a esta situação que surgiram diversas iniciativas de movimentos sociais, sindicais e populares que, paralelamente, construíram inúmeras experiências educativas de reflexão acerca da realidade e interesses dos povos do campo. São iniciativas que defendem o meio rural como espaços de vida, da diversidade cultural e identitária, das lutas, resistências e sonhos, portanto, territórios que carecem de políticas direcionadas a essa realidade. Não apenas uma mera transposição do que é elaborado no meio urbano.

Entre lutas e manifestações algumas conquistas no intuito de mudar a situação de reprodução do ensino urbano no rural aconteceram. São pequenos passos dados graças às exigências de sujeitos do campo que organizaram-se para alcançar os objetivos almejados. De início teve-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9.394/96) que expressa uma certa atenção às peculiaridades da educação rural, como descrito no artigo 28,

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

É explícita a capacidade de “adaptação” da educação urbana para atender as necessidades das escolas localizadas no campo, no entanto não foi algo construído com a participação social dos sujeitos do campo, ou seja, foi uma forma de o Estado cumprir suas obrigações. Mesmo com os possíveis ajustes garantidos em lei, muitas escolas rurais no país não possuem a organização escolar de um calendário próprio, pois, o sistema de ensino segue o padrão da escola urbana. As orientações que propõem a flexibilização do calendário e do conteúdo curricular ficam restritas às escolas do campo que praticam a Pedagogia da Alternância, onde os jovens tem sua rotina estruturada ao Tempo Escola e o Tempo Comunidade, para conciliar o tempo direcionado ao estudo e o tempo de trabalho com a família (CAMACHO, 2013), respeitando o calendário agrícola diferenciado.

Ainda no final dos anos 1990 para dar continuidade ao debate sobre a Educação do Campo, após o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) realizado em 1997, foi criada a Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, com sede em Brasília, no ano de 1998 (ARROYO E FERNANDES, 1999). Já em 2002 foi aprovada a Resolução 01/2002 que instituiu sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovada pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC). Contudo, todas as políticas até então estabelecidas não contemplam de fato as necessidades expressas pelos sujeitos do campo, como também não chegaram até as escolas no campo (COSTA, 2013).

O pouco que se tem garantido em legislação é praticado em escolas específicas, como nas Escolas Família Agrícolas (EFAs). Existe um caminho delongado para a construção e efetivação de um ensino do e para o campo. Além da necessidade de propor um ensino contextualizado ao campo existem outros entraves para que a Educação do Campo chegue às escolas, um deles é a permanência dessas escolas em funcionamento. Em todo o território nacional escolas no campo estão sendo fechadas e este processo violento contra as comunidades rurais teve um resultado perverso nas últimas décadas. Para retratar mais sobre o fechamento das escolas no campo o assunto será discutido na próxima subseção.

3.2 O fechamento das escolas no campo na perspectiva da nucleação

As escolas no campo no Brasil que mantêm-se em funcionamento enfrentam desafios diários com a sua própria estrutura física, muitas vezes precária, com o transporte, com o orçamento, entre outros. São muitos obstáculos na educação em geral, mas na escola rural estes são mais severos, pois a escola não é regida por políticas públicas próprias de seu contexto escolar. Os problemas que hoje permeiam o ensino escolar no rural arrastam-se ao longo de décadas sem solução. No intuito de superar as limitações das escolas rurais a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) enviou uma solicitação a Câmara de Educação Básica (CEB), onde afirma que,

[...] as populações do campo continuam enfrentando os mesmos problemas há décadas como fechamento de escolas, transporte para os centros urbanos e outros, fazendo com que muitos alunos hoje permaneçam mais tempo dentro do transporte escolar do que propriamente dentro da sala de aula. (BRASIL, 2007, p.5).

O fechamento dessas escolas é algo que vem preocupando as comunidades rurais, pois as famílias possuem filhos e filhas que necessitam da escola, e com a escola rural fechada, essas crianças e jovens devem deslocar-se diariamente em um transporte cansativo e delongado até outras escolas, muitas vezes no urbano. O século XXI está sendo marcado por uma política em expansão vista para solucionar as dificuldades enfrentadas pelas escolas rurais isoladas, esta política é a nucleação (BRASIL, 2006). De acordo com as pesquisas realizadas pelo Programa de Estudos sobre a Educação no meio rural do Brasil do INEP/MEC, apresentado na obra *A Educação no Brasil Rural*, a nucleação é “[...] um procedimento político-administrativo que consiste na reunião de várias escolas isoladas em uma só, desativando ou demolindo as demais” (BRASIL, 2006, p. 116).

Essa política surge sob o discurso de diminuir gastos públicos e, de certa forma, direcionar melhor o dinheiro que excederá do custo da educação. Nestas circunstâncias não são levadas em consideração os transtornos causados às crianças e jovens moradores do campo que serão transportados diariamente até outras escolas, sejam estas rurais, com distâncias maiores a serem percorridas, ou escolas urbanas. Neste contexto, os movimentos sociais também manifestaram-se, assim como na proposta da Educação do Campo, na perspectiva de lutar contra mais uma barbárie contra os camponeses.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) criou a campanha “Fechar Escola é Crime”. Os estudos realizados pela campanha apontam que aproximadamente 24 mil escolas do campo brasileiras sofreram o processo de fechamento entre os anos de 2002 a 2009

(MST, 2011). Além disso, a campanha denuncia as condições precárias que assolam algumas escolas no campo. O fechamento das escolas localizadas no campo é uma realidade não só brasileira, visto que o modelo de nucleação surgiu no século XX nos Estados Unidos, seguindo posteriormente para Índia, Costa Rica, Líbano, Irã e começou a disseminar-se no Brasil a partir do ano de 1975 com a criação de dois projetos, o Projeto de Cooperação Técnica e Financeira Estado/Município (Promunicípio) e o Projeto Integrado de Apoio do Pequeno Produtor Rural (Pro-Rural) (BRASIL, 2006).

O INEP/MEC apresenta que o modelo de nucleação no país foi implantado em alguns estados como no pioneiro de todos em 1976, o estado do Paraná, alguns anos depois em Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul (IDEM, 2006). Em décadas passadas, sem a organização das comunidades rurais consolidada, a ordem de fechamento era dada e cabia à população acatar o que havia sido imposto. No entanto, esse cenário vem sendo modificado. Por meio da organização social a população camponesa tem lutado pelos seus interesses. Em sua campanha nacional “Fechar escola é crime” o MST propõem a seguinte discussão:

A nossa ação deve ser local, visto que a maioria das escolas fechadas pertence à rede municipal, mas sem perder de vista que devemos responsabilizar e fazer o Ministério da Educação dar respostas sobre o fechamento de escolas, exigindo o não fechamento de escolas e dando condições para a construção de novos estabelecimentos. Tendo em vista o grande número de fechamento de escolas, principalmente no campo, estamos lançando uma campanha nacional para discutir e denunciar a situação do fechamento das escolas principalmente no campo. Esta campanha tem o objetivo de defender a educação pública que seja um direito de todos os trabalhadores. Para que isso se concretize, é importante mobilizar comunidades, movimentos sociais, sindicatos, enfim toda a sociedade para se indignar quando uma escola for fechada e lutar para mudar esta realidade. (MST, 2011).

Sendo a educação pública um direito de todos, e conscientes dessa questão, os camponeses e suas famílias tem lutado pela permanência das escolas no campo para seus filhos. Como enfatizado na discussão do MST, a maioria das escolas localizadas no rural são de responsabilidade municipal e isso é um grande embaraço para mantê-las em funcionamento.

As prefeituras não apresentam muitos recursos para investir nessas escolas e nos momentos de cortes do dinheiro público as escolas no campo são ameaçadas de fechamento. Como o ocorrido no ano de 2017 em Quirinópolis, em que o orçamento foi utilizado como argumento para fechar uma escola. No entanto, a mobilização da comunidade, que espelhou-se em outros movimentos de lutas contra o fechamento de escolas rurais, garantiu a conquista da permanência da escola em funcionamento.

De acordo com dados do Censo Escolar da Educação Básica do INEP/MEC, no ano de 2003 existiam 103.328 escolas no espaço rural brasileiro, responsáveis por um total de 7.965,131 matrículas. Ao consultar o sistema de informações estatísticas sobre o ensino básico, percebeu-se que em 2014, haviam apenas 66.385 escolas no campo em funcionamento no Brasil. Estas responsáveis por um total de 5.303,543 matrículas de alunos. Tem-se que em um período de 11 anos foram fechadas 36.943 escolas no campo em território nacional.

Em 2003 houve a criação do Projeto de Lei 98/2003 para dificultar o fechamento das escolas no campo. Este projeto alterou o Artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/1996 ao acrescentar um Parágrafo Único dispendo sobre exigências no processo de fechamento das escolas. Deste modo segue as seguintes exigências:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (LDB, 1996, Art. 28).

O Parágrafo Único do Artigo 28 é o que tenta frear o fechamento acelerado das escolas no campo brasileiras. Desde a sua promulgação as escolas de educação básica pública, sejam elas do campo, indígenas ou quilombolas, que estiverem sob ameaça de fechamento não devem ter suas atividades encerradas sem que o prefeito do município ou o secretário da educação tenham consultado o Conselho Municipal de Educação, que tem a “[...] finalidade básica de assessorar o Governo Municipal na formulação da política educacional do Município [...]” (QUIRINÓPOLIS, 1997, Art. 1º).

O Conselho Municipal de Educação é composto por um representante da Secretaria Municipal de Educação, um professor, diretor e um servidor de escola pública, um representante das escolas particulares de ensino fundamental, um membro da Delegacia Estadual de Ensino e um representante dos pais de alunos. Os transtornos devem ser calculados a fim de propor sugestões e medidas às autoridades locais para a permanência e/ou possível fechamento das escolas no campo. O Projeto de Lei 98/2003 contribuiu para dar voz à comunidade rural que nem sempre é consultada quando as autoridades locais resolvem fechar uma escola no campo.

Em 2008 a Resolução CNE/CEB nº 2 estabeleceu diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. A resolução impõe regras para a nucleação das escolas rurais, como em seu art. 3º, onde menciona que a Educação Infantil e Ensino Fundamental I devem ser oferecidos na comunidade rural, mas esclarece em seu inciso 1º a possibilidade de nucleação dos anos

iniciais do Ensino Fundamental desde que os sistemas de ensino (estaduais e municipais) estabeleçam um tempo máximo de deslocamento no transporte escolar de acordo com a realidade dos alunos.

A resolução parece compactuar com o Parágrafo Único da LDB 9394/96 ao enfatizar a participação da comunidade rural nas decisões de fechamento das escolas rurais pra a nucleação, como expresso nos seus artigos a seguir:

Art. 4º Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida. Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados *o menor tempo possível no percurso residência-escola* e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo. Art. 5º Para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, integrado ou não à Educação Profissional Técnica, a nucleação rural poderá constituir-se em melhor solução, mas deverá considerar o processo de diálogo com as comunidades atendidas, respeitados seus valores e sua cultura. § 1º Sempre que possível, o deslocamento dos alunos, como previsto no caput, deverá ser feito *do campo para o campo, evitando-se, ao máximo, o deslocamento do campo para a cidade* (BRASIL, 2008, grifo nosso).

Fica expresso uma preocupação em realizar adaptações de acordo com o contexto das comunidades rurais, no entanto, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 2 e a LDB 9394/96, a nucleação não é uma política para ser evitada, ao contrário, ela pode ocorrer desde que atenda às adequações e exigências necessárias. É destacado a questão do transporte escolar, para que o mesmo ocorra em um menor tempo possível e, no caso de nucleação, que os estudantes sejam deslocados para outras escolas localizadas no campo, isto é, fica preservado o direito do aluno de estudar em uma realidade aproximada à que tenha, evitando o transporte para “fora” do seu contexto de vida, ou seja, a cidade.

O fechamento das escolas no campo está imbuído no discurso de centralizar o atendimento às crianças e adolescentes em uma única escola rural ao aumentar o raio de polarização da mesma, assim as escolas com menores quantidades de alunos seriam fechadas e os estudantes transportados para uma escola central. Prega-se que a “escola polo” ofertaria uma infraestrutura eficiente e ensino de melhor qualidade a partir da seriação das turmas, mas para tanto reduzir-se-ia o número de escolas no campo.

O sistema regular de ensino continua a renegar o campo como lugar de vida social, de reprodução do modo de vida de uma população e continua a negar o direito dos camponeses de viver na terra e dela tirar o seu próprio sustento. No tocante a qualidade da educação, deve-se pensar primeiro na proposta educacional para as escolas no campo antes de uma tentativa “frustrante” de nucleação. Fechar dezenas de escolas vai de encontro às lutas e conquistas da

população camponesa de manter as escolas de suas respectivas comunidades em funcionamento. Nas palavras de Pastorio (2015, p.57-58),

A nucleação tem representado de fato uma redução do número de escolas no campo, assim como o de matrículas, ou seja, conquistas que já haviam sido materializadas pelas populações do campo vêm sendo retiradas de forma gradativa. É este processo de constituição das escolas nas comunidades rurais que está em jogo com a política de nucleação, uma vez que esta política tem levado o fechamento de dezenas de escolas no campo sob o argumento que as classes multisseriadas devem ser eliminadas em função de se pensar a seriação e a qualidade da educação.

O poder público municipal utiliza a nucleação das escolas do campo como estratégia, ou seja, agrupam muitas escolas rurais em uma única, denominada de Escola Polo, e implementam um funcionamento e organização semelhantes às escolas urbanas, neste caso não incentivam a relação cultural entre sujeito e campo (PASTORIO, 2015). Tal política é vista como uma forma violenta de reação do poder público, já que as escolas rurais são assistidas como “escolinhas” e a solução mais viável para tal situação é o fechamento, como uma simples ação que ocorre ao longo dos anos de luta pela formação da educação rural (CORDEIRO, 2013).

Enquanto para uns, os governantes, tal ação é naturalizada, para outros, as famílias camponesas, pode significar uma série de empecilhos ao aprendizado de seus filhos, à rotina familiar e levar até mesmo ao abandono do campo. Nota-se que,

Para essas famílias camponesas, o anúncio do fechamento de uma escola na sua comunidade ou nas redondezas significa relegar seus filhos ao transporte escolar precarizado, às longas viagens diárias de ida e volta, saindo de madrugada e chegando no meio da tarde; à perda da convivência familiar, ao abandono da cultura do trabalho do campo e a tantos outros problemas. O resultado comum desse processo é o abandono da escola por grande parte daqueles levados do campo para estudar na cidade. É por essa razão que os níveis de escolaridade persistem muito baixos no campo brasileiro, em que pese tenha-se investido esforços e recursos para a universalização da educação básica. Portanto, fechar uma escola do campo significa privar milhares de jovens de seu direito à escolarização, à formação como cidadãos e ao ensino que contemple e se dê em sua realidade e como parte de sua cultura. Num país de milhares de analfabetos, impedir por motivos econômicos ou administrativos o acesso dos jovens à escola é, sim, um crime! (MST, 2011)

O fechamento das escolas no campo e o processo de nucleação pode desencadear a evasão de jovens da escola e, conseqüentemente, contribuir para a manutenção dos baixos níveis de escolaridade expressos no país. Há um esforço para se pensar uma educação do e no campo, para tanto precisa-se de escolas, de famílias no campo, precisa-se de estudantes e fechar as escolas rurais seria (re)negar o direito dos filhos e filhas de camponeses a constituírem-se como cidadãos conectados com o seu lugar, com a sua cultura, por meio de

uma valorização sociocultural que lhes foram privadas na escola, ou até mesmo, privados da escola no campo.

Creio que a nucleação não é uma proposta que possa contribuir com a educação no campo. Sabe-se que a distância percorrida pelos estudantes de suas casas até a escola, seja esta rural ou urbana, aumentaria, o que contribui para o desgaste físico e mental dos alunos. Além desses impasses, essa estratégia do poder público estaria reproduzindo o paradigma da educação rural, esta vista como “uma mera transposição do que é elaborado no meio urbano” (SANTOS, 2017, p. 215). A nucleação determina a desterritorialização dos alunos das comunidades as quais pertencem e, neste caso, assimila princípios antagônicos ao exposto na proposta de Educação do Campo (CORDEIRO, 2013). Para tal ação os governantes respaldam seus discursos a conceitos embasados em fatos que tornam-se “favoráveis” aos seus olhos.

É fato que a favor do modelo de nucleação foram alegados vários argumentos: baixa densidade populacional determinando a sala multisseriada e a unidocência; facilitação da coordenação pedagógica; racionalização da gestão e dos serviços escolares; e melhoria da qualidade da aprendizagem [...] (BRASIL, 2007, p.6).

Um dos primeiros e mais defendidos é a “baixa” demanda de alunos no campo, o que condiciona a formação de salas multisseriadas e acarreta a um único professor a função de ensinar estudantes de séries distintas em um único espaço. Sem contar com a proposta de vinculação/centralização das atividades básicas da escola, como os docentes, funcionários em geral, a secretaria, isso para melhor controle de uma menor quantidade de escolas, o que resultaria num ensino de boa qualidade, pois agora teríamos uma quantidade menor de escolas, e os recursos proporcionariam uma aprendizagem melhor. Esse discurso torna-se favorável à nucleação desde que a população não enxergue a outra face e/ou os pontos negativos da efetivação de tal política. Neste caso,

Como pontos negativos, há de se mencionar que o processo foi desenvolvido sem qualquer diálogo com as comunidades, provocando, às vezes, conflitos entre famílias e comunidades, alimentados por questões políticas e culturais. Todo esse quadro se agravou com os problemas provocados pelo transporte escolar do campo para o campo, mas acima de tudo do campo para a cidade. Se tudo isso não fosse o bastante, muitos municípios, alegando o elevado custo do transporte escolar, deixaram de cumprir as exigências mínimas de duração do ano letivo – 200 dias e 800 horas de efetivo trabalho escolar, com o retardamento do início ou a antecipação do término das aulas (BRASIL, 2007, p.6).

Ao “criar” uma política pública “para” os sujeitos do campo na perspectiva de impor ao rural as vontades soberanas do urbano cria-se conflitos. O campo não deve ser menosprezado na construção de suas políticas, deve-se dar voz àqueles que serão atribuídos à

nucleação. Percebe-se que existe uma preocupação com orçamento público, isto é, uma preocupação em reduzir gastos públicos, e mesmo com o fechamento das escolas na perspectiva da nucleação ainda encontram-se motivos para diminuir os recursos destinados à educação no rural.

A nucleação tem sido recorrente em diversas escolas no campo brasileiro. No entanto, mesmo sendo muito aplicada na última década, esta política não dialoga com as comunidades rurais e escolas, sendo novamente algo imposto de forma hierárquica. Muitos autores discordam dessa proposta, pois não soma com a luta dos movimentos sociais na construção da Educação do Campo. Arroyo considera que,

A solução me parece que não é tirar as crianças de seu lugar e levá-las para outro lugar. A famosa nucleação de escolas [...] porque a escola tem que estar vinculada às raízes de suas vivências, de sua família, de sua experiência completa. A escola tem que estar colada às raízes mais imediatas das vivências de infância. Não podemos fazer da escola uma espécie de supermercado. A questão é que a educação fundamental se estiver colada ao cotidiano da vivência das crianças, tem que estar no lugar onde a criança vive se produz e reproduz. Criar escolas-núcleo, distantes dos espaços de vivência da criança, desarraiga, tira da raiz. (ARROYO, 1999, p. 22).

Ao considerar o espaço de vivência como parte da formação das crianças do campo como cidadãs tem-se a reafirmação da identidade cultural dos sujeitos do campo, ao contrário perde-se a essência das experiências de vida como parte da formação escolar e individual. O que Arroyo (1999) diz como “desarraigar” seria retirar dos estudantes, de forma não consensual, a oportunidade de conectarem-se ao seu espaço de vida e identificar esse espaço como lugar, como o lugar de reprodução das suas relações sociais.

O campo brasileiro é marcado pela agricultura capitalista, no entanto, deve-se considerar que parcela da população tem esse espaço como lugar para reprodução do seu modo de vida. A população total do Brasil é aproximadamente 204.450.649 pessoas (IBGE, 2010) e está dividida em aproximadamente 85% de população urbana e 15% de população residente no rural. Aproximadamente 30.000.000 de pessoas vivem no campo. É um número significativo e não pode ser menosprezado.

Os filhos e filhas destas famílias precisam de uma escola na comunidade rural e que possibilite-os ter um conhecimento no campo, do campo e para o campo. Que valorize suas matrizes sócio-históricas, sejam estes camponeses, ribeirinhos, quilombolas, entre outros. A luta pela Educação do Campo contrapõe o discurso da nucleação. Observemos o quadro 2, que sintetiza a política de fechamento/nucleação das escolas no rural, de acordo com dados disponíveis no Censo Escolas do INEP Data.

QUADRO 2 – Número de Estabelecimentos no Rural 2007/2014

Ano do Censo	Local	Número de Estabelecimentos no Rural			
		Dependência Administrativa			Total
		Federal	Estadual	Municipal	
2007	BRASIL	46	6.218	80.799	87.063
	GOIÁS	4	58	704	766
2010	BRASIL	59	5.882	72.388	78.329
	GOIÁS	4	62	565	631
2013	BRASIL	70	5.441	64.216	69.727
	GOIÁS	5	67	501	573
2014	BRASIL	73	5.373	60.939	66.385
	GOIÁS	5	69	488	562

Fonte: INEP/MEC, 2018.

Org.: GOUVEIA, A. S., 2018.

É notável que nos sete anos apresentados muitas escolas rurais foram fechadas no Brasil, mais precisamente 20.678 escolas, de acordo com os dados. Já em Goiás no ano de 2007 tinha-se 766 escolas rurais e em 2014 esse número foi reduzido a 562 escolas, ou seja, mais de 200 escolas rurais fechadas. Ao analisar o quadro percebe-se que, no Brasil o número de estabelecimentos de responsabilidade federal aumentou, enquanto os de responsabilidade estadual e municipal apresentam números decrescentes. No caso do estado de Goiás em 2013 aparece mais uma unidade federal, totalizando 5 escolas, obteve-se aumento no número de estabelecimentos dependentes do estado e observou-se uma redução no número de escolas municipais.

Entre as 20.678 escolas rurais fechadas no Brasil de 2007 até 2014 encontra-se uma escola do município de Quirinópolis, a Josino Rosa de Moraes. Essa foi a primeira escola caracterizada como “polo” a ser fechada no município na década de 2010 e, devido aos efeitos do setor sucroenergético no campo e a diminuição do número de famílias e alunos, não foi a única a passar por tal situação. Outra escola do município praticamente foi dada como fechada pelo poder público local, o que não ocorreu devido à organização e empenho da comunidade rural para garantir seus direitos.

Para não acrescentar mais uma escola rural à lista de estabelecimentos fechados no Brasil e em Goiás, a comunidade rural organizou-se junto a Associação de Pais e Mestres e mobilizou os demais cidadãos quirinopolinos para lutarem contra a decisão do prefeito e garantir o funcionamento da escola no campo para seus filhos. Os pais chegaram a procurar alternativas de parcerias com o município de Castelândia e o próprio Estado de Goiás, caso o município de Quirinópolis desistisse da escola, tudo para que a EMRAST continuasse de portas abertas para a sociedade. Sobre tais desafios e conquistas da comunidade rural Castelo, no subitem a seguir são expostas mais informações, retratando os momentos de incertezas e persistência das famílias do campo.

3.3 O prélio contra o fechamento da Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé

O município de Quirinópolis, localizado no Sudoeste Goiano, passa por uma experiência um tanto quanto comum tratando-se do fechamento de uma escola rural, mas um pouco mais peculiar. A Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé é de responsabilidade do município de Quirinópolis, porém se encontra instalada na área rural do município vizinho, Castelândia. Após vinte e cinco anos de funcionamento a questão dos limites municipais passou a ser um motivo para fechar a escola.

Os pais de alunos, trabalhadores rurais e proprietários de terras das comunidades que dependem da escola se revoltaram e lutaram para reivindicar seus direitos contra o fechamento da escola no campo. Sem explicações claras e plausíveis dos representantes municipais de educação e do próprio prefeito, a Associação de Pais e Mestres entrou com um processo junto ao Ministério Público para solucionar o caso e aguardaram que seus protestos fossem atendidos.

A Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé está localizada na Fazenda Castelo, Rodovia Go-164, Km 32, área rural do município de Castelândia, como apresentado no mapa 5. Foi criada graças a organização de moradores das comunidades rurais que localizava-se a aproximadamente 30 quilômetros do perímetro urbano de Quirinópolis. Estes reivindicaram o direito de escola para seus filhos nas proximidades de suas casas, ou seja, no campo.

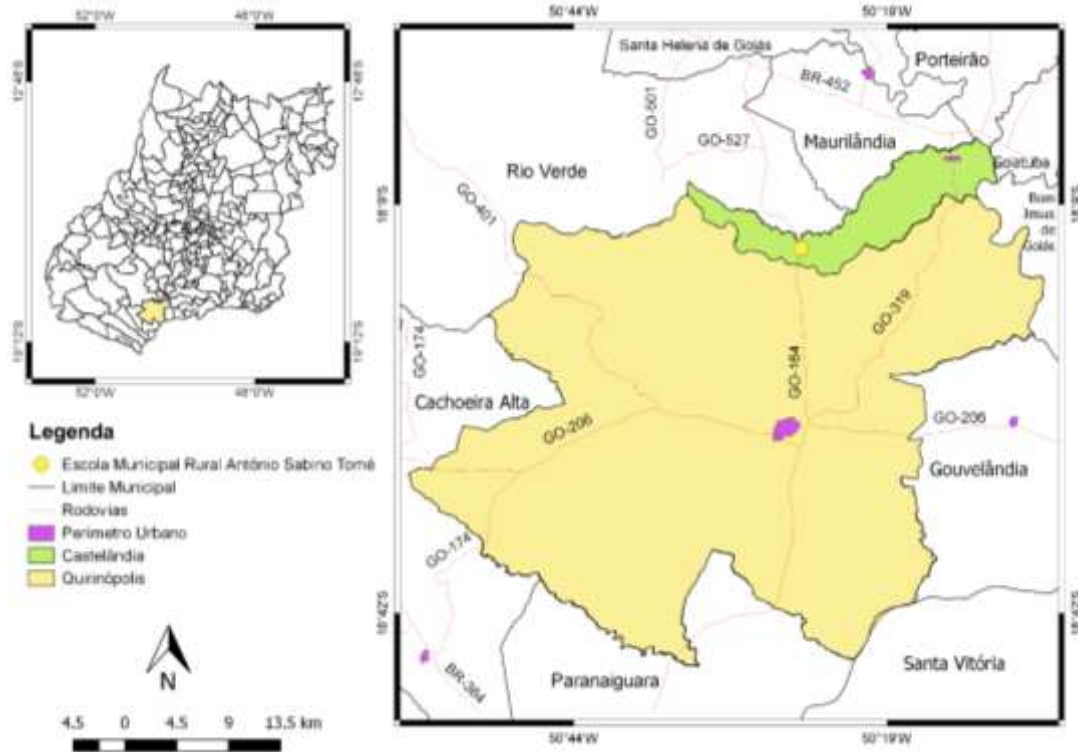
A escola possui quarenta anos de muita história, entre lutas e conquistas, e há vinte e cinco conseguiu implementar o ensino básico desde a Educação Infantil até uma extensão das séries do Ensino Médio (utiliza as instalações da escola mas é de responsabilidade de um colégio estadual urbano). Conta com um número aproximado de 90 alunos por ano e possui um prédio de alvenaria em boas condições às práticas escolares, incluindo até quadra de esportes coberta.

Existe a possibilidade de fechar a extensão do Ensino Médio nas escolas, no entanto, as séries referentes a esta fase do ensino continuam em funcionamento. No segundo semestre letivo do ano de 2017 o prefeito municipal, junto à Secretaria Municipal de Educação, tomaram a decisão de fechar a escola. Em entrevista ao Jornal Alvorada da rádio Alvorada¹ de Quirinópolis o atual prefeito ao ser indagado se a decisão de fechamento da escola é definitiva respondeu:

¹ Entrevista do prefeito Gilmar Alves ao Jornal Alvorada da rádio Alvorada de Quirinópolis, em novembro de 2017.

Sim. É uma decisão, já estamos aí, é [...] Tá sendo elaborado a muito tempo, inclusive, já tem inclusive lei municipal que já foi aprovada na administração passada recomendando aí essas escolas que tem poucos alunos. Que tem inclusive lá, funciona multisseriada, as vezes primeira e segunda série dentro de uma sala só, terceira e quarta. Então que é recomendada para que uni-se. Então esse trabalho está sendo executado e é esse que ainda vamos tá conversando com a população, certo?! Já recebemos o Ruy Tomé [proprietário do terreno cedido para o funcionamento da escola] no nosso gabinete. Eu falei pra ele que todo pai de aluno que tem lá, que queira conversar, nós estamos abertos pra tá conversando com eles.

MAPA 5 – Localização da EMRAST no município de Castelândia (GO).



Fonte: IBGE, 2017.

Org.: GOUVEIA, A. S., 2017.

É mencionada pelo prefeito a questão de fechamento de escolas com poucos alunos, porém, nos últimos dez anos a escola contou com uma média aproximada de 70 alunos. Nos questionamos se seria este um número considerado como poucos alunos? De acordo com Arroyo (1999, p. 34-35) “temos que acabar com esse critério, e exigir que seja garantido o direito à educação para todos, 10, 15, 4, 8, 6 [alunos]. Temos que inventar formas de garantir a educação como direito de cada ser humano”.

Sobre as turmas multisseriadas em funcionamento na Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé, uma sala concentra alunos do Pré I e Pré II da Educação Infantil, outra turma reúne alunos do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental I e a terceira turma é constituída por estudantes do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental I. Neste caso duas professoras ensinam em

cada turma e assessoram os alunos de acordo com o ano ao qual pertencem, porém os estudantes ocupam uma única sala.

A proposta de nucleação das escolas, isto é, o fechamento de escolas isoladas agrupando-as em escolas centrais (principalmente urbanas), não foi discutida com a comunidade rural, nem com os pais e alunos da escola. Até o mês de novembro de 2017 a comunidade escolar ouviu apenas entrevistas transmitidas por uma rádio do município, mas nenhum representante do poder público municipal esclareceu os fatos. Com isso, a comunidade rural entrou com um pedido feito em ação civil pública pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP GO) para garantir o funcionamento da escola nos anos vindouros.

A nucleação das escolas no campo acontece de forma crescente em todo o país. As atividades de escolas menores e/ou isoladas são transferidas para outras. Casos mais comuns são os de nucleação das escolas no campo, em que os alunos são transferidos para as escolas urbanas. De acordo com Silva (2002, p.78, grifo do autor),

A cidade, o urbano foi sempre tido como modelo, como parâmetro ideal. Consequentemente, o “rural” – os trabalhadores do campo, os povos indígenas – foram tratados como “outros inferiores”, como “menores”, cidadãos de segunda categoria, concebidos como provisórios, passageiros. Ou seja, segundo a perspectiva hegemônica da integração o futuro de todos era alcançar o *status* de uma certa “urbanidade”, sendo necessário superar a situação de atraso, de “primitividade”, de falta de... Em outras palavras, a diversidade de lógicas, sabedorias e racionalidades, a riqueza de culturas, de jeitos de ser humano neste Brasil foi tida como problema, como obstáculo ao modelo de desenvolvimento/progresso que predominou. Os homens e mulheres do campo, os povos indígenas foram considerados como portadores de “déficits” e não como sujeitos com potencialidades e valores próprios.

As pessoas que vivem no campo e suas relações tradicionais são tratadas como inferiores pela sociedade capitalista, cuja lógica é oposta ao modo de vida camponês. Os transtornos causados às famílias do campo não são levados em consideração quando o assunto refere-se ao desenvolvimento capitalista. O campo é visto como um território de expansão do agronegócio, da monocultura, entre outros. Não há espaço no campo atual para um desenvolvimento social, espaço para a vivência dos camponeses e suas famílias.

Semelhante ao tratamento conferido aos moradores do campo ocorre com as escolas rurais. “O Parecer [36/2001] sobre a educação do campo nos mostra que a temática da educação rural sempre obteve tratamento periférico na legislação e as alterações que ocorreram foram fruto da pressão do movimento social” (IDEM, 2002, p.79). Percebe-se que o modelo educacional segue uma perspectiva excludente, adotando a expectativa de valorizar o que interessa (urbano) e menosprezar a minoria (rural).

No contexto do tratamento com descaso às escolas rurais, entre os motivos de fechamento da Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé está a questão de limite territorial municipal. A escola está construída em terras pertencentes a outro município, mas é de responsabilidade municipal de Quirinópolis desde 1992. Em reunião realizada pela comunidade para discutir sobre a luta contra o fechamento da escola a professora aposentada e ex-diretora da escola Maria Helena, disse:

Deixa eu contar uma historinha pra vocês. Rio Verde e Quirinópolis havia um combinação entre os prefeitos. O prefeito de Quirinópolis cuidava desse pedacinho de chão aqui, dessa escolinha de Rio Verde. E Rio Verde cuidava de uma lá no pé da, lá na serra, que era do município de Quirinópolis. Era uma troca entre prefeitos. Um cuida lá outro cuida aqui. Se entendeu? Por isso que aqui nunca foi de Rio Verde. Né? E quando foi pra, pra que emancipou Castelândia, não foi pra Castelândia.

A mesma escola que Quirinópolis manifestou interesse em “cuidar” há 25 anos está sendo ameaçada de fechamento pelo poder público do município. Mesmo com a emancipação de Castelândia, antes distrito de Rio Verde, Quirinópolis continuou custeando maior parte dos gastos da escola e escolheu permanecer com a responsabilidade da mesma. Neste momento perdeu-se o interesse de manter a Escola Rural Antônio Sabino Tomé sem nenhuma preocupação sequer com os estudantes e com as famílias do campo.

Ainda em entrevista ao Jornal Alvorada o prefeito de Quirinópolis manteve seu posicionamento sobre a nucleação da escola no campo ao informar que:

A escola do Castelo tamos, vai [...] tamos passando por uma reformulação, porque lá tem 17 alunos que são do município de Rio Verde, 14 alunos que são do município de Castelândia, 9 alunos que já vão no ônibus aqui de Quirinópolis lá para a escola do Castelo, certo?! Inclusive até o Estado, está querendo fechar o segundo grau lá, devido a quantidade muito pequena de alunos. Então para o município ficam melhor nós conduzirmos esses alunos até a Quirinópolis e parte deles até a escola do Tocozinho. Não queremos deixar nenhum aluno sem, sem, sem a oportunidade de tar estudando. Vai ser oferecido pra ele o transporte escolar, a vaga pra ele. Agora os alunos de Rio Verde, Rio Verde cuida deles. Os alunos de Castelândia, Castelândia cuida deles, porque a Escola Sabino Tomé, apesar de ser uma escola municipal de Quirinópolis, ela já está construída no município de Castelândia. Ela não tá construída no município de Quirinópolis. E nós tamos arcando aí com esses alunos que não são do nosso município, 31 alunos. Então queremos realmente otimizar a utilização do recurso público na educação. É isso que nós queremos, né?! E não vai ter prejuízo pra nenhum aluno. Não vai ficar nenhum sem ter sua vaga, sem ter o transporte até aí a escola mais próxima deles.

Os gastos públicos estão em primeiro lugar. Não leva-se em consideração a (re)organização da rotina dos alunos e das famílias. O desgaste dos estudantes ao percorrer distâncias maiores no trajeto casa-escola-casa. A principal questão é dos alunos de outros municípios que estudam na escola. Estes estão sendo tratados como um custo/gasto de

Quirinópolis em favor de outro município, o que inviabilizaria o funcionamento da escola rural.

Para tanto, cada aluno de outro município matriculado na Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé é contabilizado para Quirinópolis e esse número é revertido em dinheiro para o município de acordo com as regras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Portanto não justifica que o município não possa atender a demanda de alunos do campo de municípios vizinhos.

A energia elétrica utilizada pela escola é custeada pelo município de Castelândia, que disponibiliza uma van para transportar os alunos de suas comunidades rurais, assim como Rio Verde. Mas o esforço maior é de Quirinópolis, que recebe em dinheiro pelos estudantes matriculados no município. Neste caso, a linha imaginária do limite municipal tende mais a prejudicar os estudantes que residem no rural que “otimizar a utilização de recursos públicos na educação”.

Ao tratar-se de uma parcela da população que organiza-se e luta para manter uma escola rural em funcionamento o assunto não toma muitas dimensões na mídia. Exemplo dessa luta são as faixas (expressas nas fotos 9, 10 e 11), que a própria comunidade rural organizou como instrumento de divulgação do acontecido. As preocupações, em geral, são voltadas para o setor financeiro/econômico local, com problemas urbanos, entre outros. O interesse político/administrativo é voltado para a empresa capitalista, para que ela se organize e não a população de uma comunidade rural.

Sobre essa “organização”, possível para uns e negado para a maioria, o autor Benjamin (2000, p.11) destaca que:

A posição dos neoliberais seria ridícula e insustentável se, de fato, pretendesse eliminar essa característica essencial da existência humana. Mas, observando-se tudo mais de perto, verifica-se que o que eles defendem não é bem isso. São contra que as sociedades tenham projetos, estabeleçam metas e se organizem para atingi-las, mas apoiam firmemente que as empresas capitalistas atuem dessa forma.

FOTO 9 – Faixa de protesto da comunidade rural nas grades da EMRAST.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2017.

FOTO 10 – Faixa de protesto da comunidade rural nas grades da EMRAST.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2017.

FOTO 11 – Instalações da EMRAST com faixas de manifestação da comunidade rural.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2017.

Ora, em Quirinópolis as duas indústrias sucroenergéticas conseguem estabelecer suas metas de plantio e colheita e cumpri-las sem nenhuma dificuldade. Porém, a Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé, ilustrada na imagem da foto 10, deverá ter suas atividades interrompidas pois as autoridades locais desejam, mesmo contra a vontade da população. Essa é a diferença entre os planos de realização possível. Os projetos regulamentados pelo mercado sempre tem vantagem em relação às metas da sociedade para o bem comum.

A desigualdade manifesta-se em cenários como este. Onde os oprimidos, excluídos pelo capital, são privados de seus direitos por lei, a começar pela escola no campo. No Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, exposto durante o 2º Enea, foram apresentados compromissos de luta e um deles é “seguir denunciando que FECHAR ESCOLA É CRIME! E lutar contra a desigualdade educacional em nosso país e pela construção de mais escolas públicas no campo, com infraestrutura adequada, de acordo com a realidade do campo”.

Em tempos onde os interesses capitalistas tem mais vez que a própria população, os estudantes do campo estão destinados a transformar suas rotinas devido a fatores absurdos de “limites municipais” e “otimização de recursos”. Caso a escola seja fechada, o aluno da

comunidade rural de outro município mesmo morando mais próximo da sede de Quirinópolis não poderá estudar nas escolas urbanas desta cidade, pois deverá ser “cuidado” pelo município que reside (Rio Verde e/ou Castelândia).

No entanto, as reivindicações da comunidade rural surtiram efeitos. No dia 11 de dezembro de 2017, de acordo com notícias do Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado De Goiás, a juíza da 1ª Vara Cível da comarca de Quirinópolis, decretou que o município deve manter o funcionamento integral da escola. Essa foi a primeira vitória de muitas que virão, pois a ação é recorrível e uma vez a escola rural marcada para fechar as perseguições serão certas. No tocante, à escola, esta permaneceu em funcionamento no ano de 2018 e as matrículas para o período letivo de 2019 foram realizadas, o que indica a continuidade do funcionamento da escola por mais esse ano.

Percebe-se a luta de uma comunidade rural que se organizou, manifestou e buscou o atendimento aos seus interesses. A EMRAST foi atestada pelos pais como importante, pois garante a permanência de algumas famílias no campo ao ofertar o ensino de seus filhos no próprio lugar de vivência. Para alguns pais, se ocorresse o fechamento da escola seria o fim da perspectiva de continuar no campo com seus filhos, principalmente para as famílias com filhos menores (até dez anos de idade), pois acarretaria no transporte demorado e prolongado diariamente dessas crianças até à escola da cidade. Pode-se concluir que a escola fortalece e une a comunidade rural, o que será tratado no subitem a seguir, ao agrupar famílias que comungam de um interesse em comum e símbolo de resistência do seu modo de vida.

3.4 A escola rural como forma de (re) existência para a comunidade camponesa

A EMRAST é uma conquista da comunidade rural, resultado de uma luta constante das famílias que moram no campo e que dependem da escola para garantir o ensino de seus filhos. A escola é símbolo da organização e força da comunidade, que perseverou desde o início para a aprovação da lei municipal de criação até a fundação da escola no ano de 1992, com todas as fases do Ensino Fundamental.

Nesses vinte e sete (27) anos de funcionamento, a escola se fortaleceu junto à comunidade com a Associação de Pais e Mestres, onde os pais dos alunos, algumas pessoas da família que doaram o terreno para a construção da escola e os alguns funcionários da escola, como professores e diretor, reúnem-se para debater sobre assuntos que envolvem a escola. Entre os últimos assuntos das reuniões, houve a organização da associação contra o fechamento da EMRAST.

Em uma reunião realizada na própria escola, em novembro de 2017, M.H., uma das colaboradoras na luta para criação da escola e mãe de ex-alunos, perguntou se a escola ainda era importante aos pais da comunidade e obteve uma resposta unânime, que sim. Foi partindo desse pressuposto que a associação organizou-se para ir contra a vontade do poder público municipal, de fechamento da escola. Estas lutas, reuniões e organizações da comunidade retratam a influência que a escola possui em suas vidas, no seu cotidiano e, até mesmo, ela é responsável por mantê-las no campo.

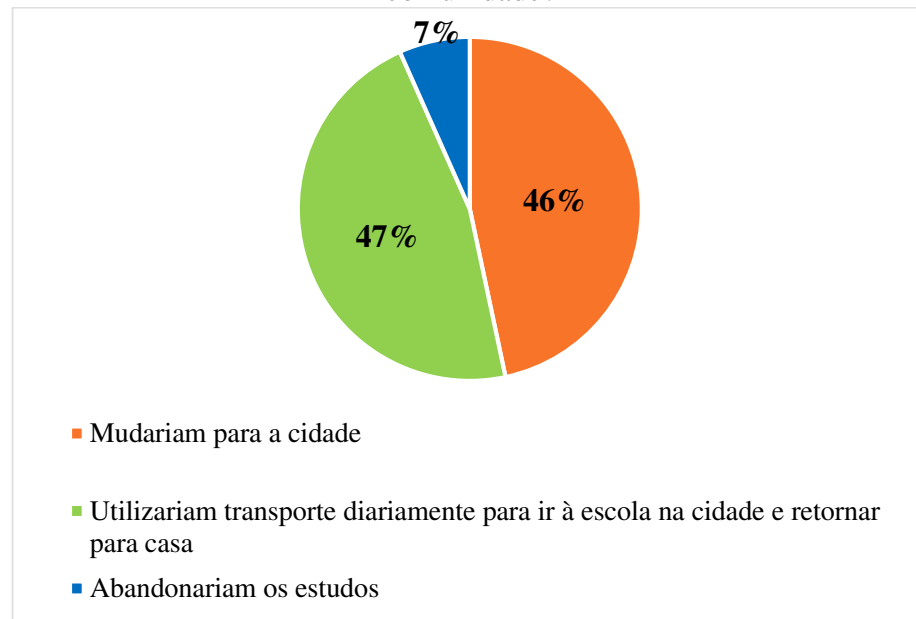
O ensino oferecido na escola é o ensino regular das escolas urbanas, ou seja, não possui uma relação intrínseca com o campo para oferecer autonomia e contribuir na formação de sujeitos do campo. No entanto, a escola é importante para manter os alunos do campo – a maioria filhos e filhas de trabalhadores rurais – próximo às suas residências, evitando um transporte longo, cansativo, delongado e perigoso até às escolas urbanas.

Muitos pais consideram a existência da escola um dos fatores que os mantém no campo, pois confiam em deixar seus filhos seguirem no transporte escolar até a EMRAST, já que as distâncias percorridas são menores que até à cidade, não trafegam na rodovia com maior fluxo e sem devidas manutenções. Outro motivo que asseguraram é a confiança em saber que o aluno está na escola, visto que este é recebido pelos caseiros, responsáveis por cuidar da escola e dos alunos, diferente da cidade, que possui outros atrativos que podem dispersar os alunos, levando-os a não entrar na escola (já que os estudantes que moram no rural chegam mais cedo).

Sobre o assunto, durante a entrevista realizada em janeiro de 2019, foi perguntado aos pais qual seria o futuro de seus filhos e, conseqüentemente, de sua família caso a EMRAST fosse fechada. Alguns demoraram a responder e pensaram para escolher uma das opções disponíveis para a resposta, o que demonstra que, muitos deles tem perspectiva de que tal fato não ocorra e que a escola na comunidade rural continue em funcionamento. Os dados da entrevista podem ser observados no gráfico 9.

Entre as respostas, 47% dos pais consideram que a opção seria que os filhos utilizassem o transporte para estudar nas escolas da cidade e retornassem ao campo diariamente. Em contrapartida, 46% deles disseram que mudariam toda sua rotina de vida e residiriam na cidade, tudo para dar continuidade aos estudos de seus filhos de uma forma mais segura e menos cansativa. Apenas 7% dos entrevistado levaram em conta a possibilidade de alguns alunos abandonarem os estudos.

GRÁFICO 9 – Se a escola fechasse, qual seria o futuro dos seus filhos ou das crianças da comunidade?



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Org.: GOUVEIA, A. S., 2019.

Neste último grupo inserem-se os jovens do Ensino Médio, pois a maioria ajudam os pais nas atividades no campo, o que não seria possível com o transporte diário para a cidade, pois demandaria mais tempo na estrada e menos tempo em casa para realizarem tais funções. Um dos entrevistados respondeu que “muitos mudariam pra cidade, eu mesmo se tivesse fechado a escola, eu teria que mudar pra cidade e também igual, esses adolescente, eles não vão querer estudar. Eles vão parar de estudar”.

Os pais, em geral, reconhecem a importância da escola para permanecerem no campo. Percebe-se que a principal preocupação se dá com os alunos menores, isto é, crianças que estão na Educação Infantil ou Ensino Fundamental I, como relatou C.R.:

A escola é muito importante por que, igual, se não tivesse escola o meu filho teria que ir pra Quirinópolis e uma criança de seis anos, dentro duma perua, pra poder andar quarenta quilômetros pra poder ir pra escola, porque é ida e volta. Eu acho muito perigoso. Igual aqui é dez minutim ali da minha casa de perua ele chega aqui. Dez minutim pra ir embora. Então eu acho que é muito importante, ajuda bastante a gente. A gente fica mais tranquilo sabendo que ele tá aqui na escola, que é pertim de casa. Por isso que, quando quiseram fechar a escola, a gente lutou tanto, pra isso, porque é muito mais fácil pra gente, ou se não, igual [...] eu não tenho coragem de deixar meu filho pra ele poder ir na perua pra cidade, pra estudar. Eu teria que deixar a fazenda pra mim poder ir pra cidade, pra poder ele estudar e com essa escola aqui não, a gente pode continuar aqui. Igual [...] se fosse ter que mudar pra cidade, tinha que pagar aluguel, pagar tudo, era um gasto a mais, então teno a escola aqui, pra nós fica mais fácil.

A situação relatada retrata a interdependência em relação aos pais/comunidade rural e escola. A permanência no campo de um total de 46% das famílias entrevistadas está ligada à

existência da escola e a escola (re)existe por perseverança da comunidade rural, que luta contra as decisões do poder público, incluindo Secretaria Municipal de Educação e do próprio prefeito. Como enfatizou C.R., as distâncias percorridas por esses alunos seriam muito mais longas, no caso do seu filho, caso a escola fosse fechada. Tal fato levaria sua família a mudar para a cidade.

Outro entrevistado, A.L., respondeu que a escola é muito importante para todas as famílias da região e justificou sua opinião relatando um pouco sobre a realidade da sua família, por meio da experiência que teria com seu filho.

[...] só lá dá onde a gente mora pá Quirinópi é cinquenta e cinco quilômetro. Daqui [da escola] lá em casa é vinte e cinco quilômetro. É a derradêra linha que vai pega os meninu. Ainda é município de Quirinópi. Eu acho, na parte do nosso, eu acho que ia tê que muda pá cidade né, por que pá í, nessa distância, pá í pá cidade e volta todo dia. Nós levá num tem como, por que se nós fô levá e trazê num tem como trabaiá, né? Aí pra eles tá todo dia também, ino e voltâno eu não concordaria.

A preocupação dos pais com o transporte diário dos alunos até às escolas urbanas é evidente. Perante essa situação muitos cogitaram a hipótese de começar uma nova vida na cidade, inclusive considerando possibilidades de procurar emprego nas usinas do município, tudo para manter a família unida e garantir o bem estar dos filhos, principalmente no acesso à educação. Percebe-se que muitas famílias da comunidade tem a escola como o esteio que os mantém no campo. Como relatou G.I, com a escola no campo “as famílias fica mais junto, os filhos fica mais junto dos pais, né? A criação é diferente, a gente tá vendo o que os filhos estão fazendo[...]”.

A escola é símbolo de resistência para as famílias que já pertenciam à comunidade rural e torna-se também para aqueles que chegam a ela. Como relatou I.S., ao dizer que próximo à casa em que mora com a família não havia vizinho, no entanto esse ano uma família começou a trabalhar em uma propriedade rural próxima, mas a permanência dessa família no campo também deve-se à existência da escola. De acordo com I.S.,

Não, não tinha vizinho. Era só nós e Deus. Agora que tem um vizinho. É longe os vizinho, mas já com intuito, o vizinho, do menino estuda aqui, que tá pequeno, três ano. Vai fazê quato agora ainda e ano que vem começa a estuda. Mais se a escola fecha aqui, aí já tem que se muda pá Quirinópi e procura oto emprego, né? Aí que qui faz, aí o patrão já tem que procura otos que não tem filho pá fica lá, na ota fazenda, né. Aí dispensa o que tem filho.

O campo é o lugar em que acontece a reprodução da vida dessas famílias no cotidiano. As relações socioculturais e o modo de vida com a terra, por meio do trabalho, fortalecem as especificidades desses sujeitos e reafirmam as necessidades da população. A escola é uma

dessas necessidades para a manutenção da vida das famílias na comunidade rural. No entanto, tem-se que as políticas públicas implementadas pelo Estado objetivam atender os desejos das classes dominantes e garantir a disseminação dessa ideologia (COSTA, 2013). Portanto, a escola no campo e com uma educação vinculada a ele vai de encontro aos anseios das classes dominantes e, nesta situação, prevalece o interesse da elite.

De acordo com Costa (2013, p. 88),

Os setores dominantes da produção agropecuária não demandam altos contingentes de trabalhadores, nem braçais, nem intelectuais. Necessitam talvez de um trabalhador razoavelmente qualificado para operar partes do sistema de produção. Ou, às vezes, necessitam daqueles que desempenham funções já descentralizadas pelas indústrias. Por isso, a educação no campo é marginalizada, mesmo porque esse trabalhador pode ser formado nas cidades e é desejável que o seja para poder inculcar nele a visão que se tem do campo, de uma produção capitalista industrial.

Retirar a escola do campo é uma estratégia para enraizar o pensamento de que o campo é um espaço da reprodução do capital, para atender a indústria, reforçando a ideia de que não é lugar para a reprodução das relações humanas. Caldart (2008, p. 74) enfatiza que “não é possível pensar um projeto de país, de nação, sem pensar um projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus processos produtivos, de trabalho, de cultura, de educação”. Neste contexto a escola emerge como um lugar social para os sujeitos do campo, ao mesmo tempo colabora para a disseminação da cultura da população local, principalmente nas festividades, e leva a educação para essas pessoas no próprio campo.

A EMRAST é exemplo de uma comunidade rural unida, que se espelha em outros movimentos sociais ocorridos no campo no estado de Goiás e no Brasil. Os ex-alunos da escola, filhos de trabalhadores da região e aqueles que se mobilizaram com a história da escola, buscaram formas de contribuir para o fortalecimento da sociedade, demonstrando a resistência dos sujeitos do campo. Entende-se que, mesmo reproduzindo a educação em um viés ideológico elitista, com características do urbano (Educação Rural), a escola é parte do lugar dos camponeses, o que os fez lutar por ela, pois assim, conseqüentemente, lutavam pela sua própria permanência no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta dissertação de mestrado foi estudar as mudanças ocorridas no campo quirinopolino a partir da inserção do setor sucroenergético e elencar os efeitos da transformação do processo produtivo agrícola nas escolas no campo de Quirinópolis, em especial na Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé, que foi objeto de estudo da pesquisa. Para tal estudo, foi necessário compreender a territorialização da cana-de-açúcar no estado de Goiás para chegar ao município de Quirinópolis.

A partir dos dados coletados constatou-se que, de 2004 a 2017 houve uma expansão do setor sucroenergético no campo. Verificou-se tais informações a partir de dados coletados sobre a produção e área colhida com cana-de-açúcar no município de Quirinópolis e em Goiás. Ambas obtiveram um aumento substancial no período analisado. Em Quirinópolis a chegada e expansão do setor sucroenergético esteve ligado à instalação de duas usinas, aqui chamadas de X e Y. A partir da territorialização desse “novo” setor, em 2004, houve uma mudança no espaço para atender às demandas despendidas de tal processo produtivo.

Contudo, áreas foram conquistadas para a produção da monocultura da cana-de-açúcar, a maioria delas antes utilizadas para pastagens e nas produções das lavouras de soja, milho e sorgo que ocorriam em maior escala na região. A mudança na relação produtiva, sob a égide do agronegócio, acarretou em uma resignificação do campo como lugar da reprodução de relações socioculturais e do modo vida dos camponeses.

A expansão da monocultura da cana-de-açúcar alterou a paisagem local e, junto com ela, as condições para a reprodução da vida no campo também mudaram. Muitas famílias foram expropriadas por falta de condições de adaptarem-se ao novo sistema produtivo, assim venderam suas pequenas propriedades e migraram para a cidade e/ou para outras regiões rurais que a cana ainda não dominara. Outras famílias simplesmente perderam seus empregos nas fazendas. As Usinas X e Y tem seus próprios funcionários para trabalhar no campo, no entanto, estes realizam diariamente a migração pendular, ou seja, deslocam-se ao campo para trabalhar mas retornam às suas casas na cidade.

A pesquisa buscou compreender como os pais dos alunos da EMRAST enxergam as mudanças promovidas pela inserção do setor sucroenergético na comunidade Castelo, para entender os efeitos dessas transformações no modo de vida dos sujeitos do campo e, conseqüentemente, na escola. Ficou constatado que nenhum dos pais entrevistados considera como positivas tais alterações no campo quirinopolino, pois os mesmos destacaram elementos

positivos com a chegada da cana-de-açúcar mas, em contrapartida, evidenciaram os contras dessa produção. Houve também aqueles que classificaram todas as mudanças como ruins, principalmente aqueles que vivem do trabalho nas fazendas.

O viés econômico do setor sucroenergético sobressaiu entre os prós da produção de cana-de-açúcar, no entanto este beneficia os proprietários de terra. Outro ponto que tornou a questão como positiva é o emprego, pois muitos familiares dos entrevistados são trabalhadores das Usinas X e Y. Contudo, o emprego que foi dado a uma parcela da população quirinopolina foi retirado de outra, isto é, houve uma diminuição na oferta de emprego aos trabalhadores do campo que realizavam atividades relacionadas às lavouras de milho, soja, criação de gado para corte e para produção leiteira. Hoje muitas fazendas reduziram e/ou eliminaram suas atividades nessas áreas e arrendaram para a usina.

O processo de expansão do setor sucroenergético no município e na microrregião de Quirinópolis ocorreu ao longo dos anos, iniciando-se em 2004. A partir de então, as famílias que viviam no campo diminuíram e, conseqüentemente, a demanda de alunos nas escolas rurais também manteve-se decrescente nas cinco escolas rurais quirinopolinas. Tal situação foi responsável pelo fechamento da Escola Municipal Rural Josino Rosa de Moraes, que finalizou o ano letivo de 2013 com apenas 12 alunos matriculados e o assunto repercutiu na Secretaria Municipal de Educação, como possibilidade de fechamento da Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé.

As famílias da comunidade rural Castelo e demais áreas que circundam a escola sentem-se parte do lugar, vivenciam o campo como o lugar do seu cotidiano, onde suas relações sociais, econômicas e culturais acontecem. Essa sensação de pertencimento ao lugar fez com que os pais dos alunos da EMRAST partissem para uma luta objetivando atender um interesse comum, a garantia da educação de seus filhos no campo. Essa situação esclarece que a escola é importante para a comunidade, pois mantêm seus filhos próximos de casa, o tempo despendido com transporte é menor e existe também uma relação de confiança com a escola, com o lugar e com a comunidade.

Apesar da “homogeneização aparente e monotonia” da paisagem do campo, como foi retratado por alguns pais, o que enfatiza a supremacia e homogeneização da paisagem na agricultura capitalista, existem famílias que inserem-se em um modo de vida diferente, ou seja, que não estão ligados ao setor sucroenergético. A cana-de-açúcar pode destacar-se na paisagem do município, mas pessoas (re)existem diante dessa produção e lutam para viver no campo, seja em suas pequenas propriedades e/ou como trabalhadores rurais. Tal situação foi o que levou a comunidade ao prélio contra o fechamento da EMRAST no segundo semestre do

ano de 2017, quando o prefeito da cidade de Quirinópolis, junto à Secretaria Municipal de Educação, comunicou a insensata decisão.

No decorrer do estudo, observou-se que o desafio para a permanência das escolas rurais em funcionamento no campo é grande. De início tem-se que a educação ofertada no campo não atende as especificidades e necessidades dos sujeitos que ali moram. O ensino da EMRAST não é diferente da maioria das escolas rurais do país. Reproduz-se no rural o que é idealizado no urbano a partir de uma visão elitista, criada para atender os interesses da classe dominante, portanto as políticas públicas são direcionadas a seguir esse viés. A Educação do Campo surge como uma proposta de educação emancipatória para os sujeitos do campo, mas esta não é praticada na maioria das escolas, ainda hoje tratadas como “rurais”.

Outro desafio enfrentado é o processo de nucleação, que novamente exclui, ao retirar o ensino das crianças e adolescentes das proximidades de suas casas, para “transportá-los” para um lugar e uma situação diferente, oposta ao modo de vida do seu lugar. No caso da EMRAST, se fosse fechada, os alunos seriam encaminhados diariamente às escolas urbanas. Entre os estudos realizados identificou-se que a maioria das escolas no campo no Brasil são de competência municipal, assim, alegando falta de recursos, muitos municípios usam de tal questão para “otimizar” o orçamento público fechando escolas.

Ao identificar a história da EMRAST, foi possível compreender que a mesma foi fruto de uma conquista de um movimento da população rural local, que lutou para a aprovação da lei de criação da escola e fundação da mesma. A comunidade lutou para garantir o acesso à educação aos seus filhos no campo, próximo às suas residências, na perspectiva de que nenhum dos moradores tivesse que mudar para a cidade. Esse fato ocorreu em 1992, mas a escola já funcionava com o Ensino Fundamental I, multisseriada de 1º a 4º série, em uma instalação diferente da atual.

A comunidade rural lutou e o sonho da escola no campo foi materializado, no entanto não ocorreu uma luta para criar uma escola voltada a atender as particularidades e especificidades da população do campo. O calendário do ano letivo, o conteúdo ensinado e nos livros didáticos e as metodologias na sala de aula não estão em conformidade com a vida dos trabalhadores rurais, apesar de ser um direito expresso e garantido na LDB 9394/96. Mesmo com tal situação, a EMRAST contribui para a permanência dessas famílias no campo, pois possibilita o acesso à educação aos seus filhos no campo e, assim, os pais permanecem no lugar.

A partir da realização da pesquisa foi possível conhecer a rotina da escola, o público a que ela atende, os alunos, o modo de vida dos pais entrevistados e apontar quais os efeitos do

setor sucroenergético na realidade da EMRAST e demais escolas rurais do município. A escola (re)existe graças às conquistas da comunidade rural Castelo, que se fortaleceu em busca de um benefício comum e, mesmo após vinte e sete anos de história, continuam firmes no propósito de seguir com suas vidas no campo.

Por fim, o trabalho foi uma contribuição à ciência com a finalidade de retratar os desafios enfrentados pelas escolas rurais no município de Quirinópolis, em especial a EMRAST, e mostrar que as mudanças ocorridas no campo nas duas últimas décadas influenciam nessas escolas. Hoje, mesmo com a imposição do setor sucroenergético no município, existe uma comunidade rural que luta pelos seus interesses e vê na escola uma possibilidade para a permanência da vida no campo.

Conclui-se que, a EMRAST segue contribuindo e sendo parte da vida dos sujeitos do campo na comunidade, lugar de reprodução das relações socioculturais, de tradição e de lazer. Mesmo com um número menor de alunos e de famílias que em outrora, a escola é a comunidade e a comunidade é a escola. A pesquisa mostrou que as escolas no campo exercem influência na vida das famílias camponesas e fortalecem sua relação com o lugar, mesmo com a reprodução de um ensino urbano, por isso, manter essas escolas em funcionamento é garantir que os camponeses não sejam desterritorializados.

Espera-se que os resultados apresentados nesta pesquisa possam provocar outras discussões acerca do assunto, assim, contribuindo para a disseminação de tal conteúdo em outros espaços além da universidade e da sala de aula. O conhecimento leva à inquietação e, conseqüentemente, à busca por mudanças. Portanto pretende-se, a partir do conteúdo desse estudo, informar à sociedade as dificuldades enfrentadas tanto pela população do campo quanto pelas escolas localizadas nele em âmbito nacional, frente à massiva expansão do agronegócio, em especial do setor sucroenergético.

Almeja-se que as pesquisas sobre tal assunto não cessem, ao contrário, que possam ganhar mais ênfase na academia, como acompanhado nos últimos eventos e congressos participados. Pretende-se seguir com o aprofundamento acerca dos conhecimentos desta temática, pois há espaço para muitas análises e discussões sobre o assunto que não couberam no estudo atual. Enquanto houver população no campo e escolas nas comunidades brasileiras é preciso buscar informações para defender a (re)existência do modo de vida desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Palestra sobre "educação básica e movimentos sociais". In: ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por uma Educação Básica do campo, nº 2.

_____. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724:2011**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6027:2012**. Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

BARBALHO, M. G. S.; SILVA, A. A.; CASTRO, S. S. A expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar na região sul do estado de Goiás de 2001 a 2011. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, Rio de Janeiro, nº 29, set. 2013.

BARRETO, M. J.; THOMAZ JUNIOR, A. **O trabalho nos canaviais paulistas no contexto da reestruturação produtiva**. In: X Seminário do Trabalho: trabalho, crise e políticas na América Latina, 2016, Marília. Anais do X Seminário do Trabalho: Marília, 2016. v. 1. p. 967-979.

BENJAMIN, C. Um projeto popular para o Brasil. In: BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por uma Educação Básica do campo, nº 3.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil**. Marília: Unesp – Marília Publicações, 2000.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. A educação no Brasil rural. Alvana Maria Bof (org.); Carlos Eduardo Moreno Sampaio et al. – Brasília: 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pceb023_07.pdf>. Acesso em 18 jul. 2018.

_____. **Relatório CNE/CEB N° 23/2007**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pceb023_07.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da

Educação Básica do Campo. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S (Orgs). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4).

_____. Sobre educação do campo. In: FERNANDES, B. M. [et al.]. **Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação**. Brasília: Incra/MDA, 2008. 109 p.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 806 f. (Tese de Doutorado em Geografia) Presidente Prudente: UNESP, 2013.

CAMELINI, J. H. **Regiões competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial no Brasil: o caso emblemático de Quirinópolis, GO**. 159 f. (Dissertação de Mestrado) Campinas: UNICAMP, 2011.

CANASAT - Monitoramento da Cana-de-açúcar via imagens de satélite. INPE – Instituto Espacial de Pesquisas Espaciais. **Tabelas**. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/tabelas.html>>. Acesso em 04 jul. 2018.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. 85p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 17. Ed. Campinas: Papirus, 1998. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

CORDEIRO, T. G. B. F. **Nenhuma escola fechada! Os impactos da nucleação escolar no embate entre educação rural e educação do campo**. 159 f. (Dissertação de Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais). São Gonçalo: UERJ, 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**. v. 4. n. 1. Brasília: Conab, 2017. p. 1-57. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_04_20_14_04_31_boletim_cana_p_ortugues_-_1o_leve_-_17-18.pdf. Acesso em: 18 de outubro de 2017.

COSTA, C. L. **A escola do urbano no campo do município de Catalão/GO: ensino de geografia nas especificidades do lugar**. 304 f. (Tese de Doutorado em Geografia). Uberlândia: UFU, 2013.

DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

DIRETRIZES DE POLÍTICA DE AGROENERGIA. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/diretrizes_de_politica_de_agroenergia_2006_2011_000g6twyw7102wx5ok0wtedt39cd5pf9.pdf. Acesso em: 04 jan. 2018.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de**

Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais.** São Paulo: Unesp, 2005.

_____. **Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 4860 - 4874. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografi ahistorica/03.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 14, n. 18, p. 125-135, 2011.

FUCHS, M. S.; FRANÇA, M. N.; PINHEIRO, M. S. F. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas.** Uberlândia: EDUFU, 2013. 286 p. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-342-4>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP, 1996.

GRUPO USJ. **Nossos Negócios.** Disponível em: <<http://www.usj.com.br/nossos-negocios.html>>. Acesso em: 17 mar 2018.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). @Cidades. **Panorama.** 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521850&search=goias|quirinopolis>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

_____. @Cidades. **Produto Interno Bruto dos Municípios.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/quirinopolis/pesquisa/38/46996>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. @Cidades. **Produção Agrícola - Lavoura Temporária 2000-2016.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pesquisa/14/10193>>. Acesso em: 20 de jun. 2017.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (IMB). **Mapas Temáticos.** Microrregiões do Estado de Goiás – IBGE. Disponível em: <

http://www.imb.go.gov.br/down/mapas/base%20fisica%20e%20politica/microrregioes_do_es_tado_de_goias_ibge.jpg>. Acesso em: 01 jul. 2018.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos – 2015**. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/pib/pibmun2015/pibmun2015.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. **Mapas Temáticos**. Regiões de Planejamento do Estado de Goiás. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/down/mapas/base%20fisica%20e%20politica/regioes_de_planejam_ento_do_estado_de_goias.jpg>. Acesso em: 01 jul. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP/MEC). **Censo escolar**. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Portal&PortalPath=%2Fshared%2FGeral%2F_portal%2FDissemina%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Censos>. Acesso em: 15 jan. 2018.

JESUS, J. N. A geografia da educação no espaço rural: debates e proposições. In: JESUS, J. N.; SANTOS, G. C. (Orgs). **Geografia e sujeitos do cerrado: análises e reflexões**. Goiânia: Kelps, 2015.

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. v. 70.

LIMA, D. A. L. L.; GARCIA, J. R. **A evolução da produção de cana-de-açúcar e o impacto no uso do solo no estado de Goiás**. vol. 19, n. 2. Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, 2011. p. 374-403.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20PO S-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

MARTINS, J. S. **A militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985. 2ª ed.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011, p. 290-322. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2011.2456>

MOLINA, M. C. A Constitucionalidade e a Justicibilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. In: FERNANDES, B. M. [et al.]. SANTOS, C. A. (org.). **Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação**. Brasília: Incra/MDA, 2008. 109 p. (NEAD Especial)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Fechar escola é crime**. MST, 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2011/05/31/fechar-escola-e-crime.html>>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. **Educadores lançam manifesto contra o fechamento de escolas no meio rural.** MST, 2011. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/jornal/materias/0506.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

PASTORIO, E. **Nucleação das escolas do campo: o caso do município de São Gabriel/RS.** 161 f. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Santa Maria: UFSM, 2015

PESSÔA, V. L. S. **Fundamentos de metodologia científica para elaboração de trabalhos acadêmicos:** material para fins didáticos. Uberlândia: UFU, 2007. 130 p. Apostila.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. **Município de Quirinópolis deverá manter escola em funcionamento na zona rural.** Goiânia: 11 dez. 2017
Disponível em: <http://www.tjgo.jus.br/index.php/home/imprensa/noticias/119-tribunal/16860-municipio-de-quirinopolis-devera-manter-escola-em-funcionamento>. Acesso em: 15 dez. 2017.

QUIRINÓPOLIS. **Lei 2.207 de 15 de outubro de 1997.** Cria o Conselho Municipal de Educação de Quirinópolis, dispõe sobre a concessão de subvenções e auxílios a entidades educacionais e contém outras providências Disponível em: <<http://camaraquirinopolis.go.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

QUIRINÓPOLIS. **Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé realizou Festa da Primavera na Região do Castelo.** 01 out. 2018. Disponível em: <<http://www.quirinopolis.go.gov.br/noticia.php?id=816>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

RÁDIO ALVORADA FM 93,9. **Jornal Alvorada.** Apresentação de Elias Cândido. Quirinópolis: 27 nov. 2017.

REVISTA RURAL. CANA. **Expansão da cana em Goiás.** São Paulo: 2010. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HyTiqB-fYuYJ:www.revistarural.com.br/edicoes/item/5436-cana-expansao-da-cana-em-goias+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção Espaços).

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec. 1988.

SANTOS, V. M.; CASTRO, S. S. **Agroindústria Canavieira em Quirinópolis: substituição de culturas e os impactos socioeconômicos sobre as terras do Cerrado.** In: VIII Simpósio de Geografia: Território e Paisagem Redimensionados pela Expansão da Cana-de-Açúcar,

2010, Quirinópolis, GO. Anais do VIII Simpósio de Geografia: Território e Paisagem Redimensionados pela Expansão da Cana-de-Açúcar, 2010.

_____. SANTOS, V. M. **Formação de uma nova centralidade do setor sucroenergético no Cerrado: o caso de Quirinópolis, Estado de Goiás.** Goiânia: UFG, 2011. 238f. (Tese de Doutorado em Geografia).

SANTOS, R. B. **História da Educação do Campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais.** Rio de Janeiro: Revista Teias, 2017. v. 18. n. 51. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/24758/22819>>. Acesso em: 20 jul. 2018. <https://doi.org/10.12957/teias.2017.24758>

SÃO MARTINHO. **Institucional.** São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.mzweb.com.br/saomartinho2009/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=28765>. Acesso em: 17 mar. 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS (SEGPLAN). **Ranking dos Municípios Goianos: 2009.** Goiânia: SEGPLAN, 2010, 97 p. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/down/rank2009.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SERRA, E.; SOBRINHO, A. P. **A proposta pedagógica do MST e as escolas de campo.** v. 31. n. 2. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013. p.143 - 152. <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v31i2.13031>

SILVA, A. A.; MIZIARA, F. **Avanço do setor sucroalcooleiro e expansão da fronteira agrícola em Goiás.** Pesquisa Agropecuária Tropical, Goiânia, v. 41, n. 3, p. 399-407, jul./set. 2011. <https://doi.org/10.5216/pat.v41i3.11054>

SILVA, M. A. M. Mortes e acidentes nas profundezas do ‘mar de cana’ e dos laranjais paulistas. **Revista Interfacehs:** São Paulo, v.3, n.2, Artigo 1, abr./ agosto, 2008

SILVA, R. H. D. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo: uma leitura comparativa, a partir da temática da educação escolar indígena. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas.** Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. (Coleção por uma educação do campo, nº4)

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DE ETANOL DO ESTADO DE GOIÁS (SIFAEG). **Mapa das usinas.** Goiânia: SIFAEG, 2017. Disponível em: <http://www.sifaeg.com.br/wp-content/uploads/2017/11/mapa-usinas-2018.jpg>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

SISTEMA ESTADUAL DE GEOINFORMAÇÕES DE GOIÁS (SIEG). **Atlas do Estado de Goiás.** Produção de cana-de-açúcar – 2012. Disponível em: <<http://www.sieg.go.gov.br/rgg/atlas/index.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. **Produção Agrícola Municipal 2016.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457#resultado>>. Acesso em 30 ago. 2017.

SOUZA, E. A. **O território e as estratégias de permanência camponesa da comunidade Pedra Lisa no processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar em Quirinópolis/GO.** 351f. (Tese de Doutorado). Uberlândia: UFU, 2013.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para os pais da EMRAST

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: () F () M

1. Quantas pessoas moram em sua residência?

() até 4 pessoas () cinco ou mais

2. Sempre morou no campo?

() sim () não

3. Há quanto tempo mora no campo?

() até 5 anos () de 6 a 10 anos () 10 anos ou mais

4. A propriedade em que reside é de sua família?

() sim () não É de quem? _____

5. Em sua infância/adolescência estudou em uma escola no campo?

() sim () não

6. Existem crianças/adolescentes na casa?

() sim () não Quantas? _____

7. Elas estudam na escola no campo da comunidade?

() sim () não

8. A escola no campo é importante para as famílias desta comunidade?

() sim () não Justifique: _____

9. Na sua opinião, a escola no campo mantém as famílias no campo?

() sim () não Justifique: _____

10. Se a escola rural fechasse, como seria o futuro escolar dos seus filhos ou das crianças da comunidade?

() Mudariam para a cidade

() Utilizariam transporte diariamente para ir à escola na cidade e retornar para casa

() Abandonariam os estudos

() Outros: _____

11. Possui interesse em continuar morando no campo?

() sim () não Justifique: _____

12. Havia um maior número de famílias na comunidade rural antes da plantação da cana-de-açúcar?

() sim () não Justifique: _____

13. Possui parentes ou vizinhos que abandonaram, arrendaram ou venderam suas propriedades para a usina para morar na cidade?

() sim () não

14. Se pudesse escolher, qual seria sua opção? Justifique.

() morar no campo como é nos dias atuais

() morar no campo como era antes da chegada das usinas e da cana-de-açúcar no campo

() Outros: _____

15. Ao seu ver, as mudanças ocorridas na comunidade rural com a chegada das usinas no município de Quirinópolis, em geral, foram:

() boas

() ruins

() outros: _____

16. Qual o maior desafio para permanecer morando no campo nos dias atuais?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista sobre a EMRAST

1. Quando a escola foi criada?
2. Qual o turno de funcionamento da escola?
() Matutino () Vespertino
3. Quantas turmas de alunos a escola possui?
() 8 () 9 () 10 () 11 () 12 ou mais
4. A escola possui turmas multisseriadas?
() Sim () Não Quantas? _____
5. Qual o número de funcionários da escola?
6. A escola possui biblioteca?
() Sim () Não
7. A escola possui sala de informática com computadores instalados?
() Sim () Não
8. A escola possui acesso à internet para os alunos?
() Sim () Não
9. A escola possui quadra de esportes coberta?
() Sim () Não
10. A escola desenvolve projetos voltados ao campo?
() Sim () Não Quais: _____
11. O projeto político pedagógico da escola atende as necessidades dos alunos que moram no rural?
() Sim () Não () Em partes Como? _____
12. Quais os maiores desafios enfrentados para manter a escola em funcionamento?
13. Qual o número médio anual de alunos que a escola atende?
() 70 alunos () 80 alunos () 90 alunos () 100 alunos ou mais

14. O número de alunos que a escola tem hoje é o mesmo de dez anos atrás, antes da implantação das lavouras de cana-de-açúcar no município?

() Sim () Não

15. A escola sofreu algum impacto com as transformações que ocorreram no campo a partir da chegada das usinas à Quirinópolis?

() Sim () Não Justifique:_____

16. Qual o perfil da família dos alunos?

() acampados

() pequenos proprietários agricultores

() trabalhadores rurais

() Outros:_____

17. A escola rural é importante para a comunidade?

() Sim () Não Justifique:_____

18. Há possibilidade de fechar a escola rural, assim como aconteceu em outra comunidade rural do município?

() Sim () Não Justifique:_____

ANEXO A - Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**As escolas no campo do município de Quirinópolis – GO e os impactos causados pela territorialização do setor sucroenergético**”, sob a responsabilidade dos pesquisadores **Joelma Cristina dos Santos** (Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia) e **Alessandra de Souza Gouveia** (Mestranda junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia).

Nesta pesquisa buscamos compreender as transformações ocorridas no campo e na escola no campo, na comunidade da Escola Municipal Rural Antônio Sabino Tomé, no município de Quirinópolis-GO, a partir da inserção do setor sucroenergético no Sudoeste Goiano. Para a alcançar estas informações serão realizadas entrevistas com os moradores da comunidade rural, pais de alunos das escolas, diretor e com um membro responsável da Secretaria Municipal de Educação.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora: **Alessandra de Souza Gouveia, em Quirinópolis – GO**. Os moradores, pais dos alunos e diretor da escola localizada na comunidade serão entrevistados nos momentos de festividades das escolas e/ou em dias de reuniões. A secretária de municipal de educação será entrevistada na própria Secretaria Municipal de Educação.

Na sua participação, você será entrevistado pelos pesquisadores, com um auxílio de um gravador digital e/ou celular, e depois sua narrativa transcrita será devolvida a você, para que possa fazer as devidas correções e autorizar a sua utilização nessa pesquisa, após a transcrição das gravações para a pesquisa, todo o material será desgravado.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar da pesquisa.

Os riscos consistem em você se sentir constrangido ou em poder rememorar momentos que foram difíceis e/ou dolorosos. Diante dessa situação, podemos pausar a entrevista, dando o tempo necessário para que possa recompor emocionalmente, retornando as entrevistas apenas com seu consentimento e autorização. Além disso, corre-se o risco da identificação dos entrevistados, para tanto, utilizaremos nomes fictícios, ou ainda, siglas que não fazem relação direta com os entrevistados, com o intuito de preservar a sua identidade.

Os benefícios consistem em monitorar as transformações ocorridas no campo e nas escolas no campo no município de Quirinópolis-GO, identificando os impactos causados pelo setor sucroenergético às comunidades rurais.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: **Alessandra de Souza Gouveia – (34) 3271 - 5248 – Universidade Federal de Uberlândia/Campus Pontal**. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Quirinópolis, ____ de _____ de 2019.

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa